

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MENINOS E MENINAS:
EXPEDIÇÕES DE EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES EM CURSO**

PATRICIA CRUZELINO RODRIGUES

MARINGÁ
2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MENINOS E MENINAS:
EXPEDIÇÕES DE EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES EM CURSO**

Dissertação apresentada por PATRICIA CRUZELINO RODRIGUES, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO

Orientadora: Prof^a. Dr^a. VERÔNICA REGINA MÜLLER

MARINGÁ
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

R696p	<p>Rodrigues, Patricia Cruzelino</p> <p>Participação política de meninos e meninas: expedições de experiências e reflexões em curso / Patricia Cruzelino Rodrigues. -- Maringá, 2014.</p> <p>197 f. : il. color., figs., quadros.</p> <p>Orientador: Prof^a. Dr^a. Verônica Regina Müller.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação - Área de Concentração: Educação, 2014.</p> <p>1. Política. 2. Infância. 3. Direitos - crianças. 4. Participação política. 5. Culturas das crianças. 6. Educação. I. Müller, Verônica Regina, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação - Área de Concentração: Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 21.ed.305.23</p>
-------	--

PATRICIA CRUZELINO RODRIGUES

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MENINOS E MENINAS:
EXPEDIÇÕES DE EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES EM CURSO**

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Verônica Regina Müller – UEM (Orientadora)

Profª Drª. Ângela Mara de Lara Barros – UEM

Profª. Drª. Márcia Rejania Souza – UEL - Londrina

Maringá, 30 de Abril de 2014.

Data de Aprovação

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos Meninos e Meninas e Educadores e Educadoras participantes nos registros históricos aqui publicados. Especialmente àqueles e ou àquelas que saibamos nós ou não *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter respondido a minha fé e a de quem clamou por mim.

À Phelomena Cândida de Jesus, minha avó (*in memorian*), brasileira, analfabeta, trabalhadora na roça no tempo da infância que não teve, por ter se dedicado a mim e a outras crianças e me conduzido à escola.

Ao Fernando e à Maria Fernanda pelo nosso amor. A você Fernando pela história que vimos construindo juntos desde crianças e por todo apoio aos meus estudos. A você filha (tão querida por nós), por todo teu carinho e compreensão e as válidas opiniões participadas neste trabalho.

À Professora Doutora Verônica Regina Müller, minha orientadora, pelo cuidado com minha formação acadêmica desde a Graduação. Por todo ensinamento teórico, político e educativo. Pelas experiências de histórias, lutas, alegrias e esperanças compartilhadas. Pela confiança e amizade. Pela *Maestria* pela qual se faz *Mestra*.

Às Professoras Doutora Ângela Mara de Lara Barros e Doutora Márcia Rejania de Souza e ao Professor Doutor Adriano Ruiz, pela generosidade da partilha do conhecimento e toda contribuição teórica, metodológica e humana dedicada à qualificação e aprovação deste texto.

Ao Coletivo de Docentes e Funcionários do PPE-Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Em especial aos Professores e Professoras e Colegas das turmas das Disciplinas que cursei no Mestrado.

A Todos e Todas que participam ou participaram no “Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e nas Ruas” e no “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua- Comissão Local de Maringá”- os quais me emocionam constar em minha história, em representação à valiosa e fraterna amizade que preservo ao educador João Donizete Francisco Álvaro. Carinhosamente à Cléia Renata Teixeira de Souza e Paula Marçal Natali, pela cumplicidade da amizade e do respeito que cultivamos no tempo, e por me quererem bem, perto, e estudando novamente.

Ao Bairro Santa Felicidade, lugar e comunidade onde na prática educativa fui aprendendo a me reconhecer como educadora social.

A todas e todos que foram ou são membros do PCA- Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente, em especial ao acadêmico Rangel pela colaboração na digitalização dos registros, à Advogada Eliana Silvestre, à Professora Doutora Myriam Mager e ao Professor Doutor Ailton José Morelli.

Ao Grupo de Estudos Infância, Adolescência e Juventude, participantes em 2011, 2012, 2013 e as/os que chegam em 2014. Pela vontade conjunta do saber, pela força, alegria e compromisso coletivo. Por toda *Poesia*. À Fabiana Moura Arruda pela orientação na fase da seleção para a entrada no curso. À Maria Angelita da Silva pela sabedoria dividida. À Maristela Melo Barroso e Wagner Oliveira pela audição (treino) na qualificação.

À Rosely Cardoso Montagnini, amiga fiel e generosa que ganhei neste mestrado, pela amizade tecida para a vida pessoal, por tantas idas e vindas Londrina-Maringá, pela partilha nas reflexões e apoio transbordado em solidariedade. À Cássia Furlan, pela companhia nas viagens, toda colaboração na correção normativa dos textos de qualificação e deste final, e sua disposição amiga sempre. Ao Reginaldo Calado de Lima, pela constância da sua atitude amistosa e todo auxílio técnico (ímpar) na defesa pública desta dissertação. À Loren Pelik Kempe Anhucci, pelo valor e lealdade da nossa amizade e todas as ideias e ideais comuns que (e ainda não) realizamos trabalhando juntas.

A Toda Minha Família (familiares e pessoas que considero parte), pela doação, torcida e trabalho a favor de mim e da minha vida. Aos nossos que perdemos recentemente e a nossa nova geração de meninos e meninas. À Vera, minha mãe, e ao Sergio, quem reconheço como pai- em gratidão eterna. À Juraci, a quem gosto e devo tanto. À Simoni (Tata) por todo afeto e admiração, simplesmente por sermos irmãs. À Luciana (Lú) pela preocupação e cuidado. À Suzana pelo incentivo. Aos casais Lilian e Nicácio e Mauricéia e Paulo por todas as orações.

À “rede” de mulheres- amigas que no decorrer deste meu percurso acadêmico, por algum momento, ou vários, dedicaram atenção e cuidado à Criança lá de/em casa: à Simone, Simoni, Mônica, Rosângela, Mércia, Lú, Vera, Juraci, Tia Laide, Suzana, Tê, Viviane, Luciana, Meire, Angélica, Magali, Márcia. Sem a dedicação pessoal de vocês certamente não teria chegado. Muito obrigado.

“Quero a utopia, quero tudo e mais [...]
Quero a alegria muita gente feliz.
Quero que a justiça reine em meu país [...]
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver”.

Coração Civil - Milton Nascimento

RODRIGUES, Patricia Cruzelino. **Participação política de meninos e meninas: expedições de experiências e reflexões em curso.** 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Verônica Regina Müller. Maringá, 2014.

RESUMO

O curso deste estudo segue ao encontro da efetivação da participação política das crianças. Com base em teorias e conceitos sociológicos da área da infância e culturas das crianças, observamos que historicamente o grupo social da infância tem sido excluído das decisões político-sociais, sendo sua participação tolhida e ou regulada hegemonicamente por poderes político-sociais de sociedades e governos adultos (MÜLLER, 2007; SARMENTO; SOARES; TOMÁS, 2007; TOMÁS, 2011). Todavia, o inexpressivo reconhecimento cultural, social e político das crianças como sujeitos ou atores sociais, bem como sobre a capacidade e ou potencial político e participante na infância, não significam a inatividade participativa e política dos meninos e meninas, já que em diversas partes e lugares do mundo há uma diversidade de movimentos de/com grupos e ou sujeitos de crianças participando na luta pela garantia dos direitos humanos (ARRUDA, 2011; TOMÁS, 2011), frente à globalização neoliberal, e a favor da emancipação social (SANTOS, 2006). Considerando estas questões, o objetivo geral deste estudo foi evidenciar processos e conteúdos da participação política na infância com o intuito de contribuir na busca do rigor conceitual nas teorias que se referem a essa área. Para tanto, investigamos arquivos pessoais de registros históricos de experiências desenvolvidas com meninos e meninas em Maringá/PR, no Brasil, tendo em vista a disposição destas fontes de dados ao conhecimento e estudo acadêmico. O percurso metodológico ocorreu em três etapas sucessivas. Na primeira, procedemos com a seleção criteriosa dos documentos. Na segunda, realizamos a transcrição do conteúdo dos textos e da imagem do coletivo de registros classificados. Na terceira, com base na apresentação das concepções e opiniões políticas expressadas nestes documentos, significamos teoricamente aspectos conceituais relacionados à participação política na infância. Entre outros, são foco de nossa teorização os conceitos de lei, política, democracia e participação político-social.

Palavras-chave: Política. Educação. Infância. Direitos. Participação política. Culturas das crianças.

RODRIGUES, Patricia Cruzelino. **Political participation of boys and girls: expeditions of experiences and course reflections.** 197 f. Dissertation (Masters in Education) – Universidade Estadual de Maringá. (Maringa State University). Professor - Adviser: Verônica Regina Müller. Maringá, 2014.

ABSTRACT

The objective of this study focuses on the concretion of the political participation of children. Based in sociological theories and concepts from the childhood area and the children's culture, we have historically watch the childhood social group being excluded of the politico-social decisions, being hampered their participation, and/or hegemonically ruled by social political authority from adults society and governments. (MÜLLER, 2007; SARMENTO; SOARES; TOMÁS, 2007; TOMÁS, 2011). However, the expressionless cultural, social, and political knowledge of children as social actors and subjects, as well as the capacity and/or political potential and infancy participant, do not mean the inactive participatory and politics of boys and girls, whereas in multiple places and parts of the world there is a movement diversity of/with child groups or subjects participating on the struggle to guarantee the human rights. (ARRUDA, 2011; TOMÁS, 2011), against neoliberal globalization, and for social emancipation (SANTOS, 2006). Considering this issues, the main goal of this study was evidence the processes and contents of the childhood political participation in order to contribute on the search of conceptual strictness of theories that refer to that area. For that we investigated personal files of historic records from experiments developed with boys and girls in Maringá/PR, Brazil, in view of the arrangement of these data sources to the academic knowledge and study. The methodological path occurred in three successive stages. On the first stage we proceed a judicious selection of files. In the second one we performed the transcription of the contents of the texts and the collective image of classified records. On the third stage, based on the concepts and political opinions presentation on this files, we signify theoretically conceptual aspects, related to the political participation on the childhood. Among others, are the focus of our theorizing the law concepts, politics, democracy, and social- political participation.

Key-words: Politics. Education. Childhood. Rights. Political participation. Children's culture.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

CDC	Convenção Internacional sobre os Direitos Da Criança
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional de Diretos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDESC	Fundação de Desenvolvimento Social e Cidadania
GR	Grupos de Registros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MSC	Movimentos Sociais de Crianças
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PCA	Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente
SI	Sociologia da Infância
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	MAPA INTRODUTÓRIO E PROBLEMÁTICA	11
2	PERCURSO METODOLÓGICO	20
2.1	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	20
2.2	TRAJETÓRIAS DA DISPOSIÇÃO DOS REGISTROS	24
2.2.1	Técnicas de Reunião e Seleção do Material Estudado	25
2.2.2	Mapeamento Gráfico e Transcrição	27
2.3	SIGNIFICAÇÕES TEÓRICO-REFLEXIVAS	28
3	REGISTROS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COM/DE MENINOS E MENINAS EM MARINGÁ/PR: EXPEDIÇÕES DE EXPERIÊNCIAS	29
3.1	I Conferência de Meninos e Meninas (2001)	29
3.2	Relatório de Denúncia - Caso do Carro Preto (2001)	36
3.3	Projeto Paz e Amor- Casa dos Meninos de Rua (2002)	40
3.4	Assembleias OP Criança (2002)	41
3.5	Relatório Anual da Comissão Local do MNMMR (2002)	54
3.6	II Conferência de Meninos e Meninas de Maringá (2003)	57
3.7	Relatório da Comissão local do MNMMR (2003)	67
4	MENINOS E MENINAS EM POLÍTICA: DETECTANDO E BUSCANDO NOVAS DIREÇÕES	73
4.1	INFÂNCIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: MAPA TEÓRICO CONCEITUAL	73
4.2	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS CRIANÇAS: A LEI, A TEORIA POLÍTICA E A DEMOCRACIA	81
4.2.1	A Participação Política das Crianças e a Lei	81
4.2.2	A Criança em Autores Reconhecidos da Política	85
4.2.3	A Participação Política das Crianças e as Democracias	91
4.2.3.1	Democracia na infância: pela “radicalidade da inclusão” política das crianças	101
4.3.	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INFÂNCIA: SIGNIFICADOS	105

5 ANCORAR PARA SEGUIR MAIS ADIANTE
112

REFERÊNCIAS.....124

ANEXOS.....132

1 MAPA INTRODUTÓRIO E PROBLEMÁTICA

Em analogia à tradição teórica que nos orienta, costumamos dizer que a educação social é *o mar que navegamos*¹. Nomeadamente neste trabalho *viajamos* no estudo da participação política na infância. Entre outras questões e aspectos, neste roteiro, evidenciamos fundamentos de concepções teóricas e de práticas político-educativas com *crianças*².

Aprofundar o conhecimento estudando e pesquisando acerca da participação política infantil e juvenil é um ensejo que cultivamos de longa data. Afinal, mais de uma década se passou desde o dia em que iniciamos sistematicamente o arquivamento e preservação dos registros de dados históricos apresentados nesta investigação, como explanaremos na próxima seção.

Definindo melhor, nos parágrafos seguintes fazemos um recorte e relatamos sumariamente como se deu o início e o desenrolar deste interesse, sem o qual, acreditamos, não teria sido possível esta dissertação. Começaremos por declarar “[...] de onde viemos, por quais caminhos e em nome do que- entre os deveres da ciência e os desejos da pessoa- pensamos o que pensamos” (BRANDÃO, 2007, p. 11).

Em 1997, como aluna no Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá³, assistimos a uma palestra da Professora Verônica Regina Müller, sobre o “Projeto de Extensão Brincadeiras com Meninos e

¹ Referimo-nos à obra “Pedagogía Social: Cartas para Navegar no Nuevo Milenio” (NÚÑEZ, 1999), da autora e pesquisadora Doutora Violeta Núñez. E ao livro “Reflexões de quem navega na educação social: uma viagem com crianças e adolescentes” (MÜLLER; RODRIGUES, 2002), cuja linguagem lúdica faz referência à obra destacada anteriormente.

² Ao longo deste trabalho consideramos a definição da Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989), que concebe “criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade”.

³ A pesquisa de Morelli (2010) situa-nos que Maringá foi fundada pela empresa colonizadora Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná no ano de 1947, tornando-se município em 1951. Contudo, a comercialização territorial na região já ocorria desde 1939 com as respectivas vendas de lotes e sítios que deram início a sua urbanização. No último Censo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), a estimativa total da contagem populacional da cidade foi de 357.077 mil pessoas. Conforme o estudo de Tonella (2011), Maringá é o maior município da sua Região Metropolitana, não só em termos de extensão territorial e quantidade populacional, mas também de geração e concentração de poder político-econômico.

Meninas de e nas Ruas⁴ e o PCA - Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente⁵. Nesta exposição, chamava nossa atenção duas questões. A primeira denunciava a existência de uma população de meninos e meninas conhecida pelo Projeto, que vivia em *situação de e na rua* em Maringá (MÜLLER; RODRIGUES, 2002). A segunda anunciava a realização das atividades lúdicas como um meio para a conscientização e organização política dessas crianças e adolescentes, participando diretamente na luta pela garantia dos seus direitos humanos.

Encerrada a palestra, tempo depois participamos pela primeira vez das práticas do Projeto na Praça da Catedral⁶. Posteriormente aderimos como educadora-acadêmica no *Brincadeiras*⁷. Decorrente da adesão ao Projeto, participamos também do processo político-social de constituição da Comissão Local do MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua⁸ em Maringá.

Dada a nossa participação continuada no Brincadeiras/PCA e neste Movimento Local, de 1999 a 2005, atuamos como professora de educação física na educação social. Simultaneamente, de 2001 a 2005, como profissional e funcionária pública efetiva no município, trabalhamos para e com a promoção de políticas sociais públicas e as do lazer.

Em comum neste relato percebemos a busca pela participação social e política dos meninos e meninas (destacada na referida palestra e assimilada superficialmente por nós naquele momento) sendo o principal eixo de nossas

⁴ Criado em 1997, atualmente este Projeto encontra-se vinculado ao PCA- Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá. Desde então seu principal objetivo continua sendo “oferecer às crianças e adolescentes a oportunidade de brincar de forma orientada” (MAGER et al., 2011, p. 67).

⁵ O PCA existe na UEM desde 1996. Entre outras ações, sua atuação acadêmica conjuga realizações de trabalhos de estudos, investigações e práticas de intervenções político-sociais desenvolvidas por seus membros docentes, discentes, profissionais e militantes de movimentos sociais atuantes na área da infância, adolescência e juventude, na cidade de Maringá e Região, e em Rede com outras instituições nacionais, internacionais e transnacionais.

⁶ Essa Praça é a principal atração turística de Maringá, já que abriga a construção de um dos monumentos mais altos da América Latina, a Catedral da Cidade, com altura total de 124 metros, e cujo desenho imaginário se retrata pela figura de um cone.

⁷ Aqui e em outros momentos deste trabalho, denominamos o “Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e nas Ruas” do modo com geralmente é referido, como “*O Brincadeiras*”.

⁸ O “MNMMR- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil” é uma organização popular, não-governamental, autônoma, fundada em 1985, composta por uma rede de educadores e educadoras, militantes, e colaboradores, e que, conjuntamente com a participação político-social dos meninos e meninas das camadas populares, atuam em defesa da garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Suas principais linhas de ações são: 1) defesa dos direitos; 2) organização político-educativa das crianças e adolescentes; 3) formação de educadores; 4) fortalecimento e expansão do Movimento.

intervenções, o que ainda segue nos motivando, como expressamos na idealização deste trabalho e pela produção das reflexões teóricas, objetivos e fontes investigativas que apresentaremos ao longo deste texto.

Introduzimos a concepção teórico-epistemológica de que historicamente o grupo social da infância vem mantendo-se excluído das discussões e decisões políticas da sociedade (ARRUDA, 2011; MÜLLER, 2007; SARMENTO; SOARES; TOMÁS, 2007; TOMÁS, 2011). Nos países ocidentais democráticos, em diversos contextos e âmbitos das esferas do poder público, e das nações com ratificação na Convenção sobre os Direitos da Criança (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989), como o nosso país, o Brasil, notamos que o acesso à participação social e cultural das crianças no mundo político é ainda bastante restrito, sobretudo pelas ausências ou limitações de espaços sociais e educativos para construções e projeções políticas⁹ desses sujeitos.

Entre outros aspectos, a participação de ideias, opiniões, decisões, concepções, escolhas e interesses subjetivos, sociais, culturais e políticos das crianças urge existir também fora dos limites das redações dessas legislações, sendo já um direito reconhecido por leis (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2011; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2011a; 2012).

No Brasil essa participação é uma prática social resguardada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁰. O direito de participação na vida política é um entre outros aspectos vinculados à garantia do direito de liberdade na infância (BRASIL, 1990, Art. 16, VI), como o de poder ir e vir, convivendo socialmente em segurança nas cidades, e o de brincar. Assegurar a manifestação das opiniões e escolhas políticas das crianças é, mormente, um dever e um compromisso público com esta população.

No âmbito internacional, entre os documentos investigados e que convencionam sobre a garantia do direito de participação social das crianças,

⁹ Tomando a discussão de Vieira (2007), por políticas se entende as ações políticas da política, que por sua vez são caracterizadas a partir das relações de poderes econômicos, políticos e culturais de um dado momento histórico. Para esta autora “[...] as “políticas” são uma dimensão da “política” [...]. Nesse sentido, não existem “políticas” sem ‘política’. Esta, por sua vez, é uma manifestação da política social” (VIEIRA, 2007, p. 55).

¹⁰ Lei nacional nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, que rege sobre os direitos dos cidadãos e cidadãs com idade entre 0 a 18 anos incompletos (BRASIL, 1990).

citamos a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), a “Convenção Sobre os Direitos da Criança” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989), a “Declaração do Panamá” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2000) e o “Relatório da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002).

Em relação ao Brasil há uma lacuna quanto à universalização de políticas públicas direcionadas à promoção da escuta e da participação política de crianças e adolescentes. De nossas consultas no “Relatório Situação da Adolescência no Brasil” (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2011b) percebemos esta questão sendo tratada como uma preocupante e grave violação de direitos humanos¹¹. Por outro lado, o relatório cita ações realizadas pra a ampliação da participação adolescente em espaços participativos (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2010; 2012).

Do conjunto destes dados justapostos, ponderamos que as políticas públicas para a infância e adolescência no Brasil deveriam constar de ações governamentais sucessivas da articulação dos poderes públicos e da sociedade, pela via da participação popular (BRASIL, 1990, Art. 86; 88). Entretanto, nos espaços de poderes políticos decisivos, quantos são os cidadãos e cidadãs que participam efetivamente das decisões públicas cotidianas? Desse número quantos são as crianças e ou adolescentes inseridas nesses espaços? Quantas estão excluídas desses processos, ou em situação de violação de direitos já que a participação na vida política da sociedade, de suas cidades, estados, comunidades é um direito de cada menino e menina com idade entre 0 a 18 anos incompletos (BRASIL, 1990, Art. 16, VI)?

Destas questões é possível considerar que, nos países democráticos, a política, que deveria ter a participação direta de toda ou da maioria da população, é pouco ou quase nada participada na infância. Destarte problematizamos se entre as

¹¹ Este documento apresenta uma informação que avaliamos como importante. No dia 17 de junho de 2011 o Conselho de Direitos Humanos da ONU- Organização das Nações Unidas aprovou concessão para que as crianças de todas as nacionalidades possam participar diretamente a esse órgão suas denúncias de violências contra os seus direitos humanos, sem a necessidade da mediação de outros organismos, organizações e ou instituições nacionais (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2011b).

fronteiras das práticas democráticas de participação social há espaço para a participação das crianças na política democrática.

Desses pensamentos problematizados entendemos que na supressão das “vozes” políticas das crianças arrolam-se processos sociais, políticos, econômicos, e culturais, que, enraizados historicamente neste país como heranças dos regimes colonialistas e ditadores, persistem na contemporaneidade (MÜLLER, 2007; RIZZINI, 2000, 2008).

Concomitante ao seu retrato histórico, o cultivo da mentalidade e da ação pública para a promoção da participação política das crianças no Brasil é permeado de concepções e práticas culturais que exprimem a exclusão social desses sujeitos políticos, como é asseverado na citação abaixo:

Por entre as imagens de crianças e adolescentes retratados como menores (pobrezinhos, coitadinhos, moralmente abandonados, e criminosos), criadas no passado, como fazer par que essas vozes abafadas hoje ecoem? [...] Se ameaçam querer mais espaço no mundo porque é seu direito como ser humano como afirmam as leis (e as retóricas contemporâneas), mais rapidamente ainda as descartamos (RIZZINI, 2008, p. 17).

Da referida citação, exemplificamos com a recordação de um relato da nossa própria infância. Trata-se de uma situação particular que vivenciamos no ano de 1982, e que apesar do tempo passado segue em nossa memória (quicá por ter sido esta uma experiência incomum). Refere-se a nossa participação e a das demais crianças da escola¹² na recepção pública do então Presidente do Brasil¹³ à cidade de Maringá. Na ocasião ocupamos um longo trecho da Avenida Gastão Vidigal¹⁴. Nossa participação consistia em saudarmos em coro de vozes uníssonas a passagem desta autoridade, e toda a caravana de representantes políticos que o acompanhava. Somente vários anos após deste acontecimento soubemos que este havia ocorrido sob o poder político do regime de Ditadura Militar.

¹² Preservamos o nome desta Escola Municipal. No referido evento participaram também outras escolas.

¹³ O Ex-Presidente João Batista Figueiredo (1918-1999) foi o último dos Presidentes Militares do Brasil. Governou o país durante o Vigésimo Segundo Período de Governo Republicano, de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985, cumprindo o mandato de 06 anos. (BRASIL, 2013).

¹⁴ Nome de uma das principais avenidas duplas da cidade, onde, na época, se localizava o “Aeroporto” de Maringá.

Tempos depois estudamos e aprendemos que, ao contrário de nós, que naquele episódio participávamos em aclamação política designada, outros sujeitos e movimentos político-sociais organizavam-se clandestinamente (ou não) pelo país para que a liberdade de expressão e participação passasse a valer no Brasil. Relacionando agora essa experiência prática ao conhecimento teórico que buscamos apresentar neste estudo, descobrimos que “[...] existe alguma distância entre o acontecimento e a consciência de sua significação; o conhecimento é mais lento do que o imediato” (MORIN, 2013, p. 19).

Na contemporaneidade percebemos que políticas específicas para a garantia da participação política das crianças junto aos espaços político-sociais constituídos, e ou em formação, são pouco, ou muito pouco, promovidas. Ao nível das políticas públicas em geral essa participação é praticamente inexpressiva, podendo em muitas situações serem descritas como nula, ou quase nula. Analisando a questão somente deste ângulo poderíamos inferir que a participação política na infância apresenta-se tolhida e ou regulada político- socialmente pelo poder político e a políticas feitas em sua grande maioria por adultos (MÜLLER, 2007; SARMENTO; SOARES; TOMÁS, 2007; TOMÁS, 2011).

Todavia, o inexpressivo reconhecimento em relação ao potencial e aos direitos participativos na infância não significa a inatividade política das crianças como atores sociais. Pesquisas e estudos como os de Arruda (2011), Müller e Tomás (2007) e Tomás (2011) revelam que em várias partes e lugares do mundo há uma diversidade de movimentos de/com grupos e ou sujeitos de crianças que têm participado coletivamente da luta pela garantia dos direitos humanos, contra a globalização neoliberal, e a favor da emancipação social (SANTOS, 2006).

Neste contexto trazemos o entendimento teórico-conceitual de que a participação político-social na infância deve ser uma prática social de exercício do direito humano de liberdade de expressão, opinião e de escolhas políticas das crianças (BRASIL, 1990). E que, como defende Müller (2007, 2012a), também um conhecimento cultural que precisa ser apreendido e vivenciado educativamente pelos meninos e meninas. Na abordagem dessa compreensão nos ancoramos ao menos em três pilares de sustentação teórica.

Primeiramente na teoria da Educação Libertadora, que confia à educação popular o compromisso ético-político com a promoção do potencial ontológico dos

sujeitos para a participação político-social (FREIRE, 2000a, 2000b, 2001). Incidimos nossa interpretação de que a prática educativa política na infância é aquela que ocorrendo por meio da própria prática político-social das crianças, e de processos educativos críticos e participativos, busque a libertação dos meninos e meninas de suas condições opressivas. Nas palavras do seu autor Paulo Freire (2000b, p. 100), a educação libertadora não se “funde em uma concepção mecanicista e determinista da história [...]. É preciso juntar a ela a luta política pela transformação do mundo”.

Além disso, sustentamo-nos em teorias de discussões e conceitos que vêm sendo difundidas em ênfase pela área da Sociologia da Infância¹⁵, especificamente em nossa pesquisa, pelos trabalhos do autor Manoel Joaquim Sarmiento e autoras Catarina Tomás e Natália Fernandes Soares. Entre outras ideias, estudiosos deste campo discutem como culturalmente foram e são construídos e validados modos e concepções de desrespeito e contraposição às culturas e à participação das crianças, compreendidas nesta área como atores sociais.

Ademais, abarcamos a produção teórica acrescida anualmente junto ao PCA/UEM. Dentre os trabalhos mencionamos Costa (2012), Furlan (2013), Mager et al. (2011), Arruda (2011), Müller (2007, 2012a, 2012b), Müller e Morelli (2002), Müller e Rodrigues (2002), Müller (2012b), Paterno (2010), Pinto (2013), Silva (2013), Souza (2010), entre outros estudos já concluídos e em andamento, que, assim como objetivamos nesta dissertação, projetam, repercutem e potencializam ativamente culturas, ideias e práticas participativas de crianças¹⁶.

Dos estudos que realizamos nestes dois últimos pilares teóricos sabemos que, historicamente o mundo político instituído cotidianamente pela e na sociedade tem como referência hegemônica o poder político-social que permeia e é permeado por políticas feitas em grande parte pela sociedade adulta (MÜLLER, 2007). Assim, culturalmente, a concepção política da participação democrática e da construção de políticas com crianças não é efetivada pela sociedade, e nos governos e poderes públicos por ações dos representantes e ou governantes políticos.

¹⁵ Por hora informamos que no geral a Sociologia da Infância é uma área epistemológica ligada à Sociologia, dedicada à produção de estudos e pesquisas das crianças e das culturas infantis.

¹⁶ Na atualidade, estudos e intervenções produzidos no PCA são utilizados como subsídios teórico-práticos em realizações de outras produções na área infância, dentro e fora da UEM e do contexto local de Maringá.

Considerando o conjunto das questões e discussões que a modo de introdução vimos destacando, nosso **objetivo geral** neste estudo é evidenciar dados de resultados de processos e conteúdos da participação política de meninas e meninas, tendo em vista a abordagem teórico-reflexiva em defesa do exercício do direito da liberdade de atuação político-social das crianças, e com o intuito de contribuir na busca do rigor conceitual nas teorias que se referem à infância.

Para tanto trabalhamos na disposição acadêmica de arquivos de registros históricos de experiências de participações político-educativas realizadas com crianças e adolescentes em Maringá/PR, os quais desde as ocasiões das suas produções vinham sendo preservados na forma de documentos de acervo pessoal. Através de **processos metodológicos** desenvolvidos com esta finalidade trazemos ao conhecimento acadêmico esses conteúdos buscando colaborar junto à produção de outros estudos sobre a participação de crianças e adolescentes, bem como para novas pesquisas sobre culturas e ou memórias históricas da *infância*.

A constituição destes registros advém de uma sistemática que apreendemos junto ao Projeto Brincadeiras¹⁷ e que incorporamos e vimos reproduzindo ao longo dos anos de nossas intervenções na área da Educação Social. Por tradição a esta aprendizagem passamos a produzir e a preservar registros de nossas próprias *práxis* político-educativas. Instituída como parte da nossa rotina político-pedagógica e profissional, esta prática continuada tornou-se para nós uma prática social valorosa, uma vez que vivenciada como um meio de diagnósticos, avaliações, reflexões, validações, pesquisas, defesa de direitos e comprovações históricas.

Especialmente neste estudo, o coletivo desses registros é caracterizado pela reunião de documentos históricos de diferentes tipos como redações, relatórios, depoimentos, denúncias, cartas reivindicativas, lista de propostas de ações políticas, descrições de processos de discussões, **opiniões** e decisões coletivas, entre outras formas. Regra geral seja no seu formato original ou de cópias, assumimos que estes textos foram redigidos por meio da conexão direta entre a ação educativa e a prática da participação política de meninos e meninas.

Encerrada esta parte introdutória, apresentamos a organização do texto dissertativo resultante deste trabalho. A redação está distribuída em três seções. Na

¹⁷ Uma das obrigadoriedades do Projeto é a produção/redação, após cada encontro lúdico promovido com os meninos e meninas, dos relatórios de registros (escritos livres) sobre as práticas de intervenções e ou percepções subjetivas de cada participante.

primeira descrevemos fundamentos e características teórico-metodológicas do trabalho, bem como as trajetórias e o *passo a passo* metodológico concebido para a reunião, seleção, transcrição textual e mapeamento gráfico das fontes primárias de dados investigados. Na segunda apresentamos as transcrições originais dos registros históricos investigados. Na terceira e última seção apresentamos criticamente uma discussão teórico-reflexiva sobre o não reconhecimento do espaço **político** da infância. No rumo desta discussão buscamos a direção do exercício democrático como um caminho **político-educativo** ainda não efetivado na vida social.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO

Nesta seção tratamos de descrever o percurso metodológico empregado na investigação. A partir dos conceitos e procedimentos designados revelamos nossas tendências e escolhas quanto a aspectos teórico-conceituais filosóficos, sociológicos, políticos e pedagógicos. A organização se dá em três etapas, sequencialmente.

Primeiro discorremos sobre a caracterização teórico-metodológica, e a fundamentação epistemológica do estudo. Em seguida descrevemos acerca das trajetórias, procedimentos e técnicas utilizadas na reunião e seleção dos registros de dados históricos, e na transcrição textual e gráfica destes dados. Por fim, explicamos a respeito da importância da exposição dos registros na fundamentação prática da nossa abordagem teórico- reflexiva sobre a participação política das crianças.

2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Apropriações de conceitos e definições de autores da área da metodologia científica suscitam a tentativa de caracterizarmos este trabalho. Neste sentido, como o concebemos? Como o definimos epistemologicamente? Devemos classificá-lo como um Estudo de Caso (TRIVIÑOS, 2012)? Uma pesquisa Participante (BRANDÃO, 1985)? Pesquisa Ação (EL ANDALOUSSI, 2004; THIOLENT, 1985, 2000)? Pesquisa Documental (BARDIN, 2011; LAKATOS; MARCONI, 2010)? Outras formas entre essas não cogitadas?

Se considerarmos como de fato é, que a parte prática da realização desta pesquisa foi iniciada antes da entrada no Mestrado, este estudo apresenta aspectos que em geral se assemelham a cada uma dessas caracterizações metodológicas citadas acima. Supostamente também se aproxime a outras que não acessamos ao conhecimento.

Por outro lado, traz características que identificamos como peculiares. São essas:

- a totalidade dos documentos estudados são registros de práticas políticas encaminhadas na defesa da promoção dos direitos humanos de meninos e/ou meninas da/na cidade;

- parte da totalidade dos dados são produções elaboradas diretamente a partir da participação de meninas e/ou meninos, de/em variadas regiões e bairros diversos da cidade, alguns moradores ou em situação de rua;
- houve envolvimento direto e ou indireto da pesquisadora quando da produção dos registros e nas práticas sociais que os originaram;
- a coleta dos dados de registros foi realizada em uma mesma cidade, porém em diferentes locais (bairros e lugares) e em períodos de meses e ou anos distintos;
- houve um distanciamento mínimo de dez anos entre os processos de geração e arquivamento das fontes dos dados e a elaboração e aplicação dos processos metodológicos para a sua evidenciação acadêmica.

Consideradas tais caracterizações, concebemos nosso trabalho como um estudo qualitativo, de caráter prático, descritivo e reflexivo-investigativo (TRIVIÑOS, 2012), comprometido com o exercício da capacidade humana de observação e reflexão objetiva, e com as descobertas educativas advindas das múltiplas categorias, aspectos e ou situações que, na concepção de Gramsci (1978) e Freire (2001), originam-se da *práxis* pedagógica (FREIRE, 2001; GRAMSCI, 1978, 2006).

Brandão (1985) descreve que os estudos qualitativos materializam a possibilidade dos pesquisadores (as) e demais sujeitos envolvidos na pesquisa de intervir diretamente no objeto explorado, objetivamente não só para conhecê-lo ou investigá-lo, mas de alguma forma para alterá-lo. O autor discute que os processos metodológicos para a produção de conhecimentos qualitativos se justificam por suas ações práticas frente à realidade, e que essas devem contribuir para a redução e ou superação das desigualdades e ou injustiças, objetivando entre outras questões as mudanças sociais, culturais e políticas.

Santos (2006, 2009) refere que ao nível dos pressupostos metodológicos e conceituais, parte do que se conhece como conhecimentos “ausentes ou invisíveis”, poderiam ser percebidos e (re) conhecidos pelas ciências sociais como conhecimentos fundamentais às lutas sociais e para a transformação do presente. Por essa razão o conceito de *Sociologia das Ausências*, concebido por este autor, fomenta a necessidade e o cultivo teórico-prático de novas formas de racionalização e intervenção crítica no mundo, a partir de uma variedade ecológica de relações de

saberes, o que, observamos ocorrer em nosso trabalho pela mediação entre o saber epistemológico (teórico) e o saber cultural e político (prático) das crianças.

Nas leituras e estudos conceituais que fizemos deste autor (SANTOS, 1998, 2006, 2009, 2010), percebemos ao menos um ponto de conexão entre o que no geral é discutido e proposto politicamente na teoria deste sociólogo e o que metodologicamente almejamos na realização desta investigação, qual seja, a defesa da emancipação social. A concepção deste autor é que a emancipação social existe, porém precisamos reinventá-la em termos teóricos e experimentais, compreendendo-a como,

[...] um conceito absolutamente central na modernidade ocidental, sobretudo porque esta tem sido organizada por meio de uma tensão entre regulação e emancipação social, entre ordem e progresso entre uma sociedade com muitos problemas e a possibilidade de resolvê-los em outra melhor, que são as expectativas. Então é uma sociedade que pela vez cria essa tensão entre experiências correntes do povo, que às vezes são ruins, infelizes, desiguais, opressoras, e a expectativa de uma vida melhor, de uma sociedade melhor (SANTOS, 2007, p. 18).

Da perspectiva teórica estudada, de forma geral as ciências ocidentais tendem a buscar “ordenação, padronização e ou universalidade” do conhecimento para o seu reconhecimento acadêmico e ou social (SANTOS, 2006). E que, todavia, a padronização epistemológica teórica e metodológica nas ciências e ciências sociais é uma via instrumental na reprodução da “regulação social” (SANTOS, 2007, 2009).

Paralelamente, há a produção do conhecimento que por meio de formas *alternativas* de pensar e fazer *alternativamente* as teorias e as ações de pesquisas sociais, constroem *alternativas* para o rompimento do “*silêncio*” dos sujeitos, o não aniquilamento das “*diferenças*”, a distinção entre “*objetividade e neutralidade*” política, a dilatação das “*subjetividades rebeldes*”, ou, como definidas pelo autor, subjetividades “*não conformistas*” (SANTOS, 2006, p. 55).

Transportando esta fundamentação para a dimensão desta pesquisa, assim como outros autores da área da sociologia da infância já observaram, notamos acerca do ***silenciamento político das crianças*** também por meio da produção acadêmica. Não que meninos e meninas não saberiam o que e como expressar, ou o que pensar e dizer diretamente ao campo acadêmico, mas porque em muitas

situações epistemológicas as culturas e vozes das crianças são reguladas, abafadas, coibidas. A citação abaixo clarifica nossa análise, na medida em que localizamos e percebemos as crianças neste contexto.

[...] há nos oprimidos aspirações que não são proferíveis, porque foram consideradas improferíveis depois de séculos de opressão. O diálogo não é possível simplesmente porque as pessoas não sabem dizer: não porque não tenham o que dizer, mas porque suas aspirações são improferíveis. E o dilema é como fazer o silêncio falar por meio de linguagens, de racionalidades que não são as mesmas que produziram o silêncio no primeiro momento. Esse é um dos desafios mais fortes que temos: como fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silenciamento (SANTOS, 2006, p. 55).

Morin (2005) opina que as ciências sociais devam justificar-se pela busca de novos conhecimentos, tanto como pela ideia de que há na contemporaneidade uma diversidade de ideias verídicas. Atentamos para a análise conceitual deste autor sobre o pensamento científico complexo (MORIN, 2011), entendido como um pensamento que desde suas partes encontra simultaneidade no seu todo, produz e é produto de conhecimento, considera sua complementaridade, concorrência e relação antagônica, cíclica, e ou hologramática¹, relaciona-se com as culturas e a subjetividade humana.

No entendimento de Morin (2005, 2013) a vida cotidiana é tecida em um conjunto social complexo aonde, do ponto de vista das pesquisadoras deste estudo, não se deve excluir a atuação ativa das crianças. Da teoria deste autor localizamos a participação política das crianças situada em um *locus*² que se relaciona com outras categorias que se juntam para compor o todo da sociedade.

Assim, percebemos que o pensamento reflexivo sobre a questão da participação política das crianças e suas inclusões/exclusões nos espaços políticos constituídos culturalmente comporta a consideração do conceito de complexidade. Elucidando neste sentido, pensar em complexidade significa “[...] descompartmentalizar as especializações e situar o objeto sempre em seu contexto e em seu complexo” (MORIN, 2013, p. 112). Encerrando com esta exposição,

¹ No emprego desta palavra o autor Edgar Morin sugere que o pensamento complexo é uma forma de pensamento que imagina, visualiza, reflexiona, compreende o parcial junto ao todo e o todo junto às partes (MORIN, 2011).

² Em latim a palavra *locus* apresenta o significado de lugar.

discorreremos a sistematização e desenvolvimento das etapas e processos metodológicos da pesquisa.

2.2 TRAJETÓRIAS DA DISPOSIÇÃO DOS REGISTROS

Em colaboração à compreensão do todo e das partes desta etapa, introduzimos este tópico com a apresentação de um recurso *ilustrativo*. Visualmente plasmamos o passo à passo do percurso metodológico, e as técnicas desenvolvidas no decorrer deste processo:

Figura 1- Ilustração do Percurso Metodológico do Estudo



Fonte: Elaborado pelas Autoras.

O livre acesso aos documentos facilitou o nosso trabalho direto e intensivo com essas fontes, com a execução desta etapa em duas fases sucessivas. Em ambas objetivamos a disposição acadêmica dos registros, sendo que em uma procedemos para a reunião, seleção e transcrição dos conteúdos dos registros. Na outra, trabalhamos tecnicamente para a evidenciação e preservação gráfica dos documentos originais. Na realização do processo demandamos a disposição de tempo, atenção e cuidado no manuseio e na organização sistemática destes

registros, o que definimos como uma ação fundamental na preparação das condições ideais às ações de transcrições.

2.2.1 Técnicas de Reunião e Seleção do Material Estudado

Desde o início do processo metodológico deste trabalho já estava definido quais fontes de dados qualitativos pesquisariamos: acervo pessoal de registros de práticas educativas realizadas/participadas como educadora social na área da infância, no período de 1999 a 2005 em Maringá/PR.

Entretanto, diante do acúmulo de documentos disponíveis à pesquisa nossa trajetória investigativa que a princípio nos parecia seria reta e direta (já que oportuna em termos de acesso às fontes) revelou-se intrincada. Surgiram-nos vários questionamentos: do todo do material acessível quais registros seriam evidenciados? Todo o material preservado? Apenas alguns escritos? Se assim fosse, quais seriam estes textos? Haveria uma seleção? Nossa escolha seria livre? Seguiríamos algum critério?

O quadro a seguir exhibe resumidamente as diferentes etapas concebidas e desenvolvidas neste encaminhamento investigatório:

Quadro 1- Descrições das fases e processos metodológicos na definição dos Registros.

Seleção dos Registros Investigados	
Passos Metodológicos	Processos Técnicos
<i>Primeiro Passo</i>	Reunião do coletivo dos registros de 1999 a 2005
<i>Segundo Passo</i>	Identificação dos registros de/com expressões político-participativas de crianças e adolescentes
<i>Terceiro Passo</i>	Escolha dos grupos de registros históricos que tiveram divulgações/destinações públicas

Fonte: Elaborado pelas Autoras.

Como mostrado no quadro, o *primeiro passo* metodológico rumo à disposição acadêmica dos dados foi reunir todos os registros de arquivos pessoais disponíveis

do período estipulado, fossem esses referentes ao nosso tema deste estudo ou não. Frente ao todo do material reunido, o *segundo passo* foi definir e selecionar com base neste mesmo critério, somente àqueles documentos cujas práticas registradas expressassem claramente a relação/ação da participação política de meninos e ou meninas. Desde processo foi possível reunir os grupamentos de documentos selecionados em uma única pasta arquivo.

Feito isto, considerando o coletivo de documentos reunidos no processo anterior, e seguindo a ética de que desta última reunião de documentos deveríamos selecionar somente daqueles documentos que como particularidade já tivessem sido divulgados a partir de algum tipo de ação/pública, procedemos na definição de quais seriam os registros de dados dipostos neste estudo.

Ao final, como resultados destes processos chegamos à seleção de um Coletivo de 07 (sete) Grupos de Registros de textos, sendo: 02(dois) datados do ano de 2001, 03(três) do ano de 2002, e, 02(dois) do ano 2003, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 2- Caracterização dos GR- Grupos de Registros selecionados.

Registros Históricos Selecionados		
Grupos de Registros	Caracterização dos Documentos	Ano da Produção
<i>GR1</i>	I Conferência de Meninos e Meninas de Maringá	2001
<i>GR2</i>	Relatório de Denúncia- <i>Caso Carro Preto</i>	2002
<i>GR3</i>	Projeto <i>Paz e Amor</i> - Casa dos Meninos de Rua	2002
<i>GR4</i>	Relatório OP Criança (2002);	2002
<i>GR5</i>	Relatório Anual da Comissão Local do MNMMR	2002
<i>GR6</i>	II Conferência de Meninos e Meninas de Maringá	2003
<i>GR7</i>	Relatório Semestral da Comissão Local do MNMMR	2003

Fonte: Elaborado pelas Autoras.

Em comum todos esses documentos foram divulgados publicamente de alguma maneira. Alguns redigidos por esta pesquisadora e ou por/com meninos e

meninas e ou demais educadores (as) e arquivados a partir da atuação político-social não-governamental, e profissional no poder público executivo.

2.2.2 Mapeamento Gráfico e Transcrição

Quadro 3 - Descrições das fases e processos da disposição acadêmica dos Registros.

Disposição Acadêmica das Fontes de Dados	
<i>Passo a Passo Metodológico</i>	Descrições dos Processos
<i>Primeiro Passo</i>	Digitalização dos conteúdos dos textos dos documentos
<i>Segundo Passo</i>	Digitalização das imagens dos documentos

Fonte: Elaborado pelas Autoras.

Concluída a etapa de seleção, iniciamos a segunda etapa metodológica do estudo, com a transcrição digital e gráfica dos registros selecionados. Por ordem cronológica dos acontecimentos, digitamos um a um estes textos. Neste procedimento priorizamos garantir o mais próximo possível a originalidade das expressões de linguagem e o formato dos conteúdos. Quando indispensável à compreensão dos conteúdos e às normativas acadêmicas, recorreremos à correção ortográfica das palavras. Todos os dados de identificações pessoais constatados nos registros originais foram ocultados, inclusive o nosso próprio que nestas condições ocupamos com o uso do termo pesquisadora.

Em determinadas situações, como forma de favorecer o entendimento do texto, os nomes verídicos foram substituídos por denominações fictícias, descritos pelas letras iniciais dos nomes ou trocados por outros termos como quando no uso do termo educador ou educadora. Quanto aos nomes das instituições, organizações, e ou locais citados, em algumas transcrições optamos por não ocultá-los, por entendermos que estas identificações podem ser importantes no processo de análises.

Após a transcrição das fontes e dados, realizamos o processo de digitalização gráfica dos registros selecionados. Também neste procedimento técnico de impressão das imagens digitais os dados pessoais são preservados, aparecendo ocultados. O mapeamento gráfico de seus conteúdos por imagens encontram-se

anexados na mesma ordem das transcrições, em anexo, neste trabalho. Os originais foram destinados ao PCA/UEM, encontrando-se à disposição quando de interesse de consulta de outros pesquisadores e pesquisadoras.

2.3 SIGNIFICAÇÕES TEÓRICO-REFLEXIVAS

No desenvolvimento desta fase partimos da compreensão das fontes de dados transcritas neste trabalho como práticas históricas que fundamentam nosso pensamento filosófico e conceitual sobre a participação política na infância. Consideramos que a aproximação investigativa destes dados práticos possibilitou o reconhecimento de aspectos e significados que antes não havíamos percebido. Deste processo surgiram pensamentos que buscamos transpor teoricamente neste texto. Ademais, pelo trato metodológico e as análises gerais e particulares destes documentos foi possível examinarmos uma variedade de possibilidades quanto às formas de categorizações e análises que podem vir a ser empreendidas e ou aprofundadas reflexivamente dessas fontes de estudos.

Como representações de experiências vivenciadas, de conteúdos pedagógicos, ações interventivas, de trabalhos coletivos, de detalhes de traços, desenhos, projetos, pensamentos, sonhos, desejos, vontades, interesses, vozes, lutas políticas de meninos e meninas e educadores e educadoras, participantes em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, das políticas públicas e participação político-social na infância e adolescência, concebemos os conteúdos destes registros como subsídios epistemológicos em relação ao objeto estudado como constatamos no capítulo a seguir.

3 REGISTROS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COM/DE MENINOS E MENINAS EM MARINGÁ/PR: EXPEDIÇÕES DE EXPERIÊNCIAS

Nesta terceira seção, disponibilizamos integralmente ao conhecimento acadêmico as descrições de registros de dados históricos desta investigação. Entre outras narrações o catálogo descritivo apresenta expressões sociais, culturais e políticas da/com a participação de meninos e meninas num contexto local e histórico. Demonstra processos e conteúdos políticos mediados por conceitos e práticas pedagógicas da educação social; evidencia em detalhes de conteúdos, e de experiências de participação e na/para a formação política de crianças e adolescentes. Expõe resultados, dificuldades e limitações de educadores (as) sociais e grupos e/ou sujeitos de crianças e adolescentes em ações político-educativas. Destaca, por fim, detalhes de traços, desenhos, projetos, pensamentos, sonhos, desejos, vontades, interesses, vozes, lutas de meninos e meninas.

3.1 I CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS (2001)

A “I Conferência de Meninos e Meninas” da cidade de Maringá foi promovida pela Comissão Local do MNMMR e o PCA/UEM, com o apoio de outras instituições sociais organizadas. O tema condutor das discussões foi “Como Vivemos e Como Queremos Viver”. Participaram deste evento de cerca de 100 (cem) crianças e adolescentes, oriundos de diversas instituições públicas e dos Núcleos de Base¹ do Movimento Local de Meninos e Meninas de Rua (Bairro Santa Felicidade e da Rua). A Conferência foi realizada no dia 31 de março de 2001, na Universidade Estadual Maringá, nos períodos da manhã e tarde. Entre as atividades lúdicas promovidas destacamos: Oficina de Street Dance, de Castelos Humanos, Jornalismo, Teatro e Brincadeiras.

Do coletivo destas práticas resultou a elaboração de uma carta de reivindicações com uma lista de propostas políticas opinadas pelas crianças e adolescentes. O conteúdo deste documento, que foi lido por uma adolescente representante de meninos e meninas na ocasião da cerimônia pública de abertura

¹ Os Núcleos de Base do MNMMR são lugares ou espaços sociais de organização e formação política com/de meninos e meninas.

da “I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente” da cidade, é um dos escritos que preservamos desta experiência e que passamos a transcrever:

**PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO I CONFERÊNCIA DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE MARINGÁ**

Manhã

8:30h

Café da manhã na RU e distribuição de credencial do evento para os participantes/divisão dos grupos por cores, conforme inscrição antecipada nas oficinas;

9:00h

Cerimonial de abertura no Auditório Ney Marques/Auditório da ADUEM; Apresentação dos objetivos, tema da Conferência e programação do dia; Leitura coletiva de um poema, da autoria dos meninos e meninas em situação de rua, sobre a infância;

10:00h às 12:00h

Oficinas de atividades e discussão em grupos sobre o tema da Conferência “COMO VIVEMOS? COMO QUEREMOS VIVER?”

12:15h

Almoço/Apresentações Culturais;

Tarde

13:15h

Retorno com educadores nas oficinas para organização da apresentação de trabalhos realizados pela manhã; Elaboração de uma Carta- Ato de manifestação simbólica contendo problemas e propostas levantados pelo grupo durante as oficinas; Eleição de um “Delegado” de cada oficina para ler a carta e expor em plenária as questões discutidas em grupo;

15:00h

Plenária(no auditório) com a participação de um representantes de cada oficina para compor a mesa e fazer a leitura da Carta-Ato de manifestação Simbólica; Exposição(fora do auditório) de desenhos/pinturas/textos/outros produzidos a partir do tema proposto;

16:00h

Lanche(quadra);

16:30h

Ato de Manifestação Simbólica/Faixa de pintura coletiva; Hasteamento da faixa juntamente com a Soltura dos balões contendo papéis escritos com os desejos das crianças e adolescentes(papéis distribuídos na saída do café da manhã e entregues na entrada para o almoço);

Somos da oficina de Street dance

O que significa Street dance?

Significa dança de rua. Essa dança surgiu como uma forma de protestar contra algumas formas de exclusão.

Surgiu nas ruas e hoje é praticada por todas as classes sociais, inclusive em academias.

Como vivemos?

Hoje vivemos sujeitos a muita violência, dos próprios moradores de outros bairros e muitas vezes até da polícia.

Estamos sujeitos às drogas e à prostituição porque nossa situação é precária.

Sofremos muita discriminação por causa do bairro em que moramos e da nossa condição social.

Como queremos viver?

Queremos viver com justiça.

Queremos mais centros esportivos, melhor atendimento médico com mais postos de saúde.

Queremos fazer cursos com os outros jovens para arrumar empregos bons e ter uma vida digna.

Queremos que o transporte coletivo entre no nosso bairro. Queremos mais solidariedade e respeito das pessoas.

Como vivemos?

Com muita violência, com muitas drogas, precisamos viver unidos.

Como queremos viver?

Reivindicaram:

deve ter centro esportivo no bairro (Santa e Jardim Ipanema).

Posto de saúde mais próximo (e com melhor atendimento).

5º à 8º série de manhã no bairro Santa Felicidade.

Vivemos num país de prostituição.

Ter mais solidariedade.

Oferecer curso profissionalizante nos bairros. Envolver em atividades.

Ter mais segurança (Vila Vardelina e São Jorge) e deveria ser mais arborizada.

O transporte coletivo não funciona direito.

Falta de emprego.

O salário é (baixo pouco).

Escolas precárias (deve fazer reformas).

Vamos lutar para construir um mundo melhor (F. Núcleo Santa).

Existe muita discriminação por eles morarem em seus bairros, existe muita injustiça, exclusão.

Dizem que os bailes Funk não influenciam a vulgarização e que cada pessoa faz o que quer e não é o Funk que faz agir de certa forma.

Oficina de teatro/R. D

Como Vivemos?

Violência, analfabetismo, problemas familiares, vício, discriminação, desordem, exclusão social, racismo, desrespeito, falta de diálogo entre pais e filhos, pais não preparados para educar os filhos, poluição da natureza, trabalho infantil, desemprego dos pais, salário de miséria.

Como queremos viver?

Harmonia, paz, conhecer os pais, ter o desejo de tomar banho, fazer festa de aniversário (saber a data do aniversário), problemas com padrasto ou com madrasta, ampliações, Da rua para escola (Bolsa Escola), sem drogas, ter respeito, ser respeitado, com família.

Projeto PETI- ampliação deste projeto. União.

Maior atenção do Governo em relação às crianças e adolescentes na rua.

Burguesia capitalista não deveriam se preocupar tanto com o lucro e sim com as pessoas que estão sofrendo sem ter o que comer, vestir, morar, trabalhar. Todos nós devemos cuidar da natureza.

Direitos

Toda criança tem direito a ter uma família.

Toda criança tem direito a um lar.

Toda criança tem direito ao amar.

Toda criança tem direito a educação.

Toda criança tem direito a uma vida melhor.

Toda criança tem direito a saúde de boa qualidade.

Toda criança tem direito de ouvir e falar.

Toda crianças tem direito a uma vida sem violência.

Deveres

Toda criança deve respeitar pai e mãe e os mais velhos.

Toda crianças deve os respeitar professores.

Toda criança deve dar valor a escola que estuda.

Toda criança tem o dever de dar valor ao que possui.

Toda criança tem o dever de respeitar o colega.

Toda criança tem o dever de respeitar o próximo.

Banheiros coletivos na cidade.

Karatê, basquete, natação, GRD (Bairros), Centro Esportivos nos Bairros, Quadra de esportes para recreação.

Piscinas.

Salão de jogos para crianças: Ping-pong, Pimbolim, Dama, Dominó.

Parque de diversões.

Todo Bairro precisa ter uma biblioteca pública.

Santa Felicidade e outros bairros mais escolas.

Deveria ter na escola aula de computação, com um computador para cada aluno.

Não pode ter mato perto da escola.

Ter mais polícia perto das escolas.

Como Um Menino de Rua Vive

Os meninos e as meninas de rua, geralmente dorme nas portas das Igreja, nos bancos das praças, nas calçadas, nas rodoviárias. Existem no mundo e no Brasil até na nossa cidade milhares de meninos que vivem na rua por que foram abandonadas ou fugiram de casa para não serem espancadas. Os meninos e meninas de ruas passam o dia todo mendigando ou roubam dinheiro das pessoas e outras vezes correndo da polícia. Muitos estão tão acostumados que não imaginam outro modo de vida. Outros gostariam de ter aquilo que nós até desprezamos que são os pais, moradia, alimentos, roupas e escola. E acho que o governo deveria abrir um orfanato para as crianças de rua. *Como eles gostariam de viver.* Eles gostariam de ter uma mãe e um pai, uma escola, roupas, sapatos, etc. Uma alimentação melhor. Saúde.

F. N. (Menina)

Nós escrevemos isso não contra os ricos mas contra a desigualdade social. Alguém tem culpa, mas os pobres não tiveram culpa de ter nascido pobre, e os ricos não tiveram culpa de ter nascido rico. E o culpado é o sistema representado pelo governo. Nas atividades que fizemos na oficina percebemos que as brincadeiras são sempre representação da realidade. Nessas brincadeiras os fracos ficam de fora e na vida real os pobres são tratados com fracos. E só são tratados assim porque não se unem num objetivo comum. Nós queremos um mundo sem desigualdade social sem discriminação racial sem drogas e sem violência. Nós entendemos que a solução é: unirmos todos em busca do mesmo objetivo que é o fim da desigualdade social e que o governo faça a sua parte apoiando e enviando recursos para os projetos sociais existentes. Hoje sabemos que os projetos são poucos, mas muito importantes para a conscientização da população.

R. da C. (Menino)

Entrevista

1. **Somos diferentes? Podemos viver em igualdade? Temos os mesmos direitos?**

Somos diferentes pelo fato de classes sociais e pelo preconceito que vivemos no mundo de hoje.

Para vivermos em igualdade é viver em união, respeito educação. Temos os mesmos direitos, não deveríamos ter classes diferentes em nenhum ponto, nem escolas particulares e municipais, todos deveriam ser iguais é ai que começa o preconceito e a sermos diferentes deles.

2. **No mundo em que vivemos não está nem um pouco bem, o que precisa melhorar?**

Precisa melhorar muito, as drogas, a prostituição, saúde, não deveriam ter crianças nas ruas, diferença de serviço ex: todos os que não tem 2º Grau não arrumam serviços(diferença de), racismo diferença entre cores e classes sociais.

3. Você acha que nossa cidade está precisando melhorar na educação? O que?

Sim, às vezes alguns alunos que não entendem as perguntas, pedem explicação melhor, os professores desmotivados falam que não são professores particulares.

Respeito é importante e te quem ser tanto no relacionamento professor aluno como aluno professor.

O professor e quem ouvir mais os alunos e estes participarem das aulas. Em hipótese nenhuma um professor deve xingar um aluno.

4. No mundo de hoje em dia a violência no Brasil esta muito triste, eu queria melhorar esse problema pra viver melhor?

Espancamento, abusos, drogas, deveriam melhorar muito os abusos dos policiais sobre o cidadão que está preso afinal temos os direitos iguais ou não, jovens infratores não deveriam ser presos, e sim educados em um movimento, como acontece aqui um coisa legal, espancamentos nas casas, os pais não deveriam espancar os filhos e nem os filhos desrespeitem os pais para que não ocorram confrontos em casa.

5. A educação das escolas estão bem?

6. Por falta de empregos para muitas pessoas estão acontecendo muitos meninos de ruas e queria poder melhorar?

Desconfiança, não só por aparência, nisso incluímos tudo, racismo, preconceito, educação ex: a Vila ou melhor Santa Felicidade, quando eu vou procurar um serviço eles pedem o endereço e quando se fala que moro no Santa Felicidade eles inventam um a desculpa e falam para passar outro dia mas eles pensam que é só lá na vila mas em todo lugar tem gente ruim. Gente que precisa de ajuda.

Fato de meninos de rua não é falta de emprego é falta de lazer é falta de "liberdade".

7. Você acha que Maringá deveria dar bolsa para alunos sem ter recurso?

Sim, pois assim os alunos teriam chance de aprender mais, isso por intermédio da prefeitura.

8. O que você quer que mude no Brasil e no mundo?

Gostaria que mudasse a violência a miséria e guerra e as chacinas e exploração de menor e abuso sexual e as drogas.

Paz e respeito acima de tudo e igualdade, sem violência todos felizes e sem preconceito, nós mesmos gostar mais de nós mesmos.

Sem fome, que haja respeito acima de tudo.

9. O que esta acontecendo no Brasil?

Muito racismo violência e desemprego a fome crianças nas ruas pedindo usando drogas. Quando vai mudar o nosso país?

10. O que poderíamos fazer individualmente (cada um de nós) para ajudar melhorar a vida da comunidade?

Quando soubermos o que queremos, vontade de mudar, conscientização dos direitos que todos temos.

Já havendo está havendo mudanças pois estamos aqui.

- E. Levar a paz e a união nos lares.
- V. Se respeitando, respeitando as pessoas e conscientizar as pessoas dos seus direitos.
- A. Ajuda da melhor forma possível. - J. O que puder.
- R. Diálogo com amigos sobre drogas, violência.
- G. O que puder, o que sabe. – E. O que tiver no alcance.

**PROPOSTAS APRESENTADAS
PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NA I CONFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE MARINGÁ**

Essas propostas foram retiradas do documento coletivo produzido pelas crianças e adolescentes que participaram das 1ª Conferência Municipal da Criança e do Adolescente, realizada em 31/03/2001, na Universidade Estadual de Maringá, promovido pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com o apoio do Programa da Criança e do Adolescente/PEC/UEM, Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá, Federação Catalana de S'plais/Barcelona, União Maringaense dos Estudantes Secundaristas, Sintemar e Associação de Pais e Professores.

- 1) Ampliação do projeto PETI e do projeto Bolsa-escola;
- 2) Cursos profissionalizantes nos bairros;
- 3) Melhoria no funcionamento do transporte coletivo, com ônibus passando em todos os bairros;
- 4) Centro esportivo e escolas de 5ª e 8ª séries no bairro Santa Felicidade;
- 5) Uma biblioteca pública em cada bairro;
- 6) Banheiros e torneiras coletivas na cidade, principalmente nas praças;
- 7) Aula de computação em todas as escolas;
- 8) Atividades de Karatê, basquete, natação, GRD, salão de jogos com pimbolim, ping-pong, dama e dominó nos centros esportivos;
- 9) Terrenos e campos vazios próximos às escolas sem matos(limpos);
- 10) Patrulha escolar próximo às escolas;
- 11) Maior atenção do governo em relação às crianças e adolescentes que estão nas ruas;
- 12) Mais cuidado com a natureza e as árvores de Maringá;

3.2 RELATÓRIO DE DENÚNCIA - CASO DO CARRO PRETO (2001)

A citação do primeiro registro a seguir foi redigida por um adolescente em situação de rua, em uma Entidade¹ governamental. O escrito foi produzido enquanto o menino brincava na *máquina de escrever*². Dizia o menino através do texto: “Tiago 775 violentado por um carro preto e eu não gostei (Correção e tradução das pesquisadoras)”.

A partir da observação deste registro e da escuta deste e de outros meninos, produzimos e encaminhamos o registro abaixo:

Relatório de Registro de Ocorrência

Ao I. P. de Maringá

Vim através desta informar-lhe que no dia 06 de abril de 2001, por volta das 19:00 horas, recebi um telefonema da agente social *Joana*, contratada recentemente para trabalhar nessa Entidade, a qual informou-me que ela havia acabado de atender - dois meninos, *Romulo 15 anos e Caio 11 anos*, que haviam estado nessa *Entidade* extremamente nervosos, munidos com pedras nas mãos, agressivos, gritando e ameaçando que desejavam quebrar a Kombi da Entidade em atitude de repúdio ao fato deles terem sido ameaçados e perseguidos na rua por um grupo de pessoas que estavam dentro de um CARRO PRETO, os quais eles acreditavam que teriam alguma relação com a Equipe de trabalho da *Entidade*. Haja vista a forma repressiva e violenta com que a maioria dos meninos e meninas que vivem em situação de risco e ou de rua em nosso município vinham sendo tratados nos últimos anos por pessoas ligadas não somente à *Entidade* mas também a outras entidades assistenciais públicas. Na verdade os meninos imaginaram que os novos agentes sociais que foram incluídos na equipe de trabalho da *Entidade* estavam os enganando, não somente a eles mas também às outras crianças e adolescentes, ao sair às ruas para abordá-los e convidá-los para que compareçam na sede da *Entidade*, assegurando-lhes de que não mais serão apreendidos à força nas ruas como acontecia quando

¹ Ocultamos o nome da Instituição.

² Equipamento de comunicação o qual funcionários e educadores utilizavam para produzir grande parte dos registros do trabalho diário na instituição, para redigir solicitações, documentos, relatórios técnicos e burocráticos, entre outros registros. Outra forma era a escrita à mão. Observamos que era comum ao comportamento dos meninos e meninas que frequentavam a instituição expressarem o desejo e a curiosidade de mexerem neste equipamento. Pediam a permissão de educadores (por vezes não) para sentar diante da máquina, manipulavam com (im)precisão a colocação do papel no lugar certo, escreviam algo, expressavam sentimentos, simplesmente brincavam de escrever. Certa ocasião um menino foi à Entidade para mostrar-nos o bilhete que havia redigido manualmente e que, segundo o mesmo, seria entregue a sua namorada. Em decorrência, fez-nos dois pedidos. Que fizéssemos a correção ortográfica da mensagem. Que o bilhete carinhoso pudesse ser reescrito por ele próprio, na máquina de escrever.

sem justa causa os agentes saíam às ruas determinados a atuarem com base na lei do chamado “Arrastão”. Preocupada com a causa da atitude repulsiva expressada por esses meninos, cheguei a levantar a hipótese da existência de um “Grupo” que estivesse ligado ao poder público e/ou a outros segmentos da sociedade maringaense, utilizando-se de um carro semelhante ao nosso para tentar boicotar o trabalho educativo e de proteção que iniciamos há pouco mais de três semanas junto aos meninos e meninas em situação de rua no centro da cidade, já que as Kombis utilizadas pela prefeitura são todas da cor branca e além disso fica difícil para os meninos identificarem quem realmente é ou não da *Entidade*, já que alguns agentes são novos dentro da equipe. Para certificar-me de que os agentes que estavam de plantão (antigos funcionários da *Entidade*) não estavam envolvidos diretamente no caso, entrei em contato com eles e constatei que eles estavam no *B.P.M.* solicitando o auxílio dessa instituição na verificação de uma denúncia anônima recebida em dia anterior e cuja situação envolve questões de tráfico de drogas e jogos ilícitos para adolescentes. Sabendo que depois de terem se mostrado indignados diante da violência que tinham acabado de sofrer, expressando-se através das ameaças que fizeram de agredir os agentes e quebrar a Kombi (as quais possivelmente não foram concretizadas porque nem a Kombi e nem os agentes estavam no local nesse momento), solicitei que o agente *Miguel* e o motorista *Maicon* saíssem com o carro para procurar os dois meninos, os quais segundo a agente *Joana* teriam se dirigido à Praça da Catedral. A determinação era que eles abordassem os meninos e tentassem conversar com eles a fim de convencê-los a irem à *Entidade* para que eu pudesse conversar com eles, uma vez que também segundo a *Joana* os meninos teriam dito que me conheciam e que precisavam falar comigo para contar-me o que havia acontecido com eles. Era fundamental conversarmos com os meninos ainda naquele dia a fim de que pudéssemos obter mais informações sobre o fato, bem como saber o que realmente havia levado esses meninos a relacionarem o CARRO PRETO à Kombi da *Entidade*. Por volta das 20:00 horas telefonei para *Entidade* e certifiquei-me de que os meninos haviam sido encontrados, que estavam na *Entidade* e que o agente *Miguel* já havia preenchido a guia de encaminhamento de cada um deles para o Conselho Tutelar para que de lá fosse levados para o *Abrigo*. Determinei a esse agente que os meninos não fossem encaminhados para o Conselho Tutelar enquanto eu não chegasse para conversar com eles. Às 20:30 horas cheguei à *Entidade* e ao entrar na sala constatei a presença não só dos meninos *Romulo*, 15 anos e *Caio*, 11 anos, que haviam sido perseguidos nas ruas pelo carro preto, mas também outros três meninos: *Pedro*, 16 anos que disse ter saído do abrigo em atitude de revolta por não ter sido cumprido judicialmente a promessa de que naquele dia ele voltaria para sua casa e teria vindo à *Entidade* para proteger-se e conversar; *Gabriel*, 16 anos que estava trabalhando de engraxar sapatos quando viu *Reinaldo* 14 anos que estava cheirando tinner na praça de convivência comunitária e o trouxe até a *Entidade* para ser orientado. Os meninos estavam sendo orientados pelos agentes a fazerem o rodízio para brincar com a máquina de escrever. Vencido o tempo de brincadeira do *Romulo* o motorista tirou a folha que o menino havia trabalhado na máquina de escrever e leu a seguinte mensagem em

voz alta: Meu nome é *R. 775... eu fui violentado por um carro preto e eu não gostei*. Verifiquei que o menino havia expressado a ameaça e a perseguição de violência que ele havia sofrido na rua pelas pessoas do carro preto não somente pela linguagem corporal e verbal mas também através da escrita. Intencionalmente peguei esta mesma folha e sentei-me em espaço separado com *Romulo* e *Caio* para que eles pudessem contar-me a versão deles sobre o que havia acontecido. *Romulo* começou a conversa relatando-me que por volta das 18:30 horas eles estavam na avenida Paraná, próximo ao *Colégio M* quando viram uma Kombi branca, escrito PMI, que passou por eles e os fizeram acreditar que fosse o carro da *Entidade*. Logo em seguida aproximou-se deles um carro preto, modelo tipo Van, com vidros pretos, faixa branca nas laterais, com mais ou menos 8 pessoas vestidas com roupa toda preta, de óculos preto, sendo que um deles foi identificado pelos meninos com sendo um “japonês gordo”. Esse carro parou, o motorista abriu o vidro do carro, abordou os meninos de longe e pediu para que eles se aproximassem, pois em troca ganhariam um doce. Quando os meninos estavam se aproximando, três homens também vestidos de preto desceram do carro, sendo que um deles sacou uma faca e ameaçou os meninos para que eles entrassem no carro. Assustados os meninos fugiram correndo e segundo eles o carro teria os perseguido por mais de duas quadras, até que entraram numa rua cujo sentido não era permitido automóveis. Nisso três homens desceram do carro e continuaram a perseguição contra os meninos correndo atrás deles à pé. Segundo os meninos uma mulher que estava entrando em um prédio perguntou a eles porque eles estavam correndo e eles disseram que estavam fugindo *da Entidade*. Os meninos disseram que só não foram pegos porque conseguiram correr mais dos que os homens. Amedontrados e pensando que os agentes tinham algo a ver com a história, os meninos disseram que foram até em frente da sede *da Entidade*, dizendo que queriam falar comigo (pesquisadora) para contar-me o que havia acontecido e também “tirar satisfações” porque eu havia lhes prometido que de agora em diante os educadores *da Entidade* não iriam mais atuar da forma como atuavam antes, isto é, abordando e recolhendo as crianças e os adolescentes à força e/ou os perseguindo pelas ruas da cidade. No final da entrevista com os meninos o agente *Miguel* entrou na sala. Quando eu lhe informei o que os meninos haviam acabado de me contar (ou seja, os fatos que antecederam a ida deles até a *Entidade* e que não estavam registradas na guia de encaminhamento que seria enviada para o Conselho Tutelar), esse disse que não acreditava no que os meninos estavam dizendo e a fim de comprovar a sua desconfiança chamou na sala um outro menino, *Murilo*, 16 anos (que também vive em situação de rua em Maringá e não sabia sobre o que tinha sido conversado anteriormente com os meninos *Romulo* e *Caio*) e perguntou-lhe se ele já tinha visto um carro preto passando pelas ruas e abordando os meninos. *Murilo* respondeu que não apenas tinha visto o carro como já tinha sido abordado pelos homens de preto, certa vez quando ele estava engraxando perto do *Shopping*. Mais tarde, enquanto eu e os meninos *Romulo*, 15 anos e *Caio*, 11 anos aguardávamos no Conselho Tutelar para falar com a conselheira tutelar de plantão, por telefone, a fim de informar-lhe o que havia ocorrido, *Gustavo*, 16

anos se juntou ao grupo. *Este* não sabia do assunto e quando ouviu o menino falar sobre “o carro preto”, afirmou durante o tempo em que estava sentado em frente *da Entidade* aguardando para ser conduzido ao abrigo, tinha visto o tal “carro preto” passar por ali várias vezes. Disse que o carro lhe chamou a atenção porque naquele mesmo dia por volta das 17:00 horas, depois de ter saído, sem permissão do *Abrigo*, ele havia sido abordado por esse mesmo carro, quando passando pelo *Atacado*. Depois do relato feito por Gustavo todos os meninos aceitaram ir para o abrigo tranquilamente, pois temiam em ficar nas ruas e serem abordados novamente com violência. Os meninos levantaram a hipótese desses homens estarem atuando para matá-los e retirarem os seu órgãos. Romulo disse que só estava aceitando ir para ao abrigo numa boa, porque estava com medo de que esses homens pegassem e arrancassem seus olhos. Todos os meninos foram levados para o *Abrigo*, pela equipe do Conselho Tutelar que estava de plantão, para passarem a noite sob proteção. Contudo, considerando a importância e os agravantes dos fatos relatados pelas crianças e adolescentes, estamos comunicando-lhe o caso a fim de solicitar o apoio da P. no encaminhamento desse relatório às instâncias judiciais e policiais competentes, de modo que esses procedam na investigação do caso. Trabalhando na identificação do carro e do grupo de pessoas que estão atuando violentamente contra as crianças e adolescentes em situação de rua em nosso município, a fim de que se faça justiça e que os devidos culpados sejam punidos.

Atenciosamente

06 de abril de 2001

O próximo registro também é referente ao caso de denúncia anterior. O documento escrito por este menino a pedido de um dos agentes sociais que trabalhavam na Entidade, nos foi entregue pelo próprio agente no dia seguinte ao fato denunciado. Segundo este sujeito o documento comprovava que a história do carro preto era uma invenção coletiva dos meninos de/nas ruas.

Sexta feira dia 6- Estávamos no semáforo pedindo quando fomos embora apareceu uma Kombi branca. Eles desceram e começou a correr. Eles não pegaram a gente. Fomos na *Entidade* falamos pra Joana que tinha uma Kombi correndo atrás de nós. Nós mentimos um pouco. Nós começamos às vezes botar fogo na lenha. Isso foi na avenida Paraná e na *Entidade*. Peguei um ferro não sei do que e disse que se o conselho tutelar viesse me pegar eu ia tacar. Mas isso falei só por falar e levei o ferro perto da árvore e quando nos fomos embora oferecemos uns chocolates e a educadora *Joana* pegou um bombom. Ela conversou com a gente que não ia mandar o conselho tutelar vir atrás da gente. Saímos normal *da Entidade* e fomos para praça e começamos a conversar com o trabalhador e o cara que mora no abrigo e ai a Kombi da *Entidade* correu atrás de nós e ai

eles mandaram parar de correr. Mas nós não paramos. Ai você o m. estava conversando com a gente e eu fiquei com medo de ir pra casa e corri ai fui para o *M.* e depois fui dormir no *p.m.* Fim. R. M. C. Tel-9109-.

3.3 PROJETO PAZ E AMOR- CASA DOS MENINOS DE RUA (2002)

Neste tópico apresentamos o conteúdo do registro original de uma proposta de projeto escrito e defendido por um menino de rua, militante na Comissão Local do MNMMR, por ocasião da realização da primeira Conferência Municipal da Juventude em Maringá. O objetivo da proposta era a construção de uma moradia (casa) coletiva para os adolescentes e jovens moradores de rua na cidade. O projeto aprovado na conferência como uma prioridade não foi efetivado pelo governo.

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE

Formulário de Projetos

Dados do Responsável

Nome: movimento nacional de meninos e meninas de maringá

Endereço:

Complemento:

Bairro: Zona

CEP:

Cidade: Maringá

Estado:

Telefone Residencial:

Comercial:

Celular:

Página na internet:

Email:

Escolaridade:

Profissão:

Data de Nascimento:

RG:

CPF:

Nome do Pai:

RG:

Nome da Mãe:

RG:

Dados do Projeto

Nome: Paz e amor

Objetivo: Integrar os meninos de rua na sociedade maringaense

Público Alvo: Para nós meninos de rua

Estrutura necessária: o espaço necessário construção de uma casa, um fogão, pia, camas, armário, sofá, geladeira, estante, exercemos cursos profissionalizantes

Recursos humanos: um administrador um professor educador para manter regras

Período de atividade: Período indeterminado

Custo de implementação:

Custo de manutenção mensal:

Nº de pessoas atingidas diretamente: para 30 pessoas

Nº de pessoas atingidas indiretamente:

Executor do Projeto: movimento nacional de meninos e meninas de rua

Breve descrição do projeto: para melhoramento do convívio social na população, oportunidades de emprego, estudo, aprender uma profissão para convivermos em meio a sociedade. Por isso convocamos v.s. senhoria para discutir com atenção o nosso projeto para melhoria do convívio da população maringense.

Outras informações importantes:

Eu, V. G. da C. RG Nº _____ concedo o direito de uso do projeto aqui descrito, assim como o direito à possíveis modificações, para a Prefeitura Municipal de Maringá, par fins de implementação das Políticas Públicas de Juventude.

Maringá, 30 de janeiro de 2002.

3.4 ASSEMBLEIAS OP CRIANÇA (2002)

A primeira edição deste projeto aconteceu no período de 01 de março a 25 de abril de 2002. No total realizaram-se 16 (dezesesseis) assembleias ocorridas em média duas vezes por semana, no período noturno, em locais públicos e/ou de convivência comunitária, nas diversas regiões e bairros da cidade e nos distritos, em geral escolas, teatros, salões comunitários, centros esportivos, ruas, praças, igrejas, outros locais. Sobre a infraestrutura, os coordenadores regionais do Programa deveriam se responsabilizar pela garantia do espaço físico (mesmo local da assembleia de adultos), garantindo as condições ideais de acesso e segurança. Também deveriam fazer a divulgação da realização da assembleia das crianças nas escolas e espaços comunitários da região de sua referência.

A prática com as crianças acontecia no mesmo local da assembleia dos adultos, porém em espaços separados. A realização simultânea das atividades em um único local possibilitava que as crianças manifestassem suas propostas, reivindicações, opiniões e pontos de vistas diretamente à autoridades públicas, lideranças comunitárias, gestores, técnicos e servidores municipais, seus familiares,

educadores, e, cidadãos e cidadãs da comunidade em geral. A rotina metodológica do trabalho com as crianças se caracterizava pela seguinte proposta político-pedagógica:

- a seleção do conteúdo lúdico- as atividades eram propostas conforme a disposição do lugar;
- o encontro de toda a equipe/educadores no local combinado;
- a organização dos materiais lúdicos;
- a viagem da equipe no mesmo veículo de transporte coletivo;
- a chegada no local;
- organização do espaço lúdico;
- a recepção e acolhimento das crianças, uma a uma;
- a conversa inicial com o grupo de crianças reunidas em roda, para explicar os objetivos da reunião, e da participação política dos adultos e das crianças;
- as brincadeiras e os diálogos- brincar com outras crianças e educadores e educadoras e no processo lúdico conversar refletindo e avaliando sobre o que havia e o que faltava, e ou o precisava melhorar na região, na cidade, no bairro, por ações das políticas públicas;
- a assembleia de meninos e meninas- com exposição e expressão das ideias, reflexões e opiniões das crianças;
- a eleição das propostas políticas prioritárias;
- o registro das propostas no papel;
- a apresentação/defesa pública de suas opostas junto aos participantes adultos do OP;
- a entrega da lista de propostas à Coordenação do Programa Orçamento Participativo, que por sua vez devia fazer chegar ao Governo Municipal.

Apresentada a sistemática político-pedagógica, seguimos na apresentação dos registros de relatórios sobre o OP Criança no ano de 2002, em Maringá:

DATA: 01/03/02 - ASSEMBLEIA N.º 01 – GREVILHEAS**Atividades**

Desenho livre, pintura em giz, cantinho da leitura, fantoche, brinquedos pedagógicos-criativos, brincadeiras cantadas;

Demanda Atendida

Média de 80 crianças;

Dificuldades Enfrentadas

Falta de pessoal para trabalhar (apenas 04 educadoras); Primeira experiência junto ao OP;

Observações dos Educadores

Pais e crianças questionando se era preciso pagar para brincar; Ansiedade das crianças diante das varias opções de atividades; Boa aceitação do público presente em relação à proposta de desenvolver atividades lúdicas com os meninos e meninas; Bom atendimento e colaboração do vigia da Escola diante do que lhe foi solicitado;

Prioridades levantadas pelas crianças

Piscina na escola; Aula de artes e de computação; Mais segurança na escola; Mais atividades esportivas e brincadeiras dentro da escola; Melhor organização do horário escolar das turmas a fim de facilitar o transporte e o uso dos materiais no dia a dia;

DATA: 05/03/02 - ASSEMBLEIA N.º 02 – ZONA 04**Atividades**

Brinquedos pedagógicos e fantoches;

Demanda Atendida

10 crianças (filhos dos trabalhadores da Feira que estava acontecendo no mesmo dia da Assembleia);

Dificuldades Enfrentadas

Falta de espaço no teatro para realizar atividades com as crianças; Limitação do espaço externo ao redor do teatro, devido à realização da Feira; Perigo no trânsito ao redor do teatro, onde foram feitas as atividades; Pouca iluminação na praça; Falta de mesas para colocar os brinquedos; Não comparecimento de crianças na assembleia;

Observações dos Educadores

Motivação das crianças para as atividades de fantoche e brinquedos criativos (boa exploração da capacidade criativa e da subjetividade nas relações em grupo);

Prioridades levantadas pelas crianças

Não houve assembleia;

DATA: 07/03/02 – ASSEMBLEIA N.º 03 – GUAIAPO

Atividades

Oficina do brinquedo cometchinha, jogos com brinquedos pedagógicos e criativos, pintura livre, leitura de estórias infantis, fantoche e músicas populares infantis;

Demanda Atendida

100 crianças e adolescentes;

Dificuldades Enfrentadas

Único espaço disponível para desenvolver as atividades era as salas de aula; ansiedade e motivação das crianças a partir do contato com os brinquedos; baixo número de educadores; comportamento agitado das crianças;

Observações dos Educadores

Surpresa das crianças e moradores do bairro com as atividades; bastante interesse das crianças e adolescentes do bairro com a cultura do Hip-Hop; disponibilidade das crianças em ajudar os educadores a recolherem os materiais no final da assembleia; atendimento prestativo da diretora e do vigia diante de determinadas solicitações da equipe de trabalho;

Prioridades levantadas pelas crianças

Embora não tenha sido possível organizar a assembleia com as crianças e adolescentes, durante a realização das atividades alguns meninos e meninas colocaram que entre as necessidades do bairro estava a cobertura da quadra da escola; a iluminação da quadra comunitária; posto de saúde; implantação de programas de atividades de esporte lazer e cultura (principalmente atividades de futsal, Hip-Hop, recreação e Capoeira);

DATA: 11/03/02 – ASSEMBLEIA N.º 04 – BORBA GATO**Atividades**

Pintura em giz, cantinho da leitura, amarelinha, jogos e brinquedos, mini-basquete;

Demanda Atendida

Média de 70 crianças e adolescentes;

Dificuldades Enfrentadas

Rivalidade de grupos de adolescentes que estavam presentes (foi necessário interferir dialogicamente com esses grupos a fim de conter o comportamento agressivo de determinados jovens), a falta de vínculo dos educadores com os adolescentes o que dificultou no relacionamento pedagógico com os mesmos;

Observações dos Educadores

Alguns meninos que estavam incentivando a violência entre os grupos de adolescentes faziam parte do grupo de capoeira que havia acabado de apresentar-se para os participantes da assembleia; prestatividade dos serviços solicitados ao coordenador do centro esportivo que esteve presente na assembleia;

Prioridades levantadas pelas crianças

Devido às dificuldades de organizar as atividades junto às crianças e adolescentes e ao mesmo tempo envolvê-los na discussão sobre o Orçamento Participativo, foi impossível tanto realizar a assembleia quanto obter informações sobre as prioridades da infância e adolescência daquela Região;

DATA: (NÃO REGISTRADO) ASSEMBLEIA N.º 05 – IGUATEMI**Atividades**

Brinquedos pedagógicos, pintura livre, mini-vôlei, mini-futebol, mini-basquete, amarelinha, xadrez, dama e trilha e pula-corda;

Demanda Atendida

Média de 150 crianças e adolescentes;

Dificuldades Enfrentadas

Baixo quadro de recursos humanos para atender a demanda de crianças, falta de mesas para realizar as atividades, falta de iluminação do local;

Observações dos Educadores

Alguns pais tiveram que ser convidados várias vezes para participar da assembleia em virtude do envolvimento com as brincadeiras, a indisponibilidade da coordenação do centro esportivo em colaborar para sanar as dificuldades de estrutura física e de material, o não atendimento da secretaria do meio ambiente em relação à solicitação de serviços de iluminação do local; transporte do pessoal e dos materiais (pouco espaço na Kombi);

Prioridades levantadas pelas crianças

Pista de Skate, incentivo aos grupos de artes e de cultura de rua organizados no distrito, áreas de lazer nas duas regiões do distrito (regiões abaixo e acima da rodovia)

DATA: 15/03/02 – ASSEMBLEIA N.º 06 – ALVORADA
--

Atividades

Oficina do brinquedo cometinha; pintura livre e temática; mini-vôlei; mini-futebol; jogos e brinquedos pedagógicos; bambolê; vivências corporais criativas;

Demanda Atendida

Média de 30 crianças e adolescentes;

Dificuldades Enfrentadas

Transporte dos materiais e do pessoal; espaço utilizado para as atividades muito próximo da avenida principal; falta de torneira de água na praça (só existia torneiras dentro do salão comunitário o que dificultou o acesso das crianças e dos educadores); pouco iluminação do local; falta de lixeiras no local;

Observações dos Educadores

Boa atenção e colaboração do presidente do bairro para o que foi preciso, motivação das crianças em relação às atividades e à proposta de levantamento das prioridades da população infantil; a grande maioria dos meninos e meninas não eram moradores do Jardim Alvorada e sim de outros bairros da região; o alto nível de participação e organização política das crianças e adolescentes (provavelmente pelo fato de muitas serem filhas de líderes comunitários dos bairros da região e também de determinadas autoridades políticas que estavam presentes na assembleia); cuidado das crianças com os materiais e atenção com as atividades e educadores; as crianças fizeram assembleia, mas não aceitaram apresentar as prioridades levantadas ao público da assembleia do OP;

Prioridades levantadas pelas crianças

Arrumar a praça e o parquinho da praça da paróquia São Francisco de Assis; ação da prefeitura no tratamento de crianças e jovens que usam drogas nos bairro da região; tapar buracos das ruas do Jardim Imperial e fazer a manutenção das lombadas que existem; reforma e manutenção do Parque Galha Azul localizado no Conjunto Ney Braga com colocação de alambrado em volta do campo;

DATA: 21/03/02 - ASSEMBLEIA N.º 07- CONJUNTO THAÍS

Atividades

Fantoches, xadrez, desenho e pintura, brinquedos pedagógicos, mini-basquete, mini-vôlei, peteca e queimada;

Demanda Atendida

80 crianças e adolescentes;

Dificuldades Enfrentadas

Número de meninos e meninas para o número de educadores; atitude do vigia da escola que chamou a polícia porque um menino de oito anos estava brigando com outras crianças e jovens; falta de iluminação na quadra da escola;

Observações dos Educadores

Dificuldade das crianças se organizarem para as brincadeiras coletivas e de se relacionarem com os brinquedos também e modo coletivo; revolta dos jovens com o presidente do bairro e com o governo popular, especificamente com o prefeito a quem culpabilizaram pela falta de estrutura do posto de saúde, centro esportivo e de outros serviços inexistentes no bairro;

Prioridades levantadas pelas crianças

Quadra esportiva comunitária no Conjunto Thaís; reforma e revitalização do Parque Galha Azul no Conjunto Ney Braga; asfalto no Conjunto Thaís; praça de lazer no Conjunto Thaís; cursos profissionalizantes para os jovens do Conjunto Thaís;

DATA: 25/03/02 - ASSEMBLEIA N.º 08- JARDIM PROLAR

Atividades

Pintura livre, pintura em giz, pintura no rosto, cantinho da leitura, legos, brinquedos pedagógicos e de construção, oficina de cometinha, CD Teca;

Demanda Atendida

Média de 100 crianças;

Dificuldades Enfrentadas

Local muito próximo da assembleia- sala de aula; indisponibilidade da direção da escola em atender as necessidades da equipe; equipe pequena, apenas 5 educadores para a quantidade de crianças;

Observações dos Educadores

Havia regras expostas nas paredes da sala de aula, do que poderia ou não ser feito pelos alunos durante os horários das aulas e as crianças estavam jogando os brinquedos nestes cartazes, o que demonstrava revolta; Vários comandos que a direção deu ao guarda para impedir o barulho nos corredores; Uma mãe reclamou da pintura no rosto que havia sido feita no filho; Algumas mães não foram para a assembleia (dos adultos), permanecendo nas salas e participando das atividades; Crianças ajudaram a aguardar os materiais;

Prioridades levantadas pelas crianças

Ter atividades lúdicas e esportivas na escola; Haver maior participação da escola nos eventos e atividades como jogos escolares; Repressão das normas impostas pela escola;

DATA: 27/02/02 - ASSEMBLEIA N.º 09- RESIDENCIAL TUIUTI

Atividades

Pintura livre, brinquedos pedagógicos, blocos criativos, xadrez, dama, pula-corda, legos;

Demanda Atendida

Média de 70 crianças;

Dificuldades Enfrentadas

Pouco espaço para desenvolver as brincadeiras; Água disponível somente no local da reunião do OP; Trânsito da rua (inseguranças no local); Assembleia no mesmo horário da missa;

Observações dos Educadores

Desconfianças dos jovens da escolinha dominical em permitir que as crianças participassem das brincadeiras; Desrespeito de determinados adultos que estavam participando da missa em relação às crianças que estavam brincando (alguns chegaram a pedir que os brinquedos fossem retirados);

Prioridades levantadas pelas crianças

Não foram identificadas;

DATA: 02/04/02 – ASSEMBLEIA N.º 10 – ZONA 05

Atividades

Pintura em giz, pintura no rolo, origami, brinquedos pedagógicos, xadrez, dama, pula corda, fantoche;

Demanda Atendida

15 crianças;

Dificuldades Enfrentadas

Local inadequado; falta de mesas para as atividades; pouco número de crianças; dificuldade do relacionamento das crianças- eram muito fechadas e faltava motivação para brincar no coletivo; falta de conhecimento; insegurança dos pais em deixar os filhos na brincadeira;

Observações dos Educadores

Foi a primeira vez que a equipe do OP contou com o apoio dos estagiários da disciplina de recreação e lazer do DEF/UEM, o que fez com que o número de educadores fosse mais do que o suficiente pela quantidade de crianças; os educadores tiveram que convencer as crianças para brincar; reflexão sobre o mito de que na região da zona 05 não há necessidade de implantar programas sócio-educativos com crianças e adolescentes, tendo em vista o perfil sócio-econômico da grande maioria dos moradores, uma vez que algumas crianças que participaram das atividades foram para o Calil justamente porque ouviram dizer na escola que haveria brincadeiras(as meninas eram filhas de pais separados, o pai trabalhava no período da noite, e elas geralmente ficavam sozinhas em casa); pela primeira vez uma mãe elogiou durante o espaço da fala do povo, o trabalho do OP Criança; foi bastante motivante para os educadores o fato de ter podido brincar realmente com as crianças e entre os educadores, já que que a equipe era mais que suficiente para a demanda (nas demais assembleias os educadores acabaram orientando as crianças para as brincadeiras e não brincando efetivamente com essas);

DATA: 10/04/02- ASSEMBLEIA N.º 11 – VILA MORANGUEIRA**Atividades**

Pintura livre, brinquedos pedagógicos, blocos criativos, xadrez, dama, pula corda, legos, mini-futebol; mini-basquete; brincadeiras com bambolê;

Demanda Atendida

Média de 40 crianças;

Dificuldades Enfrentadas

Pouca iluminação do local; espaço das atividades muito distante do espaço da reunião, o que provocou insegurança de algumas famílias em permitir que as crianças brincassem;

Observações dos Educadores

Algumas mães foram na assembleia apenas para levar as crianças para brincar, porque esses haviam dito que na divulgação feita na escola o pessoal do OP disse que o ingresso era um “pai” e ou uma “mãe”; houve apoio dos estagiários da disciplina Recreação e Lazer do DEF/UEM;

Prioridades levantadas pelas crianças

Não foram identificadas;

DATA: 12/04//02 - ASSEMBLEIA N.º 12 – VILA SANTA IZABEL**Atividades**

Pintura em giz, brinquedos pedagógicos, blocos criativos, xadrez, dama, legos, mini-basquete, mini-futebol, mini-volei, perna de pau, bambolê, pula-corda;

Demanda Atendida

Média de 50 crianças;

Dificuldades Enfrentadas

Espaço- quadra sem iluminação para desenvolver as brincadeiras; As crianças tinham que passar pela assembleia para ter acesso às atividades que estavam sendo feitas nas salas;

Observações dos Educadores

Assédio dos jovens às educadoras; O fato de haver giz nos quadros das salas fez com que as crianças se motivassem a ficar escrevendo

no quadro, principalmente o que estavam aprendendo em sala de aula; As ficavam escrevendo frases e colocando o sujeito, predicado...; Nem todas as crianças sabiam que havia brincadeiras nas salas e ficaram maior tempo na quadra, ficando reduzido o número de crianças nas salas; Atenção/disponibilidade dos diretores no atendimento à equipe; Houve apoio dos estagiários da disciplina de Recreação e Lazer do DEF/UEM;

Prioridades levantadas pelas crianças

Não foram identificadas;

DATA: 16/04//02- ASSEMBLEIA N.º 13- PARÓQUIA S. M. G.
--

Atividades

Pintura em giz, brinquedos pedagógicos, xadrez, dama, oficina de cata-vento, brincadeiras de pega-pega;

Demanda Atendida

10 crianças;

Dificuldades Enfrentadas

Local no fundo do salão da reunião foi impróprio para desenvolver as atividades, uma vez que havia vários equipamentos que poderiam causar acidentes (tábuas, serra elétrica, vasos de flores, etc.);

Observações dos Educadores

Havia mais educadores do que crianças devido ao apoio dos estagiários da disciplina de Recreação e Lazer do DEF/UEM;

Prioridades levantadas pelas crianças

Não foram identificadas;

DATA: 18/04//02- ASSEMBLEIA N.º 14- FLORIANO

Atividades

Pintura em giz, brinquedos pedagógicos, xadrez, dama, pela-corda, legos, caça ao tesouro, oficina de fantoche, oficina de construção da flor d água, brincadeira do tubarão;

Demanda Atendida

Média de 50 crianças;

Dificuldades Enfrentadas

Energia disponível; Pouca iluminação da praça; Foi difícil para a equipe sair no final das atividades para vir embora porque muitas crianças pediam para que todos fiassem por lá;

Observações dos Educadores

Algumas crianças ofereceram suas casas para que o grupo pudesse dormir; Primeira assembleia onde as crianças quiseram apresentar as prioridades que elas levantaram; Houve apoio dos estagiários da disciplina de Recreação e Lazer do DEF/UEM;

Prioridades levantadas pelas crianças

Construção de uma piscina; construção de posto de gasolina; construção de posto de saúde; construção de um prédio; construção de um supermercado no Distrito; Asfalto; (OBS: lista de prioridades entregue durante a assembleia para a coordenação do OP);

DATA: 23/04//02- ASSEMBLEIA N.º15- VILA OPERÁRIA

Atividades

Brinquedos pedagógicos, blocos criativos, xadrez, dama, legos, mini-futebol, mini-volei, mini-basquete, oficina de cometchinha e cata-vento;

Demanda Atendida

Média de 80 crianças;

Dificuldades Enfrentadas: Local- rua e alguns moradores reclamaram principalmente por causa da bola; Falta de pessoal para trabalhar- 4 educadores apenas; Devido ao parque da escola muitas crianças ficaram brincando;

Observações dos Educadores

Pediram para que nós educadores tirássemos as crianças do parque da escola pois poderia atrapalhar a assembleia ;

Prioridades levantadas pelas crianças

Não foram identificadas;

DATA: 25/04/02 - ASSEMBLEIA N.º 16 – SÃO DOMINGOS
--

Atividades

Brinquedos pedagógicos, blocos criativos, xadrez, dama, legos, mini-futebol, mini-basquete, oficina de cata-vento, massinha;

Demanda Atendida

Média de 30 crianças;

Dificuldades Enfrentadas

Espaço para as atividades muito próximo do local da assembleia;

Observações dos Educadores

Tranquilidade que foi trabalhar com as crianças; Durante a assembleia com as crianças alguns adolescentes pediram para que as crianças dissessem por eles o que eles viam como prioridade; As prioridades levantadas pelas crianças foram mais concretas do que as dos adultos; Houve apoio dos estagiários de Recreação e Lazer do DEF/UEM:

Prioridades levantadas pelas crianças

Telão e cadeiras para as crianças do OP Criança; Centro Esportivo; Escola na Zona Rural; Reforma do Salão Comunitário; Tapar os buracos nas ruas; Cobertura da Quadra da Escola; Passarela na rodovia;

PROPOSTAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA OP CRIANÇA EM 2002

Uniforme padronizado para Equipe de trabalho; Fichas de inscrições das crianças; Material Lúdico-pedagógico temático sobre temas relacionados à cidadania e ao orçamento participativo; Vídeo/telão com filme infantil explicativo sobre orçamento participativo; Aparelho de som; Adesivo de identificação específico para as crianças com espaço para colocar nome e bairro da criança; Preparação do local das atividades com antecedência; Capacitação teórica da Equipe que vai trabalhar no Programa a fim de que entendam o que é o OP e qual sua dinâmica de aplicação no Município;

Observações

Escola repressiva X Educação no tempo livre; Material que sumiu: na Escola do T. foram canetinhas e no I. 01 Bola; Polícia na Escola no C. T.;

3.5 RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO LOCAL DO MNMMR (2002)

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA COMISSÃO LOCAL DE MARINGÁ RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES/2002

GESTÃO DEMOCRÁTICA-REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presidência do Conselho assumida pela militante C. F. C;
Fórum Regional de Direitos da Criança e do Adolescente, com representatividade do militante J. F. A.;

EXTENSÃO- NÚCLEOS DE BASE

Núcleo de base Bairro Santa Felicidade, com participação semanal de cerca de 100 meninos e meninas na faixa etária de 03 a 17 anos e jovens de 18 a 22 anos;
Núcleo de Base de Futebol de Meninos de Rua, com participação semanal de cerca de 20 adolescentes e jovens na faixa etária de 14 a 24 anos;

PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2002

Atividades Lúdicas no Núcleo de Base Santa Felicidade; Atividades esportivas no Núcleo de Futebol de Meninos de Rua; Participação no Fórum Social Mundial;
Participação na organização e realização do II Encontro Nacional de Educação Social;
Participação na I Conferência Municipal da Juventude de Maringá, com apresentação do Projeto Paz e Amor- Casa para Jovens Moradores de Rua;
Participação no VI Encontro de Meninos e Meninas de Rua-Brasília/Distrito Federal; Oficina de Defesa de Direitos no II Encontro de Educação Social;
Participação no VI Intercâmbio Anual de educadores do MNMMR e da Federaccio Catalana de L'Splai/Barcelona;
Promoção de oficina "Brincar e não Excluir", juntamente com o Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de Rua e nas Ruas PCA/UEM, no II Encontro Nacional de Educação Social; Participação dos Meninos do Núcleo de Futebol nos Jogos Abertos de Maringá;
Participação e promoção de oficina de "Jogos Cooperativos" no I Encontro de Lazer do Paraná;
Participação e promoção de oficina de jogos cooperativos no II Encontro de Lazer do Centro de E. S. de Maringá com o tema "Lazer e Exclusão Social";
Promoção de Oficina de Defesa de Direitos e Oficina de Jogos Cooperativos no Curso de Extensão Criança e Adolescente-Sistema de Proteção Integral realizado pelo PCA/UEM e Fórum Regional de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Participação no I Encontro Paranaense de Jovens da Cidade e do Campo- Londrina/PR;

Participação no Encontro Nacional de Militantes do MNMMR/Brasília;
Participação em reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDCA;
Intervenções jurídicas e de proposição de políticas sociais públicas junto segmentos de justiça, governamentais e não-governamentais do município, para a defesa de direitos de meninos e meninas e jovens do Núcleo de Base e moradores de rua;
Reuniões com a F. I. C. de Maringá para divulgação e expansão dos trabalhos da Comissão Local;
Reuniões da Comissão Local para planejamento e avaliação das ações;
Reuniões da Comissão Local para planejamento e avaliação das ações;
Reuniões da Comissão Local com demais Comissões Locais do Paraná para realização de assembleias e planejamento das ações do Movimento no Estado do Paraná;
Participação do Movimento em entrevistas escritas e faladas sobre temas específicos relacionados à Redução da Idade Penal e ao cotidiano dos meninos e meninas de rua em Maringá;

RELATÓRIO DE RECURSOS OBTIDOS EM 2002 PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO LOCAL

Núcleo Bairro Santa Felicidade

Transporte gratuito de educadores e dos materiais todos os sábados cedido pelo PCA/UEM;
Brinquedos e materiais pedagógicos e esportivos cedidos por regime de empréstimo e de concessão de uso semanal pela S. de E. e L.;
Pagamento de honorários de educadores, P. M. N. e J. R. L. pelo trabalho prestado semanalmente no Núcleo de Base Santa Felicidade em regime de estágio pela S. E. ;
Destinação de 4 horas de trabalho semanal do funcionário da S. D. H. F. para ensinar violão no Núcleo Santa Felicidade aos sábados a tarde;
Concessão do uso do espaço físico e da Escola Municipal Benedita Natália Lima para atividades de Sábado no Núcleo Santa Felicidade;
Bolo, refrigerante, balas e doces conseguidos para realização da festa da criança, através da campanha de doação juntos aos alunos da Academia e outras pequenas empresas e cidadãos maringaenses.
Oficina de teatro Calil Hadad da Secretaria de Cultura; Brindes (camisetas), brinquedos e carne pra fazer 600 lanches para o encerramento do I Torneio de Futsal de Natal, conseguidos através de doações de amigos e alunos da M. Academia; Shorts de futsal e bolas doadas, gastos de R\$685,00 reais; Doações de matérias esportivos no valor de R\$500,00 reais para uso da comunidade do Santa Felicidade e compras de bolas e medalhas para o I Torneio de Natal, através de doações do Splai de Barcelona em dezembro de 2002;
Equipamentos de som conseguido com morador do bairro Santa Felicidade para animação durante do I Torneio de Futsal de Natal, no valor de R\$150,00 reais;

Trabalho de um grupo de mães para fazer os lanches distribuídos da festa da criança em outubro de 2002 e no I Torneio de Futsal de Natal;

Núcleo de Futebol de Meninos de Rua

Uso exclusivo da quadra de esportes da UEM, cedido semanalmente para a realização dos jogos, através da parceria com o PCA;

Manutenção da Sede

Doação de computadores; Doações de livros e revistas;

VI Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Transporte cedido pela S. E. no valor de R\$3.000,00;
Lanche para a viagem, conseguido junto a comerciantes da cidade;
Roupas e materiais de higiene pessoal para meninos de rua, conseguidos junto aos amigos do Movimento e a comerciantes da cidade;
20 cobertores para serem usados na viagem, conseguidos através de doações de comerciantes;
Banner promocional com símbolo e nome da Comissão Local no valor de R\$ 60,00 reais, conseguidos através de doação de empresa de propaganda;
R\$ 500,00 reais solicitado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para custear a alimentação dos meninos e meninas de Maringá durante a viagem de ida e volta para Brasília;

ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E DE APOIO ECONÔMICO

Venda do livro "Reflexões de quem Navega na Educação Social", de autoria da educadoras P. C. R. e V. R. M.; Pequenas doações de materiais de militantes, educadores e colaboradores;
Repasse de verba parlamentar no valor de R\$600,00 reais do CMDCA destinados à aquisição de materiais de consumo e pedagógicos, os quais foram destinados para a manutenção dos projetos em parceria com o PCA/UEM;
Apoio econômico da Federação Catalana de Splai, destinado ao pagamento de gastos com manutenção da sede da Comissão Local e pagamento salarial de 01 secretaria (20 horas semanais) e 01 educador social de rua (40horas);
Apoio econômico do Splai de Canaurell no valor aproximado de R\$4.000,00 destinado a atividade comemorativas de Natal e a viagem de 02 jovens militantes para o Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

3.6 II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS DE MARINGÁ (2003)

Realizamos as transcrições abaixo a partir de cópias de registros das programações lúdicas e temáticas, e de discussões, propostas e deliberações das crianças e adolescentes participantes da “II Conferência de Meninos e Meninas de Maringá- *Minha vida... Nossa Cidade. Pela Vida e Pela Paz*”, promovida e realizada pela Comissão Local do MNMMR e PCA/UEM, nos dias 15 e 16 de maio de 2003, na UEM. A iniciativa nasceu a partir do histórico de realização da I Conferência da Criança e do Adolescente, em 2001, cujos processos transcrevemos anteriormente. Das atividades, realizaram-se 17 (dezesete) tipos de oficinas lúdicas e 02 (duas) oficinas temáticas. Ao final desta Conferência, reproduzimos e arquivamos uma cópia de parte deste material escrito. Deste modo, agora, como pesquisadora, podemos apresentá-lo neste estudo como segue:

II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE MENINOS E MENINAS
Minha Vida... Nossa Cidade: Pela Vida e Pela Paz
De 15 a 16 de Maio de 2003 na UEM

DIA 15 DE MAIO/QUINTA-FEIRA - (Participação de todos os meninos e meninas inscritos na II Conferência)

OFICINAS

Oficina	Nome	Coordenação	Instituição (ões)
01	<i>Brincando com Poemas</i>	Educadora Social	MNMMR e Centro da Referência da Criança e do Adolescente
02	<i>Bumba Meu Boi</i>	Educador	Grupo Folclórico Anjos da Guarda
03	<i>Capoeira de Angola</i>	Mestres de Capoeira	Assessora Especial da Comunidade Negra
04	<i>Castelos Humanos</i>	Meninos e Meninas	MNMMR- Núcleo de Base Bairro Santa Felicidade
05	<i>Construindo Brinquedos com Sucata</i>	Educadoras	Centro de Apoio à Criança, ao Adolescente e à Mulher e Pastoral da Criança

06	Contando Estórias	Educadora Social	CIACA/Mandacaru/FUNDESC
07	Criando com Argila	Artista Plástico	
08	Brincar e Não Excluir	Educadora e Educador Social	MNMMR e Projeto Brincadeiras/PCA
09	Dança de Rua e Breack	Educadora Social e Artista Cênica	
10	Estórias em Quadrinhos	Educador Social e Psicóloga	FUNDESC
11	Expressando-se através do Teatro	Grupo de Teatro CIA PALCO	
12	Expressão e Mímicas	Educadora Social	MNMMR e Projeto Brincadeiras/PCA
13	Falando no Rádio	Profissional Radialista	
14	Fazendo Arte com Pedacinhos de Papel	Educadora	Instituto de Estudos Japonês/PEC/UEM
15	Grafitando o Mundo como ele é	Artista/Grafitador	Movimento HIP HOP
16	Malabarismos com Bastão	Jovem morador de rua	MNMMR- Núcleo de Base da Rua
17	Samba, Pagode e Cidadania	Meninos e Meninas	MNMMR- Núcleo de Base Bairro Santa Felicidade

DIA 16 DE MAIO/SEXTA-FEIRA

(Participação dos meninos e meninas escolhidos como representantes nas Oficinas do dia 15)

OFICINAS TEMÁTICAS

Oficina	Nome	Coordenação	Instituição (ões)
01	Cotidiano da Violência: a criança e o adolescente pela Vida	Técnicas	CEACAM- Centro de Apoio à Criança, ao Adolescente e à Mulher

02	A Criança e o Adolescente na construção da Paz	Especialista e Pesquisadora na área da infância e adolescência	Coletivo de Ideais, Projetos, Pesquisa e Intercâmbio
----	---	--	--

Observação: O LIMITE DE PARTICIPANTES EM CADA OFICINA SERÁ DE 20 A 25 INSCRITOS

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Brincar e não Excluir/Castelos/Mímica**

RELATOR (A):

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

Exclusão/crianças fora da escola/ idosos/ deficientes;
 a cidade exclui a cultura de algumas pessoas;
 através da brincadeira deve-se ter companheirismo;
 a dificuldade de incluir as pessoas;
 quando excluimos alguém, podemos também ser excluídos;
 em relação à oficina de Castelos se todos ajudarem poderemos conquistar nossos objetivos;
 o exemplo dos castelos pode servir no nosso cotidiano;
 solidariedade;
 aprender a cultura do outro país é importante;
 a cooperação entre participantes do castelo;
 na dinâmica da mímica é importante discutir e aceitar a ideia de todos;
 existem várias formas de expressar os sentimentos;
 o que é o ECA ?

REGISTROS DAS PROPOSTAS

Poder público deve proporcionar mais empregos para os pais para que as crianças possam ir à escola;
 os pais devem ter acesso à educação/profissionalizante/projeto de educação para adultos;
 oportunizar uma vida melhor para os deficientes (rampas, corrimões, ônibus);
 projetos de melhoria para os idosos;
 projetos culturais nas escolas/ocupação dos teatros;
 ocupação dos espaços públicos de lazer;
 melhorar o saneamento básico, asfaltar as ruas;
 ter mais segurança para podermos exercer nossa liberdade;
 projetos de inclusão das diferentes classes sociais, idade;

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Bumba Meu Boi**

RELATOR (A): R.

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

Mgá falta atividades culturais das quais os adolescentes possam participar.

Deveria ter mais grupos que incentivassem a cultura.

Falta quadra esportiva coberta nas escolas municipais;

há discriminação das pessoas participam de grupos como dança de rua, por exemplo, deveria ter mais apoio para desenvolver estes grupos;

falta infraestrutura, apoio do governo para desenvolver projetos nas comunidades, este apoio pode ser apenas em ceder local que com certeza a comunidade ampliará os trabalhos;

todos os estudantes deveriam ter uma carteirinha da escola em que estudam que lhes dá direito à desconto em eventos culturais, cinemas, etc.

A carteira de estudante não deve ser paga, a escola deveria proporcionar isso aos alunos;

deveria ter mais programas ou mais vagas em programas como os que são oferecidos pelo lar escola e aulas de informática, etc. Apoio aos bairros na questão ecológica;

limpeza em terrenos vazios, melhorar iluminação nas ruas, a limpeza nas ruas dos bairros como é feita no centro;

programas culturais para crianças pequenas devem ser implantados e não só para adolescentes;

aproveitar os espaços nos CIACAS (Alvorada) p/ desenvolver mais atividades artísticas c/ o desenho, pintura, atividades podem ser desenvolvidas pelos próprios adolescentes, não só c/atividade escolar mas também atividades que desenvolvam a criatividade;

utilizar as escolas em atividades culturais desenvolvidas pela comunidade nos finais de semana;

em colégios c/o U. P., cobram dos alunos quando estes querem utilizar a quadra coberta p/ alguma atividade esportiva, isso não deveria acontecer; emissão de declarações nos colégios também são cobradas nas escolas estaduais;

nos colégios os alunos não tem acesso aos laboratórios de informática;

REGISTROS DAS PROPOSTAS

Maior incentivo nas atividades culturais p/adolescentes; criação de mais atividades culturais das quais as crianças também; incentivo do governo com disponibilização de locais nas comunidades p/desenvolver atividades;

possibilidade de utilizar as escolas nos finais de semana p/desenvolver atividades;

emissão de carteirinhas de estudantes pelas escolas;

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Contando Histórias**

RELATOR (A): R. R.

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

Minha vida... minha cidade: pela vida e pela paz é um tema muito importante na nossa sociedade, esse tema fala da vida e do compromisso de cada um pela vida e pela paz em nossa cidade, porque na verdade cada um pensa em si mesmo e não pensa no próximo com deveria pensar. Ficou comum ver em nossa vida pessoas pedindo alimentos e dinheiro não damos mais importância pois já é comum encontrarmos miséria e fome nas cidades.

Não adianta querermos a paz sendo que não fazemos a paz. As pessoas que moram nas favelas normalmente roubam, matam e sequestram pessoas para ganhar dinheiro para comer e acabam usando drogas, só que não só aquelas que moram nas favelas que fazem o uso de drogas, mas também aqueles rapazes ricos também usam.

A tecnologia aumentou e as pessoas trocaram o trabalho manual pelo trabalho da máquina isso deixa muitas pessoas desempregadas. Ainda pensando no tema da conferência vamos falar também das diferenças existentes no meio social, existem alguns meios de transporte adequados, mas a grande maioria ...

REGISTROS DAS PROPOSTAS

1º Campanhas de conscientização da população por parte da prefeitura, governo, escolas, empresas, empresários, etc. para arrecadação de alimentos, roupas, dinheiro, agasalhos, também;

2º Mais divulgação e maior tempo de estadia nos albergues;

3º Aumento do número de vagas no mercado de trabalho;

4º Mais clínicas públicas para tratamento das pessoas que usam drogas;

5º A prefeitura, as escolas e outras instituições poderiam fazer cartazes e panfletos com campanhas antidrogas e espalhar pela cidade;

6º A construção de meio de transportes adequados e criar leis para que todos os locais tenham rampas de acessos para aos deficientes físicos;

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Construindo Brinquedos com Sucata**

RELATOR (A): H. de L. J.

REGISTROS DAS DISCUSSÕES E PROPOSTAS

O que você gostaria que mudasse na sua cidade!

- 1º Que os centros esportivos tivessem abertos nos fins de semana com várias atividades;
- 2º Ter mais segurança (viaturas com policiais) nos bairros;
- 3º Segurança dentro e fora das escolas- ter piscina.
- 4º Ter ônibus somente para alunos;
- 5º Ter uma carteirinha de estudante feita pela escola para ir ao cinema, parques, shows... (para pagar meia entrada). Ter aula de campo, ter acesso a eventos fora da escola.
- 6º Ter mais lixeiras pela cidade, principalmente nos bairros;
- 7º Mais médicos nos postos de saúde, mais equipamentos e remédios, ter mais funcionários para melhor atender a comunidade;
- 8º Políticas de geração de empregos e renda;
- 9º Melhor conservação dos rios e saneamento básico;
- 10º Limpar os bairros, passar mais venenos contra a dengue;
- 11º Conscientizar as pessoas sobre a dengue para que elas tenham mais cuidado;
- 12º Ter mais moradia para as pessoas, pois tem muitas pessoas morando nas ruas;
- 13º Recapilar os asfaltos;
- 14º Ter mais lixeiras, cuidar mais da iluminação das ruas;
- 15º Cuidar dos telefones públicos;
- 16º Aumentar o salário das pessoas, pois uns ganham muito e outros ganham nada;
- 17º Construir creches nos bairros;

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Criando com Argila**

RELATOR (A): C. P.

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

Não houve anotações.

REGISTROS DAS PROPOSTAS

- preservar a arborização que já existe na cidade proibir o corte de árvore, plantar, se cortar 1 plante 2;
- proibição no trabalho infantil no município;
- campanha de prevenção de drogas;
- alternativas sócio- educativa para infratores;
- voluntários podiam preparar uma alimentação para aqueles sem moradia;
- campanhas contra desperdício de alimento;
- campanhas educacionais para reciclagem;
- construção de casas populares;
- oportunidades de emprego para os chefes de família;
- garantir o contra-turno escolar no mínimo para o ensino fundamental ex: oficina de artes, treinamentos esportivos, grupo de jovens, discussão das leis;
- exigir o cumprimento das mesmas;
- mobilização da sociedade civil para mobilização da fome;
- campanhas mobilizando a sociedade civil para combater a fome;

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Dança de Rua e Break**

RELATOR (RA): Educadora S. G. B.

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

- Posto de saúde em maior número;
- Centro Esportivo Miosótis, oficina de dança;
- Perto da Tuiuti e do Requião não existe Centro Esportivo;
- Cuidar da manutenção de terrenos vazios, iluminação pública (ruas) e asfaltamento;
- Próximo à Escola M. de A. não há asfaltamento;
- Asfalto no Guaiapó;
- Limpeza dos bueiros – Conscientização da comunidade para não jogar lixo nos bueiros;
- Construir mais CIACAs no Requião mais de 300 crianças sem oportunidade de atendimento;
- Praças com brinquedos e espaços para atividades de lazer;
- Passe do estudante para também poderem ir para o CIACA e Centros Esportivos;
- Jardim Vitória, o vigia do bairro tem 14 anos, perigo para a segurança dele e das pessoas do bairro;
- Horta comunitária nos bairros;
- Cuidar da segurança nas escolas, drogas, estupro;
- Grafitar os muros com informações para conscientização de usuários de drogas;

REGISTROS DAS PROPOSTAS

- Bibliotecas estruturadas, “decentes” nas escolas. Principalmente, M. de A.

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Expressando-se através do Teatro**

RELATOR (A):

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

- Comida do colégio (merenda) incomoda;
- Droga incomoda;
- Cigarro incomoda;
- Violência;
- Poluição;
- Desigualdade Social;
- Racismo;
- Roubo;
- Corrupção;
- Gravidez na Adolescência;
- Sequestros;

REGISTROS DAS PROPOSTAS

- montagem de um espetáculo sobre o tema da conferência;
- escrever sobre meninos de rua;
- montagem com participantes da conferência com críticas sociais c/ violência, poluição, desigualdade social;

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Estórias em Quadrinhos**

RELATOR (A): Educador V. P. P. J. e Educadora M. E. P.

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

A equipe se apresentou, pediu aos participantes que se apresentassem e falassem suas expectativas com relação a oficina escolhida. Em seguida foi esclarecido sobre a Conferência e entregou-se uma folha com desenhos para que os participantes preenchessem as falas de acordo com o seu interesse. No segundo momento os adolescentes receberam as frases e puderam desenhar. A equipe retomou então a temática do encontro.

Debate: o que as crianças e adolescentes pensam que é preciso para a cidade: Centro esportivo (Grevilia); Segurança; Posto Saúde (Aeroporto São Silvestre); Biblioteca(Cidade Canção); comércio em bairros distantes, lazer: mais parques.

Os demais participantes repetiram a solicitação das necessidades dos bairros.

Para a escolha dos integrantes para representar a oficina houveram cinco interessados: duas meninas e três meninos. Optou-se então em realizar um sorteio; um garoto de nome G. sorteou o nome do menino J. e a S. responsável pela filmagem sorteou o nome de A.C..

REGISTROS DAS PROPOSTAS

O adolescente J. e a criança A. C. irão representar essa oficina, abrangendo os temas propostos no relatório das discussões, reivindicando o que é preciso para melhorar suas condições de vida e de seu grupo.

A Eleição dos dois foi feita por sorteio pois cinco adolescentes queriam participar amanhã.

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Falando no Rádio**

RELATOR (A): C. B.

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

Após as explicações sobre rádio e exemplos de tal meio de comunicação, foram discutidos os problemas e as necessidades das crianças em seus respectivos bairros, de acordo com o tema “Minha vida... nossa cidade. Pela vida e pela paz”.

Começaram a se manifestar e relatar as dificuldades diante realidade muito próxima e dolorida a estas.

Durante o debate era notável a decepção e a vontade de mudar a situação atual.

Relataram os seguintes problemas: a falta de creches e escolas. Tanto quanto suas debilidades internas;

a necessidade de policiamento na escola, pelo índice crescente de violência;

a existência de pessoas passando necessidades por falta de comida e outros direitos básicos do cidadão;

o sistema precário de saúde pública, juntamente com a falta de médicos e a conseqüente falta de atendimento;

as más condições de transporte;

desemprego; a existência de ruas sem asfalto, onde o acesso é restrito, até mesmo para as pessoas que tentam levar algum tipo de auxílio e não conseguem chegar ao lugar destinado.

Em suma estas foram as discussões sobre o tema.

REGISTROS DAS PROPOSTAS

Como a nossa oficina foi sobre o rádio, houveram propostas diante a este meio de comunicação. As ideias referentes a expressão como uma forma de reivindicações dos seus direitos, propôs a criação de uma rádio comunitária em seus bairros, mediando bate-papos com autoridades e moradores, para todos poderem participar das discussões e solicitações. Proporam a criação de instituições para pessoas menos favorecidas e possíveis interações governamentais ou não-governamentais em suas insuficiências.

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Grafitando o Mundo- Grafite SALA 7 - E34**

RELATOR (A): I.

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

A relação da cidadania com o grafite. Grafite nos bairros, no muro das escolas.

REGISTROS DAS PROPOSTAS

Mais criação de espaço, mais esporte, mais cursos de grafite, de dança de rua, mais oficinas, tirar adolescentes da rua, esportes como: basquete, handebol, espaço par andar de Skates, quadras, futsal, natação, cursos de língua, mais cultura, clube de lazer, melhoria no ensino básico, adquirindo novos livros, avaliação de professores;

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Samba e Pagode**

RELATOR (A): T. S. C.

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

Nomes representantes 1º I. 2º J. Santa Felicidade, 3º R. 4ºS. Discussões sobre as modificações nos bairros, sem vigilância, buracos, sem asfalto, Posto de saúde, farmácia, hospital luzes queimadas, guardas-roubo, trabalho de menor, mais oportunidade de emprego, escolas mais perto, creche, professores chatos. Curto preço de ônibus, na vida do adolescente discriminação, violência, preconceito. Contra a guerra, todos contra a guerra no Iraque.

REGISTROS DAS PROPOSTAS

Nossas propostas são:

- Melhoria nos asfaltos, aumento de área de lazer, mais vigilância, melhoria na iluminação;
- Baixos de ônibus;
- Adolescentes, direitos iguais a todos adolescentes;
- Contra a guerra, que não tenha mais, que nossa cidade repudie todo tipo de violência;
- Melhoria nas áreas, saúde, educação, esporte e lazer e segurança;

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: **Cotidiano da Violência**

RELATOR (A):

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

- As drogas trazem violência;
- O desemprego traz violência na família e na sociedade gera violência, prostituição de meninas;
- A fome leva a violência dentro de casa;

REGISTROS DAS PROPOSTAS

- Casas populares e mais empregos;
- Mais policiais nas ruas.
- Cursos profissionalizantes para jovens carentes.
- Palestras nas escolas para alunos e professores como resolver os problemas sem violência.
- Investir mais nas crianças para não ficar nas ruas criando e melhorado os CIACAS, áreas de lazer, casa de Cultura nos bairros.
- Creches para os pais não deixarem as crianças em casa;
- Espaços para esporte nos bairros.
- Aumentar a renda mínima dos pais.
- Fiscalização de venda de bebida e cigarro para crianças e adolescentes.

3.7 RELATÓRIO DA COMISSÃO LOCAL DO MNMMR (2003)

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA COMISSÃO LOCAL DE MARINGÁ RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES 2003

APRESENTAÇÃO

O presente relatório foi realizado tendo como base o período de janeiro a julho de 2003, destacando principalmente as ações que a Comissão Local realizou nesse primeiro semestre, considerando os quatro eixos de atuação do Movimento Nacional, bem como das prioridades tiradas e reuniões de Assembleia Local realizadas no início desse ano com a participação de militantes, educadores, meninos e meninas dos Núcleos de Base e colaboradores e parceiros do Movimento em Maringá.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA- REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

- Representação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com posse da militante E. G., ex- menina do Núcleo de Base Santa Felicidade; Representação no Fórum Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com representatividade do militante J. F. A.;

2. EXTENSÃO- NUCLEOS DE BASE

- **Santa Felicidade:** manutenção das atividades do Núcleo de Base do Bairro Santa Felicidade, com participação semanal de cerca de 100 meninos e minas na faixa etária de 03 a 17 anos, com encontros realizados todos os sábados, das 14:00 às 18:00 horas, na quadra poli- esportiva da Comunidade e no pátio da Escola Municipal Benedita Natália Lima. Além das brincadeiras, em 2003 estamos realizando também: 1) Curso de Violão: 2 adolescentes e 2 jovens do Bairro estão participando de um curso oferecido pelo Centro de Ação Cultural do Município e estes em contrapartida estão atuando como agentes multiplicadores ensinando um grupo de crianças do Núcleo a tocarem esse instrumento; 2) Escolinha de Ballet: para crianças de 5 a 14 anos, trabalho que está sendo coordenado pela educadora C. R. S.;

- **Futebol de Meninos de Rua:** manutenção e expansão das atividades do Núcleo de Base do Futebol de Meninos de Rua, com participação semanal de cerca de 20 adolescentes e jovens moradores de rua, na faixa etária de 15 a 23 anos, com encontros semanais realizados todas as sextas-feiras, das 18:00 às 20:00 horas, na quadra poli- esportiva da Universidade Estadual de Maringá;

3. ATUAÇÃO

3.1. Defesa de Direitos

- Participação e reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e das extraordinárias da Comissão de Políticas Públicas deste Conselho;
- Intervenção junto ao Centro de Referência da Criança e do Adolescente solicitando acompanhamento e assistência social para retirada de documento de identidade de um adolescente do Núcleo Santa Felicidade;
- Intervenção junto ao P.O. para Estágio, solicitando encaminhamentos de estágio remunerado para adolescentes maiores de 16 anos e jovens do Núcleo Santa Felicidade no comércio de Maringá;
- Solicitação de vagas de estágio remunerado para adolescentes e jovens militantes do Movimento junto a órgãos públicos municipais;
- Intervenção junto ao caso do adolescente C. A. D solicitando da P. da I. J.:
 - 1) encaminhamentos do caso do adolescente C. A. D para a promotoria pública, haja visto a impossibilidade da militante e advogada C. F. C. continuar realizando a defesa jurídica desse menino; 2) substituição da aplicação da medida sócio-educativa de internação provisória por uma das medidas protetivas, bem como a transferência do menino do E. de Curitiba para o município de Maringá;
- Participação no Fórum Estadual dos Direitos e da Assistência Social realizado em Maringá;
- Intervenção junto ao Sistema Único de Saúde solicitando tratamento médico ortopédico para adolescente do Núcleo de Base do Santa Felicidade;
- Reencaminhamento do Projeto de Defesa de Direitos para o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, via Conselho Municipal dos Direitos;
- Participação dos militantes E. G. e V. G. na Mesa Redonda: a criança e o adolescente como protagonistas no Sistema de Garantia de Direitos;
- Participação no Ato público contra Violência Sexual Infanto-juvenil;
- Participação na II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com educador J. D. A. fazendo parte da mesa redonda que discutiu o tema Defesa de Direitos;
- Intervenção junto a policiais da Polícia Militar e comerciantes de uma pastelaria no centro da cidade a fim de fazer valer o direito de ir e vir de 04 meninos de rua, interferindo para que os mesmos não fossem apreendidos por estarem fazendo uso da substância química tinner;

3.2. Organização de Meninos e Meninas

- Planejamento e execução de atividades de organização lúdico-político-pedagógicas no Núcleo de Base Santa Felicidade;
- Promoção de atividades de organização política e jogos no Núcleo de Futebol de Meninos de Rua;

- Realização de Oficina de Pintura em camisetas em comemoração ao Carnaval, no Núcleo de Base do Santa Felicidade, com participação de 80 pessoas, entre essas familiares dos meninos e meninas;
- Realização de oficina de Pipa no Núcleo Santa Felicidade, com participação de 50 meninos e meninas;
- Participação do Núcleo de Base de Futebol de Meninos e Meninas de Rua nos Jogos Abertos de Maringá, modalidade de futsal masculino;
- Realização da II Conferência de Meninos e Meninas de Maringá;
- Realização da I Festa Junina do Núcleo de Base Santa Felicidade;

3.3. Formação de Educadores

- Participação no Fórum Social Mundial com representatividade dos militantes P. C. R., J. R. L., P. M. N., V. G. e E. K.;
- Reuniões de formação política e pedagógica com estudo e discussões sobre o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Participação no VI Intercâmbio Internacional de Educadores do MNMMR e da Federació Catalana de L'Splai/Barcelona, com representatividade do militante E. A. (primeira etapa em Barcelona);
- Promoção e realização do "Curso Ciranda de Cores" em parceria com o Programa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá, com participação de 21 educadores do Splai CAnaurell/Terassa/Espanha e de 22 adolescentes e jovens militantes da Comissão Local de Maringá, 01 adolescente da Comissão Local de Londrina/PR e 01 da Comissão Local de Ponta Grossa/PR;
- Realização do VI Intercâmbio Anual de Educadores, de 11 a 17 de agosto em Maringá, em parceria com o Programa da Criança e do Adolescente/Universidade Estadual de Maringá (segunda etapa no Brasil);

3.4. Fortalecimento e Expansão

- Realização de reuniões semanais para planejamento e avaliação continuada das ações da Comissão Local, referentes à: 1) garantia da aplicabilidade dos eixos de atuação do Movimento; 2) fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos nos Núcleos de Base; 3) organização das atividades na Sede da Comissão Local; 3) participação da Comissão Local em assembleias e eventos a nível Estadual e Nacional; 5) intervenções de organização e mobilização política a nível de município e na região de Maringá para defender e promover a cidadania de meninos e meninas pobres; 6) obtenção e aplicação de recursos econômicos para manutenção dos trabalhos;
- Atualização do cadastro de militantes, educadores e colaboradores da Comissão Local;
- Participação em Assembleia Estadual em Ponta Grossa;
- Participação via correio eletrônico na discussão sobre o Pólo de Formação da Região Sul;
- Fechamento do relatório anual de 2002;
- Realização de entrevista na Rádio C. com participação da presidente da F. C. e da Coordenação Local do Movimento;

- Realização de entrevista no jornal O.D. destacando a parceria do Movimento Nacional com a F. C. e os resultados do trabalho da Comissão Local de Maringá junto a organização e formação política de meninos e meninas dos Núcleos de Base;
- Reunião de apresentação do Movimento e da F. C. na A. I. de Maringá, com objetivo de encaminhar propostas de formação e qualificação profissional dos adolescentes e jovens que participam da Comissão Local junto ao comércio de Maringá;
- Reunião com presidente da F. C. e educadores para avaliar os resultados das observações que eles vêm fazendo nos últimos anos de intercâmbio com Maringá, onde foram destacados os seguintes pontos: 1) o trabalho da Comissão Local está bem estruturado e que percebe-se que isso é resultante de um processo de intervenção continuada; 2) somente convivendo diretamente com o trabalho do Movimento para ter certeza do quanto o mesmo é rico em vivências e experiências pedagógicas, qualidade educativa e compromisso social e político;
- Intervenção via correio eletrônico junto à C. E. para oficializar a posição da Comissão Local sobre o Projeto de Formação de Militantes e Educadores apresentado por essa Coordenação, tendo em vista que tal projeto não respeitou as deliberações feitas em Assembleia Estadual realizada em Maringá em 11 de janeiro de 2003;
- Intervenções via correio eletrônico e por telefone para a C. E., C. E. e C. N. solicitando encaminhamentos a fim de solucionar questões de documentação necessária para liberação de repasse econômico da F. C. para a Comissão Local de Maringá;
- Reuniões da Comissão Local para discutir e definir os projetos prioritários para a Comissão Local em 2003, objetivando a destinação dos recursos provenientes da F. C. e da venda dos livros Reflexões de Quem Navega na Educação Social. As resoluções foram as seguintes: 1) Curso de Formação Continuada para adolescentes e novos militantes; 2) Aquisição de terreno no bairro Santa Felicidade para construção da Sede do Movimento nesse Bairro; 3) Projeto Ballet no Santa Felicidade; 4) Projeto Grafitando Muros;
- Participação na Assembleia Nacional do Movimento em Brasília;
- Reunião com o Secretario Regional da Secretaria do Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, P. R. M., reivindicando intervenção junto ao caso do adolescente C. A. D. internado no E. C., e para solicitar concessão de uso de espaço público para sediar a Comissão Local, o que isentaria a Comissão com gastos anuais referentes à locação de imóvel;

4. ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E APOIO ECONÔMICO

- Venda do livro Reflexão de Quem Navega na Educação Social, de autoria das educadoras P. C. R. e V. R. M.;
- Aporte econômico proveniente da F. C. , em janeiro de 2003;
- Solicitação de passagem aérea para Brasília, para participar da Assembleia Nacional, gentileza da A. T.;

5. CONCLUSÃO

Destacamos que foi um início de ano muito difícil para a Comissão de Maringá, fundamentalmente por termos ficado um tempo de quase quatro meses sem o espaço da Sede, bem como por não ter podido utilizar os recursos econômicos destinados pela F. C. S. para manutenção parcial de nossas atividades, devido a problemas com a documentação necessária para a liberação dos recursos pela Coordenadora e Conselheira Estadual.

Contudo apesar de todas as dificuldades nossa conclusão sobre nossas ações individuais e coletivas nos fazem crer que pouco a pouco estamos conseguindo atingir os objetivos traçados para esse ano, o que comprovar através da:

- participação da militante E. G. (jovem de 19 anos, ex-menina do Núcleo de Base Santa Felicidade) no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como membro titular do segmento de defesa dos direitos;
- participação do adolescente R. N. como representante do Estado do Paraná na Comissão Nacional de Animação;
- realização da II Conferência de Meninos e Meninas de Maringá, em parceria com o PCA- Programa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá, solicitando do CMDCA que esse Conselho assumisse os gastos com a realização do evento em 2003, bem como a responsabilidade de ser o organizador e executor da próxima Conferência em 2005;
- realização da I Festa Junina no Núcleo de Base Santa Felicidade, que contou com a organização coletiva dos adolescentes e jovens militantes (ex-meninos e meninas desse Núcleo), sendo de participação aberta para todos desse bairro;
- realização do I Curso de Formação para 21 educadores do S. de C./T./E. e 22 jovens militantes jovens e adolescentes dos Núcleos de Base, em parceria com o PCA/UEM, que ocorreu em duas etapas, sendo a primeira realizada durante 3 dias de convivência em uma chácara e a segunda durante 2 dias de estudos e discussões promovidos na Universidade;
- participação no V Intercâmbio de Educadores, com educador E. A. representando a Comissão Local de Maringá, juntamente com mais 3 educadores de outras Comissões Locais do Brasil;

Decorrida as transcrições, até aqui caminhamos com a exposição de concepções e fundamentos teóricos e de registros educativos e manifestações da participação de meninos e meninas num dado local e período histórico. Mapeamos desenvolvimentos de processos e conteúdos político-pedagógicos mediados em conceitos e práticas da educação social.

Teoricamente manifestamos o que esses registros nos fizeram pensar e descobrir como educadoras sociais que, retornando o seu olhar para as práxis históricas, tentam captar reflexivamente dessas práticas o saber diferente (ou um outro saber), não porque modificado integralmente em suas partes e ou totalidade

de fundamentos, conceitos e ou conteúdos, senão renovado em seu tempo histórico. Continuando, do exercício metodológico desenvolvido para a evidência acadêmica deste conjunto de dados qualitativos, discutimos, na proximidade, aspectos teóricos que conhecemos em análises e estudos relacionados ao objeto em questão.

4 MENINOS E MENINAS EM POLÍTICA: DETECTANDO E BUSCANDO NOVAS DIREÇÕES

O sentido teórico-epistemológico desta seção é a contribuição acadêmica em defesa da luta pela infância e a emancipação social, nas quais, compreendemos, a participação das crianças é indispensável. A seção abrange três tópicos de discussões reflexivas. No primeiro momento discutimos aspectos e questões teórico-conceituais da infância, relacionadas à participação política e subsidiadas na evidenciação dos registros da participação de meninos e meninas em Maringá/PR.

No momento posterior refletimos criticamente sobre o lugar da participação política das crianças nas leis, em teorias políticas e nas democracias, reportando concepções de autores clássicos e contemporâneos das ciências políticas. Reconhecendo-a como um exercício de cidadania na infância e ainda não democratizada junto à sociedade, aos governos e nas políticas públicas, encerramos o capítulo com a apresentação de significados conceituais da participação política na infância.

4.1 INFÂNCIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: MAPA TEÓRICO CONCEITUAL

A matéria trazida neste tópico diz respeito a aspectos e questões teóricas, sobre a compreensão conceitual da infância e sua relação com a participação política. Pesquisadoras e pesquisadores consideram que a concepção conceitual hegemônica da infância é algo bastante recente em termos de construção social (DELGADO, 2004; MARCHI, 2007, 2009; MÜLLER, 2001, 2007; SARMENTO, 2002a, 2002b, 2005; SARMENTO; MARCHI, 2008). Autoras e autores da Sociologia da Infância concebem os conceitos estabelecidos e incorporados socialmente na contemporaneidade como padrão social e cultural de infância e criança ideal são conceitos enraizados historicamente na modernidade.

A citação de Marchi (2009) reverbera a compreensão desse vínculo histórico:

O contexto histórico mais geral e consensualmente mais denominado *modernidade* é considerado o período no qual as ideias de infância e criança tomaram a forma com qual somos hoje familiarizados. Como parte desse processo de instalação da vida e da sociedade

modernas, a construção social da infância não poderia ser um processo sem conflitos e contradições. Diversos autores dedicam-se, na verdade, a demonstrar que a história da infância-pautada pelas imagens e representações sociais as mais contrastantes e mesmo contraditórias sobre as crianças- é a história de um luta política por sua definição, educação e controle (MARCHI, 2009, p. 229).

A discussão da construção social do conceito de infância moderna é contemplada também nos estudos de Muller (2007, 2002). De suas investigações observamos quão representativas foram muitas das projeções políticas, econômicas e culturais dos séculos XVIII e XIX, da Europa ocidental, para a hegemonia do conceito de infância moderna. Entre as questões narradas pela autora sobre este período citamos a intensificação dos ideais sociais, políticos, econômicos e culturais modernos, a busca pela universalização das ciências naturais positivistas, a intervenção reguladora dos poderes públicos e do clero sobre a vida pessoal e familiar em âmbitos sociais e privados, a institucionalização e vigio das vivências e convivências sociais e educativas das crianças, e, como assimilamos em relação ao tema do nosso estudo, também o controle político-social sobre a participação social e política das crianças.

Tomás (2006) corrobora que juntamente com os processos de incorporação da concepção social da infância moderna, e principalmente, a partir do final do século XIX, foram se constituindo as lutas político-sociais em reconhecimento dos direitos¹ das crianças. Neste sentido, conforme esta autora, embora até a Convenção dos Direitos Universais da Criança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989) esses direitos fossem tidos como ilegítimos, historicamente a atuação social e política por este reconhecimento já acontecia (TOMÁS, 2011). Contudo, a autora opina que, apesar dessa garantia formal, ainda “estamos muito longe de uma situação ideal e plena na consagração e garantia desses direitos” (TOMÁS, 2006, p. 48).

Delata Marchi (2007, 2009) que, tendo sido já contestada criticamente por muitos pesquisadores, a ideia da infância moderna foi instituída com base em um padrão largamente estereotipado da sociedade. O significado é que pela expressão

¹ Norberto Bobbio (1986, p. 15) concebe a definição de direito como “um reordenamento de relações sociais”.

social deste conceito constata-se que ser criança e ter infância é exceção e não a regra.

A referência cultural da infância moderna é uma referência de formação e participação social na qual grande parte das crianças que vivem em contextos cotidianos sofríveis de violências não se enquadra. Essa discussão assevera a supremacia da idealização da infância retratada pelo modelo da criança que, como explica Müller (2007), se quis e se quer formada e controlada historicamente na e pela sociedade moderna, nas diversas instituições sociais. Ocorre que desse modelo as desigualdades de condições e modos de ser (e o porquê se deixa de ser) criança em todo o mundo não são considerados. Deste modo, a *padronização* da infância não cabe como *padrão*, já que não combina com as realidades vividas pelas crianças no mundo (MARCHI, 2007; SARMENTO; MARCHI, 2008), distinguindo-se conceitualmente, como segue:

A **infância** se refere exatamente a um conjunto de seres humanos que tem características próprias e que, usado o termo, já se sabe de quem falamos, das crianças e seu mundo. Não de cada sujeito, mas da categoria onde se encontram esses sujeitos. A infância é referência adulta ao que há de comum aos sujeitos no início de sua vida, considerando aspectos da natureza biológica, da natureza relacional e de linguagem, da forma de estar com adultos e crianças, de aprender o mundo, de reinventá-lo e significá-lo. A **criança é o sujeito** que existe concretamente. Então já podemos dizer que considerando diferentes condições, ser criança e ter infância não significa a mesma coisa (MULLER, 2007, p. 18, grifo nosso).

Distinções como estas consideradas pela autora são diferenciações conceituais que no âmbito geral das políticas de direitos das crianças e adolescentes tendem a não aparecer. Especialmente quando da definição de projetos e ações dos governos, a participação popular de sujeitos e ou grupos de crianças *com e ou sem infância* (MÜLLER, 2007; MARCHI, 2007; SARMENTO; MARCHI, 2008) não é garantida efetivamente nem no todo das políticas públicas e nem em muitas de suas partes.

A cultura social da mentalidade repulsiva da política para a infância segue dialogando com a cultura da concepção ocidental das crianças como sujeitos incapazes, frágeis e ou imaturos para atuar socialmente frente a questões, acontecimentos e ou situações políticas. Como defende Müller (2007), é preciso que

já na infância a aprendizagem do conhecimento político faça parte do aprendizado social e cultural humano, contribuindo à formação cultural-política das crianças e servindo como pilar para outras experiências sociais participativas como a defesa dos direitos próprios individuais e coletivos da infância.

A prática político-educativa da participação política possibilita, dizemos nós, às crianças, o contato real com conhecimentos e vivências formativas que fornecem sentidos e significados apropriados à leitura da *práxis* político-social (GRAMSCI, 1978, 2006). Numa perspectiva teórica e epistemológica comum desta que descrevemos, os estudos da Sociologia da Infância defendem e difundem a necessidade do reconhecimento do potencial político e cultural das crianças, compreendendo-as como sujeitos com capacidade de,

[...] assumir objetivos políticos, de participar ativamente no processo de tomada de decisão, de avaliar as suas atividades e de interpretar as suas consequências para os demais intervenientes no processo. A ação política das crianças tanto se realiza como ação individual, de sujeitos autónomos, dotados de opinião e capacidade própria de intervenção, quanto como ação coletiva, enquanto sujeitos envolvidos num processo solidário de asserção e mobilização para a transformação social. A variável do âmbito da acção política não é inibidora do exercício de competências políticas. Esse exercício é muito mais decorrente de efectivas oportunidades de participação, do que de limitações inerentes à capacidade das crianças para a participação no espaço público (SARMENTO; SOARES; TOMÁS, 2007, p. 24).

Marchi (2007) discute que tradicionalmente os estudos e pesquisas sociológicos excluíram de suas análises as categorias infância e crianças como categorias autônomas. Para a autora, essa tarefa só começou a ser efetivamente assumida e evidenciada pela Sociologia da Infância a partir da década de 1990. Compreende-se nesta área que as crianças formam um grupo social geracional com identidades culturais que se diferenciam dos sujeitos adultos, que o conceito de infância é uma concepção social historicamente construída e, que, neste sentido, considerável a partir das diversidades de condições, situações, significações que afetam as vidas das crianças na contemporaneidade.

É da relação entre as manifestações plurais das crianças que as práticas culturais e as ações políticas desses sujeitos necessitam e podem ser compreendidas na unidade da diversidade (FREIRE, 2000a, 2000b; MORIN, 2013).

Como sujeitos sociais e políticos as crianças são essencialmente crianças, o que não quer dizer que existam sem as relações com os sujeitos de outras idades e com o mundo. Portanto, é fundamental garantir liberdade para que juntas e diferentemente dos adultos, nas sociedades e nos governos e em relação a si próprias, as crianças participem (re) imaginando, (re) inventando, (des) construindo, potencializando opiniões, interesses, vontades e decisões político-sociais.

Amparada nos estudos e teorias do Sociólogo Boaventura Santos, Tomás (2011) interpreta deste autor o conceito de “contrair o futuro e expandir o presente” também em relação à infância. Para a autora, apesar de todas as diferenças (como as etárias, de gênero, étnicas, nacionalidades, entre tantas outras), culturalmente as crianças compõem o grupo social peculiar que mais tem sofrido as consequências da globalização e das políticas neoliberais (TOMÁS, 2011). Daí que no momento histórico atual, advoga, seja necessário desenharmos outras trajetórias históricas para/com as crianças, com a participação efetiva desses sujeitos como atores sociais.

Trata-se da criação e vivência de outra sociedade que reconheça e dê valor à atuação expressiva das crianças, considerando a existência dos seus vários mundos (TOMÁS, 2011). Acompanhando esta análise investigamos a pesquisa de Scherer (2009), a qual procurou saber de que forma o processo de globalização atuava sobre a infância. Em seu trabalho a pesquisadora considerou que o impacto da globalização,

[...] ao mesmo tempo em que intensifica problemas sociais, tornando mais agudos os processos excludentes, que atingem de maneira bastante intensa a vida de um grande número de crianças no mundo inteiro, também age sobre o cotidiano das crianças que não vivem realidades sociais de exclusão (SCHERER, 2009, p. 4).

Santos (1997) concebe a Globalização no mundo ocidental como um fenômeno plural. Para o autor, no tempo-espço atual, existem múltiplas formas ou processos de globalizações e não um processo uno. Desses, o pressuposto fundamental da globalização é a sua localização. Decorre que “[...] aquilo que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo” (SANTOS, 1997, p. 14). Neste sentido, para Santos (1997) é possível existir (e existem) processos e projetos de globalizações hegemônicas e não-

hegemônicas, tal como ocorre a exemplo desta segunda forma, na área da infância, com os movimentos político-sociais locais, nacionais e transnacionais em defesa dos direitos das crianças (SARMENTO; SOARES; TOMÁS, 2004, 2007). Incluem-se neste coletivo de movimentos os movimentos sociais *das* crianças, que em geral podem ser caracterizados,

[...] pela ação coletiva protagonizada por crianças, jovens e adultos, que partilham entre si um sentimento de identidade coletiva que, é na maioria das vezes, antagônico aos sentimentos e interesses dos outros grupos sociais, o que origina um conflito, pela apropriação (de), participação (em) ou transformação das relações de poder ou as metas a alcançar mediante a mobilização de determinados sectores da sociedade. Os objetivos dos movimentos de crianças não são homogêneos, no entanto, para que sejam legitimados pela sociedade têm de ser reconhecidos pelos outros grupos sociais, o que origina o primeiro problema, a infância sofre de uma espécie de encantamento, o da invisibilidade (TOMÁS, 2006, p. 9).

Da teoria de Santos (2003) esses movimentos podem ser descritos ainda como ações participadas junto ao coletivo do movimento político, cultural e social que vem sendo concebido por este autor como “cosmopolitismo subalterno”, resistentes à hegemonia da globalização neoliberal, e dinâmicos quanto ao acontecimento criativo de outras formas de globalizações alternativas.

Em um mundo em que pensar se tornou uma necessidade, é fundamental pensar caminhos a serem seguidos na construção de um melhor mundo para e com as crianças. É na urgência de um debate profundo sobre a globalização e as suas consequências que se torna fundamental incluir a participação das crianças na procura de alternativas. A ideia das crianças como um dos grupos sociais mais excluídos por este processo de globalização hegemônica é um facto, contudo teremos que ir mais além, na necessidade de incluir as crianças no debate como atores sociais de pleno direito [...] (TOMÁS, 2006, p. 51).

Conjugando particularmente o termo para o campo da infância, o conceito de “cosmopolitismo subalterno” (SANTOS, 2003) é composto também pelo conceito do “cosmopolitismo infantil” (TOMÁS, 2011). Especificamente neste segundo termo, trata-se de ações e ou esforços teóricos e práticos “de extensão dos direitos da criança em toda a plenitude [...] por ONG, técnicos, profissionais e outros atores

sociais, e ainda por iniciativas coletivas das próprias crianças” (TOMÁS, 2006, p.48). O sentido maior desse movimento é:

[...] trazer as crianças para o centro, de repensar com elas o seu papel na sociedade e no mundo, nomeadamente considerando válidas as suas lutas, as suas iniciativas, os seus movimentos, as suas representações, as suas imagens, as suas histórias, as suas culturas e as suas linguagens [...]. Em suma torna-se necessário desconstruir a ideia de infância com categoria homogênea e discutir o próprio processo de construção de imagens e representações associadas à infância e às crianças porque ele é, em si mesmo, um processo historicamente construído (TOMÁS, 2011, p. 13).

Tanto no contexto global, transnacional, nacional, e no local Tomás (2006) defende a ideia da organização de um movimento político-social mundial em defesa dos direitos das crianças. Seja nos territórios das nações e nas cidades, o propósito da criação desse movimento é a construção de uma identidade social coletiva da luta política em defesa da cidadania das crianças.

A realização da cidadania plena na infância implica a participação direta das crianças. Então, torna-se fundamental “não apenas a visibilização das crianças como destinatários políticos, mas a sua assunção plena como sujeitos políticos peculiares” (SARMENTO; SOARES; TOMÁS, 2007, p. 9). Em contraponto a este princípio não se pode reduzir a responsabilidade das instituições públicas com a proteção e formação das crianças e a avaliação dos significados e resultados reais e subjetivos da participação desses atores sociais na sociedade.

À partida, podemos afirmar que a participação das crianças no espaço restrito das relações com os outros que lhe são significativos, sejam eles adultos ou crianças, é afetada por fatores que decorrem das relações de poder e hierarquia que existem entre adultos e crianças. Assim, considerar a participação das crianças no espaço público exige que tenhamos em conta a influência das estruturas e instituições que as envolvem – sejam elas educativas, económicas, jurídicas ou sociais -, que frequentemente se apresentam, como estruturas desconhecidas e fechadas, que funcionam como obstáculos para a construção de espaços de participação infantil (SARMENTO; SOARES; TOMÁS, 2007, p. 10).

A participação política das crianças deve ser introduzida ou incorporada junto às relações culturais e ao cotidiano das políticas públicas por atitudes e ações dos governos, de autoridades políticas, da sociedade de forma geral (MÜLLER, 2007).

Como prática social, a prática da participação interfere na formação humana e cultural das crianças, e na constituição de suas cidadanias (MAGER et al., 2011). As experiências político-educativas de organização e participação política devem estar ao alcance da população infantil. Por essa razão, neste ponto do texto, já podemos aludir que a política que se fez e faz concebida e atuada pelo mundo político adulto precisa ser participada com a infância (TONUCCI, 1997).

A luta por justiça político-social se faz com a garantia da liberdade da participação estendida a toda a população de adultos, e de adultas e das crianças. Desta forma os caminhos que levam à participação social devam ser caminhos coletivos e igualmente abertos em termos de ofertas sociais, para o exercício da liberdade política na infância.

Refletindo do ponto de vista teórico de Bourdieu (2011) a participação política se manifesta em condições de desigualdades. São desiguais as fontes e as formas de acesso à formação e de exercício da cidadania política e, dizemos nós, de modo ampliado na infância, pela generalização da exclusão das crianças como atores políticos. Ainda que não se refira às crianças especialmente, trazemos deste autor que a “constatação da capacidade desigual de acesso ao campo político é extremamente importante para evitar naturalizar as desigualdades políticas” (BOURDIEU, 2011, p. 196).

Com base neste referencial, a gênese do campo político contempla microcosmos políticos cujos mecanismos de participação, regulação e controle político foram sendo construídos historicamente como resultados de relações e forças políticas dinâmicas e elásticas (FOUCAULT, 1997). O movimento de elasticidade política é conferido não por uma ordem natural e linear, senão a partir das condições econômico-sociais e culturais que vão sendo possibilitadas ou não, conquistadas ou não, de forma que o sujeito adentre e participe diretamente da organização e funcionamento do mundo da política.

Não raramente a coletividade da participação política na infância torna-se invisível diante de condutas, vontades e decisões particularizadas. O exercício ilegal e ou concentrado do poder *adultocêntrico* em muitas situações não permite a emersão social dos interesses, vontades e propostas políticas democráticas das crianças, como diz o pesquisador Manoel Jacinto Sarmiento em entrevista concedida sobre o tema:

Nos habituamos durante muito tempo a pensar as crianças como seres passivos, destinatários da ação dos adultos, sem vontade, sem opinião, sem voz. A partir de uma determinada altura, o reconhecimento de que as crianças são atores sociais, ou seja, sujeitos com capacidade de ação e interpretação do que fazem, levou ao reconhecimento da necessidade, e mais que a necessidade, do direito, das crianças em participar da vida coletiva [...] No entanto, a avaliação que se faz da participação e dos direitos participativos no mundo inteiro mostra que estamos ainda muito longe de garantir esse direito (CAMPAGNUCCI, 2011, p. 1).

Ao partimos do entendimento comum de que um mundo melhor e mais justo é possível e necessário caminhamos um pouco mais adiante quando disseminamos, promovemos e ou concedemos visibilidade a valores, princípios e práticas que aproximem todos e todas (as pessoas) da política. Afinal, renunciar à participação é renunciar à possibilidade da cidadania plena e da emancipação social (SANTOS, 1998, 2006, 2007, 2009).

Quanto ao Brasil, fundamentalmente nas estruturas e formas constituídas de organizações políticas governamentais e entre governos e sociedade, é inaceitável que a democratização do exercício do direito de participação política na infância ainda não tenha alcançado sua plenitude social junto às crianças e para fora do âmbito da lei (BRASIL, 1990), o que seguimos discutindo.

4.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS CRIANÇAS: A LEI, A TEORIA POLÍTICA E A DEMOCRACIA

Abrimos este tópico trazendo a discussão a respeito do (não) reconhecimento político da participação política das crianças. A análise percorre três pontos reflexivos de aspectos relacionados à lei, às teorias políticas e às democracias.

4.2.1 A Participação Política das Crianças e a Lei

Em diferentes períodos históricos, pelas práticas sociais, culturais e políticas constituíram-se e aprofundaram-se hegemonicamente maneiras de distanciamento ou separação social das crianças dos processos de convivência e partilha de decisões e escolhas políticas. Soares (2006) caracteriza bem esta situação:

[...] a definição das arenas de acção em que as crianças podem participar, está estritamente ligada a questões de poder, que tradicionalmente tem ficado retido nas mãos dos adultos, que desta forma inviabilizam uma maior visibilidade social e política das crianças na sociedade. As dificuldades na partilha deste poder, decorrem, em muito, do facto de a sociedade adulta considerar que a participação infantil é sinónimo de diminuição do poder e tutela dos adultos sobre as crianças. Decorre também do facto de essa mesma sociedade adulta continuar a defender uma perspectiva da criança, como dependente da protecção do adulto e incapaz de assumir responsabilidades (SOARES, 2006, p. 28).

Frente a essa realidade meninos e meninas têm participado na conquista e ocupação de espaços políticos fundamentais à luta pelos direitos das crianças, em lugares distintos do planeta, individualmente e ou em grupos, organizados ou não em movimentos sociais de/com crianças (ARRUDA, 2011; MÜLLER; TOMÁS, 2007; TOMÁS, 2011).

Concordamos com pesquisadores e pesquisadoras das ciências sociais que a liberdade política das crianças é em grande parte controlada pelo poder político-social do mundo adulto- mas não totalmente. O poder político da sociedade adulta sobre as crianças não é em todo um poder unilateral e sim relacional, pois, cotidianamente, considerando distinções de diversos aspectos e possibilidades, as crianças resistem politicamente a essas relações. De modos particulares meninos e meninas buscam desenvolver oposições frente às dominações políticas que lhes são dirigidas (MÜLLER, 2007; MÜLLER et al., 2011; SARMENTO; SOARES; TOMÁS, 2007; SOARES, 2006; TOMÁS, 2006).

Quanto à relação hegemônica do poder político adulto nas políticas para a infância, ressaltamos que a participação das crianças parece só ter validade, como abordou Dimenstein (2102), nos direitos do papel. Não à revelia, o respeito social às crianças como atores políticos parece só ter validade junto às leis. A inclinação verticalizada da ação política sobre a infância e as culturas das crianças é uma desigualdade inaceitável e que pensamos que tenha que ser discutida e enfrentada em acuidade, sobretudo nos países com ratificação democrática e indiscutivelmente no Brasil onde a toda criança e todo adolescente é garantido o direito de participar da política pública (BRASIL, 1990).

Analisando do ponto de vista restrito da existência da legislação esta questão poderia vir a ser pensada como uma realidade não mais discutível neste país, afinal nacionalmente o que garante os direitos de todas as crianças e adolescentes é o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), e sendo assim, como toda lei presume o seu cumprimento, restaria aguardar para que a participação política das crianças brasileiras se cumprisse socialmente.

Ocorre que nas praticas sociais, ainda que no conteúdo desta lei as instâncias de poderes públicos, governos e a sociedade sejam responsáveis pela promoção das políticas públicas de garantias dos direitos de todas as crianças e adolescentes (BRASIL, 1990), e que de modo transversal nessas políticas a participação dos meninos e meninas deve ser promovida (BRASIL, 1990), e, ademais, que nesse quadro devam compor-se políticas específicas que promovam, incentivem e amplie a participação de meninos e meninas, a vivência política cotidiana e continuada de crianças e adolescentes nos espaços coletivos de constituição das políticas públicas é uma prática incerta. Tão incerto quanto acertado é que, principalmente, nos espaços constituídos dos conselhos dos direitos, nas discussões e deliberações das políticas de garantias dos direitos da criança e do adolescente esta participação necessita encontrar-se efetivada.

Pensamos que como instrumentos fundamentais à seguridade dos direitos participativos da população infantil e aos processos de elaboração, implantação e ou implementação das políticas públicas, as leis, se consideradas apenas no seu âmbito jurídico, como legislações, não promovem a participação das crianças, não lhes propiciam vivenciá-la em sua plenitude social, cultural e educativa. Para que essa participação *política* ocorra adequadamente é importante que seja *politicamente* promovida, por meio de *políticas* públicas apropriadas.

O que estamos buscando informar é que no âmbito da lei a concepção da participação política infantil e adolescente é exemplar, o que aprovamos. Por outro lado, ao âmbito dos acontecimentos, processos e decisões políticas institucionalizadas, nas diferentes esferas de decisões do poder político público e social comunitário, generalizadamente a inexpressiva participação popular dos meninos e meninas é uma situação contraditória de desrespeito à lei e de injustiça com os seus direitos.

Ora, mas o que é a Lei? Na perspectiva clássica da filosofia de Rousseau (2012) enquanto o pacto social dá sentido à vida política, a lei é o que movimenta a política na sociedade. A lei é para este autor a “declaração da vontade geral do povo” (ROUSSEAU, 2012, p. 109) que por sua vez deve ser contemplada com/nas políticas.

Paiva (2013) analisa que filosoficamente para Rousseau a função da lei é garantir que o povo escolha seus representantes políticos, não para lhes delegar poder de decisão e ou escolha, mas para fazer com que através desta representação se cumpra a decisão da vontade geral. Neste sentido, o poder político soberano deve demandar sempre dos representados e não dos seus representantes.

Na ponderação do autor é por isso que para Rousseau os representantes políticos são “funcionários do povo” e não o inverso. Paiva (2013), analisando a concepção de política democrática rousseauiana e opinando sobre como pensa que é, e ou deveria ser, a política no Brasil, argumenta que:

[...] Se não há, na atualidade, exemplo prático do modelo rousseauiano, seu plano serve de referência máxima de uma escala, pois, teoricamente, tal concepção serve de pano de fundo das leis democráticas de muitos países, como na própria Constituição Brasileira que diz em seu Art. 1º – parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. E no novo Código Civil, Lei n. 10.406, de 10/01/2002, em seu Art. 116: “A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado”. Ou seja, a forma de organização democrática é diferente porque aceita a representatividade, no entanto, a essência parece ser a mesma: fazer a vontade do representado. Lamentavelmente a prática da política brasileira foge de sua teoria e quase nada tem a ver com o ideal rousseauiano (PAIVA, 2013, p. 39).

Bobbio (1986, p. 18) declara que a “a lei é a expressão mais alta do poder soberano”. Transpondo dessa conceituação uma relação com o direito de participação política das crianças, compreendemos que a leis, embora sejam o ponto de partida para a promoção social deste direito na infância, por si só não efetivam as práticas sociais. É pela via da política, como indica-nos o autor (BOBBIO, 1986), que a participação se repercutirá ou não culturalmente nas relações entre Estado, governos e sociedade.

Superar a contradição entre o que a lei garante para as crianças e o que a política cumpre socialmente para a infância é um entre outros desafios que temos que suplantar no Brasil para que efetivamente junto à democracia ocorra respeito político, cultural e social à concepção da criança como sujeito de direitos participativos (BRASIL, 1990). Deste entendimento sobre o lugar da lei na participação política das crianças levantamos outra questão fundamental à busca da nossa compreensão epistemológica- o lugar conceitual das crianças nas teorias políticas.

4.2.2 A Criança em Autores Reconhecidos da Política

Buscando compreender a questão supracitada investigamos diversas concepções teóricas. Nossa estratégia na escolha dos autores apresentados não é pelo critério da concordância com suas posições conceituais e teóricas, senão situá-los como marcos para a compreensão histórica da construção dos conceitos de política, e como tentativa, exercitar a percepção investigativa quanto ao reconhecimento do lugar da infância nestas concepções.

Começamos pela exposição sobre nossos estudos em um texto clássico da política- “Política” (1999), escrito do contexto político da Grécia Antiga pelo pensador Aristóteles². Conceitualmente neste texto o *homem* é concebido como um “*ser político por natureza*” (ARISTÓTELES, 1999, p. 146). Desta obra observamos que na democracia grega a legitimidade da participação era concedida somente àqueles que detinham autoridade política. O poder da participação política não se estendia a todos e todas, mas a uma determinada categoria de pessoas cuja constituição destinava o privilégio político de serem cidadãos, e da qual as crianças não pertenciam.

Para Delgado (2004, p. 1), a sociedade e a política da antiguidade tratavam as crianças e, também, as mulheres e escravos como “seres inferiores”. Estudando os conceitos de cidade e cidadãos em Aristóteles e referindo-se a sua obra, o autor

² Aristóteles nasceu no ano de 384 a.C, em Estagira, na Calcídia, na região dependente da Macedônia. Morreu em Cálcis, na Eubéia, ilha do mar Egeu, em 322 a.C. (ARISTÓTELES, 1999, p. 29). Nas citações que fazemos deste autor consideramos a cronologia, ano de chegada de Aristóteles à Atenas.

Torres (2005, p. 8) aborda que para este pensador estavam excluídas da cidadania grega:

[...] mulheres, escravos e crianças. Uma vez que os mesmos não possuíam, ainda que em graus diversos, a plenitude do logos (a parte racional da alma), não tinham capacidade deliberativa e, assim, não podiam participar do governo da pólis (eram comandados e não comandantes). Retornemos à Política: Isto nos leva imediatamente de volta à natureza da alma: nesta, há por natureza uma parte que comanda e uma parte que é comandada, às quais atribuímos qualidades diferentes, ou seja, a qualidade do racional e a do irracional. [...] o mesmo princípio se aplica aos outros casos de comandante e comandado. Logo, há por natureza várias classes de comandantes e comandados, pois de maneiras diferentes o homem livre comanda o escravo, o macho comanda a fêmea e o homem comanda a criança. Todos possuem as diferentes partes da alma, mas possuem-nas diferentemente, pois o escravo não possui de forma alguma a faculdade de deliberar, enquanto a mulher a possui, mas sem autoridade plena, e a criança a tem, posto que ainda em formação (ARISTÓTELES, 1999, p. 32-33).

Ainda em relação à infância, em Aristóteles (1999), observando o Livro I, Capítulo 12, 51, identificamos concepções que, analisando do ponto de vista teórico atual e em defesa dos direitos das crianças, certamente são questões afetas à liberdade e participação das crianças:

[...] o poder dos pais sobre os filhos é um poder [...] real, como o de um rei. O homem é mais talhado para o poder do que a mulher, a menos que as condições sejam completamente anormais; e o mais velho e mais maduro é mais moldado ao comando do que o jovem imaturo. [...] o domínio sobre as crianças é monárquico porque, em virtude do amor e do respeito à idade, o pai exerce o poder de um rei (ARISTÓTELES, 1999, p. 164-165).

Compreendemos que na teoria política de Aristóteles o poder patriarcal sobre as crianças era definido como poder político soberano, e que às crianças estabelecia-se o cumprimento do papel de súditos. Esta e outras formas de dominações humanas concebidas pelo filósofo eram justificadas como processos naturais de superioridade. Assim também se entendida que podia existir poder do homem cidadão sobre os homens escravos e a população feminina, escrava e não escrava. Vejamos:

Pois a dominação do homem livre sobre o escravo, do homem sobre a mulher, do homem sobre o menino, são todas naturais mas diferentes, estejam presentes em todos os casos, a distribuição é outra. Assim, a faculdade de decisão, na alma não está completamente presente num escravo; na mulher, é inoperante; numa criança, não-desenvolvida (ARISTÓTELES, 1999, p. 166).

Particularmente sobre análise da participação das crianças trazemos um trecho da última parte do Livro I, sobre a discussão do papel social das famílias e das mulheres junto ao Estado, e de onde, da nossa opinião, é possível evidenciar a concepção de Aristóteles (1999) sobre o lugar político das crianças na política:

[...] as crianças, e as mulheres, devem ser educadas com um olho na constituição do Estado- ao menos se é verdadeiro dizer que faz diferença para a excelência do Estado, que suas crianças e mulheres devam ser boas. E realmente isso faz diferença; pois as mulheres compõem metade da população livre adulta, e **das crianças surgirão aqueles que virão a ser cidadãos e a participar da vida política** (ARISTÓTELES, 1999, p. 168, grifo nosso).

De nossas reflexões investigativas neste texto analisamos que na filosofia política de Aristóteles (1999) o lugar político das crianças residia na perspectiva do reconhecimento futuro da sociedade grega e não na atuação das crianças no seu presente histórico. Às crianças (e ao que conjecturamos somente aos meninos filhos de homens livres) era predestinada a ideia da ocupação de um lugar político que como crianças de fato não lhes pertencia. Desta teoria notamos que a possibilidade da participação política da criança se restringia à possibilidade de que essas viessem a crescer (ARISTÓTELES, 1999, p. 167).

Outro autor estudado, e cuja fundamentação atravessada nos tempos influencia ainda hoje o campo teórico político-social é Nicolau Maquiavel³. A abordagem reflexiva que fazemos da concepção teórica deste autor é baseada no contexto de nossas consultas e estudos junto ao livro “Clássicos da Política I” (WEFFORT, 2006b), no artigo da pesquisadora Maria Tereza Sadek, no “O livro da política” (KELLY et al., 2013), e, como fonte primária, na obra “O Príncipe” (MACHIAVELLI, 2005).

Para Sadek (2006) Maquiavel é considerado o fundador do pensamento e da teoria política moderna, sendo o pensador mais citado na história da teoria política e

³ Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, na Itália, em 03 de maio de 1469 (Século XV). Morreu em junho de 1527(Sec. XVI).

um dos primeiros autores a discutir que o poder político não emanava como mérito do destino por ordem ou dádiva divina, senão por meio dos resultados das práticas relacionais humanas. Um dos interesses de seus estudos teóricos era a questão da (des) estabilidade política, ou a manutenção e ou derrocada do poder político estatal (SADEK, 2006). No entendimento desta autora, Maquiavel compreendia teoricamente a política como um processo mutável, portanto instável, e no qual “uma das forças *quer* dominar, enquanto a outra *não quer* ser dominada” (SADEK, 2006, p. 20). A pesquisadora concebe que a teoria política clássica deste pensador se concentra na discussão do:

[...] poder que todos sentem, mas não conhecem. Porém, para conhecê-lo é preciso suportar a ideia da incerteza, da contingência, de que nada é estável e que o espaço da política se constitui e é regido por mecanismos dos que norteiam a vida privada. E mais ainda: o mundo da política não leva ao céu, mas sua ausência é o pior dos infernos (SADEK, 2006, p. 18).

Estudando sua principal obra, “O Príncipe” (MACHIAVELLI, 2005), notamos discussões e ou descrições da política para e com os homens, os príncipes, a população, o povo, os supostos príncipes (que aguardavam assumir e ou assumiam o reinado), os cidadãos, mas não podemos sopesar dessas caracterizações que o autor esteja fazendo referência também às crianças. Essas são notadas por nós quando dos relatos e ou suposições acerca da possibilidade e ou do direito de ascensão hereditária dos meninos (filhos de príncipes) ao governo, como citado nesta situação abaixo:

Tendo sido *messer* Aníbal Bentivoglio, príncipe em Bolonha e avô do atual *messer* Aníbal, morto pelos caneshi que contra ele haviam conspirado, não restando de sua família senão *messer* Giovanni que era ainda criança de colo, logo após esse homicídio o povo levantou-se e matou todos os canneschi. Isso resultou da benquerança popular que a casa de Béntivoglio desfrutava naqueles tempos, benquerança essa tão grande que, não restando em Bolonha qualquer membro dessa família em condições de governar o Estado após a morte de Aníbal e constando haver em Florença um descendente de Bentiovoglio que se julgava até então filho de um artífice, os bolonheses foram até essa cidade e lhe confiaram o Governo daquela comunidade, a qual foi por ele dirigida até que *messer* Giovanni atingisse a idade conveniente para governar (MACHIAVELLI, 2005, p. 110).

Na obra mais conhecida de Maquiavel, o livro “O Príncipe”, notamos que o autor não exclui explicitamente as crianças nos seus postulados, mas tampouco faz referência a elas quando se refere aos conceitos políticos. Considerando que tradicionalmente no início da Modernidade quando os autores diziam “todos” isso significava “adultos”, supõe-se que não incluía a infância em suas proposições.

Estudamos também “O Contrato Social” (2012) de Rousseau⁴, considerado por diversos teóricos especialistas como um Clássico da literatura política democrática. Sobre este texto, no Livro III, Capítulo V I, que trata da Monarquia, ao discutir acerca do caráter hereditário do poder político e da possibilidade de que as crianças viessem assumir o reinado, notamos que o autor faz referência às crianças na mesma proporção que faz aos monstros. Descreve: “[...] preferiu-se uma aparente tranquilidade a uma administração sábia, assim como arriscar ter por chefes crianças, monstros, imbecis, a ter que discutir sobre a escolha de bons reis” (ROUSSEAU, 2012, p. 88).

Refletimos, nesta citação, se Rousseau (2012) teria concebido as crianças também como monstros, ou monstruosa era para o autor a educação a qual se referia, a dos meninos filhos dos monarcas, cuja formação se voltada para o exercício individualizado do poder político do reinado, como mostra esta outra citação: “se a educação real corrompe necessariamente os que a recebem, o que esperar de uma série de homens educados para reinar?” (ROUSSEAU, 2012, p. 89). Além da discussão sobre a monarquia, nossa interpretação teórica é a de que ao menos nesta obra a concepção de democracia de Rousseau (2012) parece não considerar a participação das crianças. Junto às ideias e ideais democráticos deste texto observamos que as crianças ou não aparecem ou, redigindo de outro modo, com esforços até podemos presumir que apareçam, porém em condição de invisibilidade sob o emprego geral dos termos “*povo*” e ou “*maioria*”.

Interpretando estas questões refletimos se Rousseau (2012) teria realmente pensado a democracia para todas as pessoas, toda a coletividade, o povo, e considerando as crianças. Certamente que do conjunto de outras leituras e estudos que realizamos, e em parte já mencionadas, compreendemos que as crianças só passaram a ter maior consideração e visibilidade na política e nas leis quando do

⁴ Jean Jacques Rousseau nasceu em 28 de junho de 1712 em Genebra, na Suíça. Viveu até 2 de julho de 1778. Morreu em Ermenonville, na França (ROUSSEAU, 2012, p. 1).

período histórico da modernidade. Porém, é relevante que nos atentemos em relação às questões anteriormente mencionadas, pois no nosso entendimento essas são ponderações consideráveis quando da argumentação da invisibilidade das crianças também no campo teórico, nas teorias políticas da democracia e em outras teorias de pensamentos políticos.

Investigamos ademais a concepção político-filosófica de Hannah Arendt. O texto submetido ao estudo foi “O que é Política” (ARENDR, 1950). Para esta autora a busca do entendimento sobre o que é política deve vir acompanhada da compreensão sobre a relação da política com vários aspectos como a convivência social, a diversidade, o relacionamento humano, a organização e formação social, entre outros. Arendt (1950, p. 2) concebe que a “[...] política trata da convivência entre diferentes [...]”. Então, por meio da política os “[...] homens se organizam politicamente para certas coisas em comum [...]”.

[...] o homem é a-político. A política surge no entre-os-homens; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaco e se estabelece como relação [...] (ARENDR, 1950, p. 3).

Se bem entendemos, para Hannah Arendt (1950) a política é a própria liberdade constituída e baseada relativamente nas relações humanas, pela “pluralidade” social (ARENDR, 1950, p. 3). Do modo como elucubramos, na concepção desta autora o nascimento humano é uma categoria essencial ao mundo, pois possibilita a sua renovação.

Contra a possível determinação e distinguibilidade do futuro está o fato de o mundo se renovar a cada dia por meio do nascimento e, pela espontaneidade dos recém-chegados, está sempre se comprometendo com um novo imprevisível. Só quando os recém-nascidos são privados de sua espontaneidade, de seu direito a começar algo novo, o curso do mundo pode ser determinado e previsto, de maneira determinística (ARENDR, 1950, p. 20).

A autora tampouco nega a infância política, mas não se manifesta a respeito, o que nos faz deduzir que a criança não é contemplada em seus conceitos. Enfim, desses estudos que tivemos acesso e com base nas análises expostas dos textos estudados, em relação a esta e aos autores anteriormente citados, ressaltamos

nossa percepção acerca da exclusão política da infância nessas teorias políticas. Outrossim, de discursos políticos acadêmicos e ou teorias e conceitos políticos clássicos e contemporâneos que considerem a participação das crianças.

No contexto deste trabalho entendemos que teorias políticas, leis, princípios políticos, estratégias políticas, poderes e formas de governos, são conhecimentos ou conteúdos educativos para serem ensinados-aprendidos na infância. A teoria clássica grega já mencionada, de que o “homem é um ser político por natureza” (ARISTOTÉLES, 1999, p. 146) certamente deve ser respeitada como um conceito político teórico-histórico. Entretanto, ainda que consideremos a capacidade de relacionamento e participação político-social como uma competência humana, a questão é que de fato as crianças não nascem sabendo acerca de conceitos e das formas de participação. Não saberão o que é democracia, por exemplo, até que aprendam conceitos, significados, sentidos e características desta forma de governo. Do mesmo modo não conhecerão sobre seus direitos e os mecanismos de acesso à justiça sem que aprendam sobre as leis e especificamente, as que lhes regem.

Com estas significações conjecturamos acerca da política que não temos com/para as crianças, mas que deve ser construída tanto conceitualmente como na vida prática. Nesta questão vemos a importância da discussão sobre a democracia e a participação política na infância.

4.2.3 A Participação Política das Crianças e as Democracias

Este tópico constitui-se da reflexão crítica a respeito do lugar político das crianças na democracia. É corrente na literatura política contemporânea o fluxo de discussões e discursos teóricos sobre as democracias, e as relações da democracia representativa com as injustiças sociais, econômicas e políticas (BOBBIO, 1986, 2004; CHAUI, 2012; MORIN, 2013; SANTOS, 2009). Em meio à produção acadêmica a tensão deste debate se dá tanto na busca da sua recorrência quanto da sua ampliação.

Sobretudo no momento histórico atual, diante das graves problemáticas econômico-sociais, políticas e culturais e de uma sociedade de “risco”⁵, como concebe Beck (2012), os diferentes conceitos de democracia aparecem confrontados em discussões teóricas, e em reivindicações quanto à ampliação da participação e controle político-social junto aos governos.

Sabe-se que desde a filosofia grega conceitos e concepções políticas de democracia foram sendo construídos historicamente (BOBBIO, 1986, 2004; WEFFORT, 2006a, 2006b). E, que, deste período ao tempo atual, diferentes formas de concepções teóricas e constituições democráticas aconteceram. Em Aristóteles (1999) a democracia⁶ clássica significava forma de governo cuja maioria dos cidadãos devia decidir para o bem comum desta própria classe.

A democracia, portanto, não era exercida pelo povo, mas por parte deste, a quem as leis feitas em política outorgavam esse direito. Como assinalamos em outro tópico, somente tinham acesso à democracia grega os homens considerados livres. Estavam fora desta categoria os homens escravos, os estrangeiros, as mulheres escravas e não escravas e as crianças (ARISTÓTELES, 1999). Em várias citações o autor discute ou menciona quem devia ou podia participar da política. Sublinhamos algumas:

[...] Minha sugestão é que aquilo que distingue efetivamente o cidadão dos demais é **a sua participação no judiciário** e na autoridade, isto é, nos cargos públicos e na administração da **política e legal** (ARISTÓTELES, 1999, p. 212, grifo nosso).

[...] tão logo um homem se torne capacitado para participar da autoridade, deliberativa ou judicial, consideramo-lo cidadão do Estado (ARISTÓTELES, 1999, p. 213).

[...] um cidadão em sentido pleno é aquele que compartilha os privilégios da lei (ARISTÓTELES, 1999, p. 221).

Torres (2005, p. 8) relata que Aristóteles “[...] definia cidadão como aquele que possui o direito de administrar a justiça e exercer funções públicas, participar da função judicial ou da deliberativa, ou seja, de exercer a política”. Tal como este pesquisador, conferimos que na antiguidade a condição de ser cidadão variava

⁵ Adverte este autor: “A sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças.” (BECK, 2012, p. 18).

⁶ Para este pensador a democracia era um desvio bom da *politéia* ou “[...] governo exercido pela maioria dos cidadãos, para o bem de toda a comunidade” (ARISTÓTELES, 1999, p. 224).

ainda conforme a forma de governo. Em relação à oligarquia⁷ Aristóteles considerava que um trabalhador não deveria “tornar-se cidadão, por causa das altas qualificações exigidas para os cargos públicos; mas um artesão pode obter o título, uma vez que muitos deles, quando especializados, tornam-se ricos” (ARISTÓTELES, 1999, p. 220).

Sobre a democracia novamente, referimos que o direito à cidadania correspondia à condição de ser humano, gênero masculino, livre, e participante da política das leis e do governo público. Meninos e meninas, crianças, como discutido em precedência, não eram concebidos cidadãos e cidadãs no contexto da democracia clássica.

Para Rousseau (2012, p. 79) a democracia era concebida como uma forma de governo “[...] confiado a todo o povo ou à maior parte deste”. Na compreensão de Bobbio (1986) o sentido da democracia é tradicionalmente a forma de expressão pública do poder político social e da ação política pública. Sobre a teoria política clássica este autor fundamenta que a democracia residia na visibilidade do poder político, na assembleia ou democracia direta dos cidadãos e cidadãs participantes da política e na assembleia ou democracia representativa pública.

Sobre a teoria política moderna e contemporânea Bobbio (1986) teoriza diversas caracterizações de democracias conceituais, sendo: “democracia representativa” e “democracia direta”; “democracia política” e “democracia social”; “democracia formal” e “democracia substancial”. Da “democracia direta” o autor cita três formas de exercício político popular, sendo: a) o governo do povo, com delegados representativos, e com mandato revogável; b) o governo de assembleias, sem delegados; c) e os *referendum* (BOBBIO, 1986, p. 154).

Das ideias gerais apresentadas por este autor sobre os conceitos de “democracia política e democracia social”, compreendemos que se trata de concepções teóricas que se conjugam pela própria democratização da política na sociedade, e relacionadas à extensão e ou ampliação dos espaços de participação social (BOBBIO, 1986, p. 156).

No que se refere ao conceito de “democracia formal” o autor a significa como a forma de ação do governo democrático em si, isto é, o jeito como o governo

⁷ Para Aristóteles (1999, p. 224) a Oligarquia significava o desvio ruim do governo político da Aristocracia, que, entendia-se, era um “[...] governo de mais de um, más para poucos” e para “[...] o benefício dos homens de posses”.

governa, e que para Norbert Bobbio está relacionado à identidade política de quem governa. O significado da “democracia substancial” seria, por sua vez, o conteúdo político-social da política (ou as ações do governo democrático), que, na concepção do autor, para não descaracterizar a forma, deve garantir o princípio político da igualdade, não a de caráter político liberal, mas a econômico-social (BOBBIO, 1986, p. 157).

A respeito da “democracia representativa”, por fim, destacamos dois pontos característicos abordados pelo autor que são o direito político do voto individual e a organização por formação de partidos políticos (BOBBIO, 1986, p. 153). Na opinião deste teórico a democracia ideal é aquela que se estabelece socialmente a partir da junção conceitual da “democracia formal” com a “democracia substancial”.

Frente às crescentes crises econômicas, políticas e sociais da globalização neoliberal, outras teorias das sociologias e ciências políticas, com alguma diferença do que define Bobbio em 1986, enfatizam a discussão teórica sobre o papel da “democracia participativa” como um meio de oferecer resistência política à hegemonia das políticas neoliberais (BOBBIO, 2004; SANTOS, 2007, 2009, 2010). No geral entende-se que conceitualmente a democracia participativa amplia ao nível das condições políticas a possibilidade da deliberação do poder político e de controle político-social sobre as ações dos governos. A democracia participativa é assim um mecanismo de poder de participação e ou intervenção política direta da população na condução da democracia representativa.

Chauí (2006, 2012) informa que a palavra democracia advém etimologicamente da junção *demos* (povo) e *kratos* (força ou poder). Poder esse que expressado socialmente em diversas formas de relações políticas dispersas na sociedade, materializa-se também nas ausências de políticas públicas verdadeiramente democráticas e em muitas situações imperceptíveis quanto ao seu viés político neoliberal.

Compreendemos desta autora que a concepção política dominante é de fácil convencimento: “[...] é fácil falar, persuadir e convencer, pois os interlocutores já estão identificados com os conteúdos dessa fala, que é também a sua na vida cotidiana” (CHAUI, 2006, p. 8). Diferentemente ocorre com os discursos das políticas não- hegemônicas, que se voltando para a obtenção de mudanças e transformações político-sociais, tornam-se compreensivamente difíceis.

Desta forma, como indicado por Chaui (2006) é necessário que o discurso político hegemônico seja desmontado em seu senso político comum, descaracterizado em sua aparência de realidade política (que se coloca aparentada como verdadeira), reinterpretado e explicado do ponto de vista de uma nova realidade possível de ser criada e ou reinventada por um novo discurso político e para a formação da compreensão crítica dos novos sujeitos políticos, na busca da participação coletiva para a mudança.

Por essa razão, pensamos que sejam urgentes também os processos de construções e disseminações de discursos políticos voltados para a formação de uma nova “cultura política” (CHAUI, 2006, 2012) em relação à participação política das crianças. Por outra parte, este mesmo argumento nos confirma a concepção de democracia da autora para adultos, dado que aposta na fina racionalidade crítica como um contra poder. As crianças se comunicam com o corpo, sons que não necessariamente são palavras e mesmo sendo adolescentes, não poderão concorrer com adultos experientes por meio do discurso escrito.

Ensina a autora que, indo “[...] às origens da palavra cultura, veremos que ela significava cultivo, cuidado. Inicialmente com a terra, donde agricultura, com as crianças, donde puericultura, e com os deuses e o sagrado, donde culto [...]” (CHAUI, 2006, p. 129). Segue que, na modernidade esse conceito original perde valor frente ao conceito de cultura que foi empreendido socialmente pela denotação de civilidade, da “[...] ideia de vida civil, portanto de vida e de regime político” (CHAUI, 2006, p. 129) e, principalmente, para a manutenção do *status quo* social.

Compreendemos que o significado supracitado, original quanto à concepção de “cultura”, agregado à concepção da democracia participativa e à participação das crianças, é base para o que tentamos discutir e argumentar neste tópico quanto ao “cultivo” e exercício social do direito político na infância. Apropriadas teoricamente em autores estudados, intuímos nessa reflexão que, a democracia, como forma de sistema político formal, permite entraves à participação e atuação política direta das crianças.

Fundamentamos esta ideia explicando-a melhor, com base na teoria estudada em Chaui (2006). Acontece que, como expõe a autora, a democracia como regime político possui algumas características particulares. A primeira delas é que somente nesta forma de governo se permite a ocorrência do conflito político como um

processo inerente ao processo democrático. “O conflito não é obstáculo, é a constituição mesma do processo democrático” (CHAUI, 2006, p. 138). Além disso, a democracia se fundamenta na concepção do exercício político democrático, sendo tanto para a busca da promoção dos direitos garantidos quanto para a conquista de novos direitos. A democracia concebe a autora, é meio de “[...] processo de criação de direitos (o que também é uma de suas originalidades) e, por isso mesmo é uma forma política aberta ao tempo e à história” (CHAUI, 2006, p. 139).

Por essas características a vivência da democracia se dá com a vivência da participação política na sociedade democrática, e em distinção entre o que é o poder político e o que é o governo. Chauí (2006, p. 139) estabelece que o poder político na democracia deva advir dos cidadãos e cidadãs por meio das leis e das instituições políticas. Quanto ao governo, este deve ser delegado pela sociedade aos representantes políticos escolhidos pela maioria desta, para que administrem o aparato público (CHAUI, 2006, p. 139).

Na democracia o poder político é então social (da sociedade) e não dos governantes (sujeitos políticos ou autoridades, definidos assim a partir da escolha da maioria da sociedade que participa nos processos de escolhas para eleição da representação política). É justamente desta última característica identificada pela autora que podemos reconhecer os limites da democracia como forma política de justiça social, e para e com a infância. A participação político-social-representativa é para Chauí (2006) e outros teóricos que estudamos um mecanismo político oculto de manutenção dos discursos e relações do poder político e econômico dominante, da forma como segue citado:

Sabemos que, nas sociedades de classes, o povo, na qualidade de governante não é totalidade das classes nem da população, mas da classe dominante, que por meio do voto, apresenta como representante de toda a sociedade para a feitura das leis, seu cumprimento e a garantia dos direitos, bem como para a direção da coisa pública. Assim paradoxalmente, a representação política tende a legitimar privilégios e formas de exclusão política sem que isso seja percebido pela população com ilegítimo, ainda que, às vezes, possa ser percebido como insatisfatório (CHAUI, 2006, p. 140).

Dissertando sobre estas questões, em relação à infância, observamos que a democracia representativa dificulta ou exclui o acesso das crianças às políticas públicas e ao sistema político público, para expressão de suas opiniões e

participação nas decisões coletivas. No Brasil, de modo geral os interesses políticos coletivos e ou de grupos de crianças, bem como os particulares desses sujeitos, são reprimidos junto ao sistema e as estruturas políticas e burocráticas dos governos. Além disso, entre outras dificuldades, como categoria social as encontram-se excluídas do mecanismo de representatividade política válido por/aos adultos.

A Constituição Brasileira estabelece que adolescentes com idades de 16 a 18 anos incompletos tem o direito de participar facultativamente dos processos eleitorais para a escolha dos representantes políticos da população. Porém, como grupo social, a infância não elege representantes diretos, já que por lei os adolescentes podem votar, mas não podem ser candidatos⁸ (BRASIL, 1988). Do restante da população abaixo desta idade, nenhuma cidadã e nenhum cidadão participa desse processo (BRASIL, 1988).

Não intentamos com esta exposição provocar uma discussão em defesa ao voto infantil. Por outro lado, como outros investigadores da área da infância argumentam, destacamos que nas democracias liberais as crianças são excluídas dos processos eleitorais (SARMENTO, 2011 apud CAMPAGNUCCI, 2011)⁹. Expressamos o pensamento de que esta e outras questões que nos remetem ao reconhecimento do lugar de exclusão das crianças na política precisam ser amplamente discutidas nas democracias e, sobretudo, com os meninos e meninas, de modo que busquem saber e manifestar-se coletivamente sobre este e outros temas políticos.

Como um exercício de direito político, a vivência da democracia só existe efetivamente na vida das crianças em extensão às condições políticas que são oferecidas a esta população. Neste sentido conferimos que:

[...] a cada passo a democracia exige ampliação da representação pela participação, o que leva ao surgimento de novas práticas que

⁸ Somente para cidadãos e cidadãs com idade acima de 18 anos é concedido o direito de chegar ao exercício político da função de "políticos"- melhor significando, servidores públicos que devem trabalhar à serviço da população. Entre outros critérios as idades mínimas para as candidaturas aos cargos políticos são: Presidência e Vice-Presidência da República e Senado, 35 anos; Governadores ou Governadoras de Estado, 30 anos; Deputados ou Deputadas Federais e Estaduais 21 anos; Vereadores e Vereadoras, 18 anos (BRASIL, 1988, Art. 14, 1º, II e VI).

⁹ Pesquisador Manuel Jacinto Sarmiento em entrevista concedida à Fernanda Campagnucci, em 04 de março de 2011.

garantam a participação como ato político efetivo, o qual aumenta a cada criação de um novo direito. Em outras palavras, só *há democracia com a ampliação contínua da cidadania* (CHAUI, 2006, p. 140).

É preciso que a política da democracia (prática) participativa faça parte do cotidiano social das crianças e que se apresente na e para a infância como um exercício essencial e dinâmico de luta pela realização plena dos direitos humanos, sociais, civis e políticos de todos e todas, adultos, e adultas e crianças. Por essa razão concordamos com a ideia da formação de outra cultura política na sociedade (CHAUI, 2006, 2008; SANTOS, 2009), edificada, como concebe Müller (2012a) em ampla formação e participação político-social e cultural.

A democracia deve chegar às crianças, desde os conceitos até as práticas sociais e políticas, sob o risco de não tocá-las ou não deixar tocar-se. Decorre daí a necessidade do alargamento do campo político e democrático da democracia com a ampliação da participação popular nos debates e decisões políticas e com as políticas das crianças. A promoção da participação política infantil e adolescente articula-se à efetivação da democracia participativa e, à participação democrática na elaboração e operacionalização das políticas públicas e à participação da população adulta (MÜLLER, 2012a). Portanto precisa ser pauta quando da determinação das agendas, interesses e ações políticas governamentais e da sociedade civil e, radicalmente introduzida nos espaços político-sociais constituídos na democracia para a cultura da participação popular.

A ampliação da participação política das crianças e adolescentes encontra-se articulada à efetivação da democracia participativa e que, potencialmente, deve vir acompanhada de formação política (MAGER *et al.*, 2011; MÜLLER, 2007, 2012a), mobilizável com qualidade pedagógica e em luta pela emancipação social (TOMÁS, 2011).

Entendemos que além de caracterizar-se como um processo ilegítimo de cidadania na democracia, a continuidade da política de exclusão, contensão e ou ocultação da participação político-social na infância é uma política de violações de direitos humanos (SACAVINO, 2009). Como descreve Bobbio (1986, p. 30) - sem referir-se a crianças- “é essencial à democracia o exercício de vários direitos de liberdade, que permitem a formação da opinião pública”.

O direito à participação infantil nas políticas é um avanço social. A legitimidade da participação ativa das crianças na elaboração de diretrizes e políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente é uma possibilidade democrática. Paradoxalmente as sociedades democráticas precisam responder politicamente quanto à ausência da presença das crianças opinando nas decisões políticas. A percepção deste ideal não pode advir só das práticas sociais eventuais. Do nosso ponto de vista teórico-político a política democrática ainda não chegou às crianças brasileiras, nem em seus moldes de participação direta.

Em nossa opinião, a viabilidade de oportunidades para que meninos e meninas participem das diretrizes, políticas e ações públicas pode (e entendemos que deva) ser iniciada pelas experiências de participações nas escolas, nas entidades de proteção social e nos programas e projetos esportivos e culturais de lazer, entre outras instituições de atendimentos e serviços públicos. Porém, é ampliada e fortalecida com a garantia da legitimidade da entrada e permanência da participação desses sujeitos nos espaços políticos formais de decisões tais como os conselhos deliberativos das políticas públicas setoriais e dos direitos da criança e do adolescente.

Contudo, os mecanismos e os padrões de comunicação e decisão devem ser acessíveis e adequados às culturas dos meninos e meninas e às peculiaridades físicas, psíquicas e emocionais desses sujeitos entendendo-os como cidadãos e cidadãs em processos de desenvolvimento de suas formações humanas. A preocupação com a qualidade crítica da condição educativa e adequação das linguagens culturais nos diálogos político-sociais junto às instituições e ou com agentes sociais e públicos precisa ser rigorosamente considerada.

Em Santos (2006) compreendemos que pela teoria das “traduções” tornamos possível o entendimento acerca de expressões e manifestações de diálogos culturais e lutas políticas (SANTOS, 2009), e que socialmente vive-se um tempo de transições paradigmáticas, de diferentes modos de produções de globalizações (hegemônicas e contra- hegemônicas), “constituídos por diferentes constelações de direitos, conhecimentos e poderes” (SANTOS, 2009, p. 17).

Entretanto, como indica o autor supracitado, apesar das limitações quanto às relações e estratégias de participação e decisão política oriundas da democracia

representativa, existe ao redor do mundo uma diversidade de possibilidades emancipatórias de ativismos político-sociais, visíveis e ou ocultos, como as práticas sociais de democracia participativa, sustentadas pela necessidade da reinvenção da política convertida em (outras) culturas políticas, por meio de práticas teóricas e lutas que promovem a “radicalização da democracia” (SANTOS, 2009, p. 20). No limiar destas questões localizamos o lugar dos estudos e teorias sociais culturais da infância (SARMENTO; MARCHI, 2008). Reforçamos estas ideias:

A par da discussão sobre a erosão da confiança dos cidadãos na democracia representativa, o desenvolvimento de experiências participativas surge como uma promessa de abrir novos espaços de discussão sobre a democracia, a cidadania, a representação, o poder e a voz. Contudo, essa linguagem e as práticas de participação muitas vezes obscurecem os mundos das crianças, as suas necessidades, direitos, e contribuições para esses desenvolvimentos, pelo que é necessário analisar cada uma dessas linguagens e práticas (TOMÁS, 2011, p. 56).

Importa-nos ressaltar que diversas experiências ativas de participação social direta das crianças na vida política (BRASIL, 1990) acontecem em resposta às ações e ou reivindicações de movimentos sociais em defesa dos direitos humanos na infância. Para além do reconhecimento do lugar político das crianças essas experiências buscam efetivar a participação política dos meninos e meninas, atentando que:

[...] não é suficiente o incentivo das atividades da criança no interior do grupo, é também fundamental facilitar a abertura de espaços onde suas opiniões e iniciativas tenham margem de aceitação, de negociação e obviamente adquiram visibilidade (TOMÁS, 2006, p. 154).

Discutindo ao contexto do Brasil, mais de duas décadas se passaram desde a origem do ECA (BRASIL, 1990). Ainda assim há no país a carência e ou a falta de políticas públicas de incentivo e acesso à participação social de crianças e adolescentes. O nascimento da lei, neste sentido, não materializou o direito desses sujeitos de discutir e decidir questões políticas sobre e nas suas vidas, de ter liberdade para opinar e expressar-se, de falar e serem ouvidas. Vivências participativas deveriam ser já amplamente promovidas nas instituições, programas e projetos educativos, mas, acima de tudo, em espaços políticos de defesa e

promoção da cidadania organizados nas cidades, nos estados e na federação, tais como nos conselhos municipais de educação, saúde, assistência, segurança, planejamento, cultura, esporte e lazer e de direitos da criança e do adolescente.

Nacionalmente, para a maioria da população infantil no Brasil as formas de acesso participativo nas políticas públicas são dificultosas, quando existem. A relação (ou a real ação) da população no âmbito dessas políticas, qual como possibilitado pela Constituição Democrática (BRASIL, 1988) deveria ser cotidiana e acessível a todo cidadão e toda cidadã de qualquer idade, já que a participação é um exercício essencial e dinâmico de luta pela realização plena dos direitos de adultos e crianças. Entretanto, entre outras razões a busca pela participação direta da sociedade no dia a dia das políticas públicas é dificultada pela política burocrática (BECK, 2012; SOUZA, 2010).

Sim, a conquista do direito de participação na infância é uma conquista social. A possibilidade da participação ativa das crianças na elaboração das diretrizes e ações de políticas públicas também. Paradoxalmente a presença da participação de meninos e meninas nessas políticas é uma realidade rara (TONUCCI, 1997), enquanto a democracia na infância segue pouco vivenciada com as crianças e quem protagoniza as políticas é o adulto que legisla para si próprio.

4.2.3.1 Democracia na infância: pela “radicalidade da inclusão” política das crianças

Para Santos (2007) no campo político-social da cultura ocidental a democracia é um aporte histórico de poder hegemônico, ao que tanto em teoria como em experiência cabem mudanças. Trazendo esta discussão para o âmbito do nosso estudo, refletimos que desde sua concepção conceitual a democracia clássica e moderna precisaria ser revisitada, de modo que pudesse ser utilizada como instrumento de efetivação da participação político-social e cultural das crianças.

Certamente que tal processo é desencadeador de apropriações sociais, culturais e políticas que emanam tempo, educação, formação, e ainda, incluir mudanças profundas nos sistemas políticos e nas formas de associações e ações de governos e populares. Mas, mais que pensar esta ideia como complexa e difícil de ser revista, e, portanto (quase) impossível, é preciso que a pensemos primeiro como uma ideia necessária, porque emancipatória e congruente com a proposta da justiça

político-social ainda em curso, e que queremos (é de direito) podemos chegar sem excluirmos a participação das crianças.

Neste sentido, consideramos adequada a exemplificação da “Lei Orgânica de Educação da Venezuela”, de 13 de agosto de 2009, onde é estabelecido como primeiro princípio da educação a “democracia participativa e protagônica”. Entre outros princípios orientadores da educação, estão “a igualdade entre todos os cidadãos e cidadãs sem discriminações, a liberdade e emancipação, a justiça social, o respeito aos direitos humanos, a prática da equidade e a inclusão, o direito a igualdade de gênero” (VENEZUELA, 2009). A participação popular deve ser garantida na:

[...] autorização, orientação, regulação, supervisão e seguimento dos convênios multilaterais, bilaterais e de financiamento com entes nacionais e internacionais de caráter público e privado, para a execução de projetos educativos a nível nacional (VENEZUELA, Art. 6, 4, f, 2009, tradução nossa)¹⁰.

Argumentos teóricos supracitados são em si compreensões e expectativas de que, como advoga Santos (2007), outra democracia possa existir, e da forma como a concebemos, em funcionamento com a participação política de meninos e meninas. Coincide em nossa expectativa a consciência prática de que esta possibilidade deve ser alimentada em parte por meio da prática político-educativa com as crianças. Compreendemos que o princípio educativo da “*radicalidade da inclusão*” concebido quando da garantia da participação lúdico-política de todos e todas, meninos e meninas, nas brincadeiras (MÜLLER; RODRIGUES, 2002), é válido quando da defesa da participação das crianças na política e na democracia participativa. Isso significa conceber que sejam postas em prática, radicalmente, propostas políticas não colonizadoras pactuadas democraticamente nos diversos espaços e com diferentes segmentos político-sociais e, sobretudo, com as crianças.

A proposta teórica mencionada é a efetivação de uma posição de intervenção radical frente à constatação da realidade cultural da exclusão política na infância. Como ação humana radical para além de crítica esta inclusão deve ser necessariamente ainda,

¹⁰ Trazemos o texto em sua escrita original: “[...] autorización, orientación, regulación, supervisión y seguimiento a los convenios multilaterales, bilaterales y de financiamiento con entes nacionales e internacionales de carácter público y privado, para la ejecución de proyectos educativos a nivel nacional (VENEZUELA, Art. 6, 4, f, 2009).

[...] amorosa, humilde e comunicativa. O homem radical na sua opção, não nega o direito ao outro de optar. Não pretende impor sua opção. Dialoga sobre ela. Está convencido de seu acerto, mas respeita no outro o direito de também julgar-se certo. Tenta convencer e converter, e não esmagar o seu oponente. Tem o dever, contudo, por uma questão mesma de amor, de reagir à violência dos que lhes pretendam impor silêncio. Dos que em nome da liberdade, matam, em si e nele, a própria liberdade. A posição radical, que é amorosa, não pode ser autoflageladora. Não pode acomodar-se passivamente diante do poder exacerbado de alguns que leva à desumanização de todos, inclusive dos poderosos (FREIRE, 2000a, p. 58).

O princípio da “radicalidade da inclusão” (MÜLLER; RODRIGUES, 2002) aplicado às mudanças político-sociais e culturais fundamentais para a garantia e promoção da participação política das crianças não tira dos outros cidadãos e cidadãs adultos o direito de opinião e escolhas, mas efetiva para a população infantil a condição de participar opinando e escolhendo junto. Acompanha-nos teoricamente o pensamento advertido em Freire (2000a, p. 59) de que o “radical rejeita o ativismo e submete sempre sua ação à reflexão”. Propomos e nos dispomos à reflexão ativo-prática de rejeição do ativismo político que não se submete a considerar legitimamente as crianças como participantes e sujeitos de direitos políticos.

Na atribuição teórica de Freire (2000a, p. 71), o que “[...] caracteriza o comportamento comprometido é a capacidade de opção”. Entretanto, qual tem sido o comprometimento político coletivo das sociedades adjetivadas como democráticas quanto à inclusão da participação das crianças na política? Nesta análise recorreremos novamente aos argumentos de Bobbio (1986) que atenta quanto às democracias das “sociedades não democráticas”. Isto é, o autor adverte que é possível que em uma sociedade caracterizada com regime político democrático as atitudes e ações políticas desta sociedade sejam antitéticas à liberdade política. A fundamentação é que:

[...] uma coisa é a democratização da direção política, o que ocorreu com a instituição dos parlamentos, outra coisa é a democratização da sociedade. Em consequência, pode muito bem existir um Estado democrático numa sociedade em que a maior parte das instituições, da família à escola, da empresa aos serviços públicos, não são governadas democraticamente (BOBBIO, 1986, p. 156).

A constituição da discussão crítica da democracia, da maneira sinalizada em Bobbio (1886), deve consistir da ideia da participação democrática como passagem da participação política individual para a participação política coletiva, como sociedade democrática. Neste sentido o exercício da democracia política envolve duas questões fundamentais e complementares sendo a “democratização da política” e a “democratização da sociedade” (BOBBIO, 1986, p. 157).

Tiramos destas concepções que o exercício político da participação democrática é possibilitado na infância com a ampliação dos procedimentos que permitem a participação direta das crianças nas decisões políticas, em respeito às múltiplas representações sociais e culturais da população infantil e contra qualquer forma de violência política contra crianças, como as que são citadas e significadas na sequência:

Manuel Joaquim Sarmiento- Existem formas manipuladoras das crianças que constituem uma falsa participação. Por vezes, se interpreta essa participação como modos de imitação pelas crianças daquilo que são as formas de ação política das democracias liberais, parlamentares. Criam-se parlamentos de crianças onde elas são investidas de funções idênticas às dos deputados, propõem leis, fazem determinadas opções. Mas é tudo fingir, porque as leis não são verdadeiras e as opções se jogam fora. Portanto, essas formas de imitação. De manipulação das crianças são efetivamente inaceitáveis (CAMPAGNUCCI, 2011, grifo nosso).

Próximo ao término deste, retomamos a questão para diante elaborada sobre o comprometimento político das sociedades democráticas quanto à democratização das democracias na infância, buscando respondê-la. Bem, constatamos que na teoria da política clássica as crianças eram excluídas do direito de participação política. Investigamos ainda que em diversas teorias políticas modernas não houve o reconhecimento político das crianças. Da mesma forma, de estudos de autores especialistas contemporâneos da área da infância, notamos que, como um direito, no geral a participação política das crianças não é uma prática participativa efetivada em grande parte do rol dos países democráticos no mundo (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989) e no Brasil (BRASIL, 1990).

Sintetizando em significados este conjunto de argumentos teóricos que vimos destacando e ou conjecturando, compreendemos que há ainda na contemporaneidade: a) uma *situação social cultural de despotismo político frente ao*

direito de participação política na infância, que, caracterizando melhor, entendemos expressada pelo descumprimento político das sociedades e dos governos quanto às garantias políticas e de valores fundamentais à promoção política das crianças nas democracias; b) *uma colonização de mundo adulto sobre o universo das crianças*.

Portanto, a injustiça social e política tal como entendemos que ocorre com a exclusão político-social da infância pode ser compreendida como despotismo e colonização não somente pelo ponto de vista do descumprimento de direitos humanos das crianças, mas pelo desrespeito à existência social, cultural e política participante das crianças no mundo.

Realçamos a distinção conceitual de Rousseau (2012, p. 101) de que a tirania é “contra as leis, a governar segundo as leis; desposta é quem se coloca acima das próprias leis”. Enquanto na sociedade ocidental resignar-se e ou exonerar-se da responsabilidade para e junto ao exercício político das crianças é ser déspota de si mesma, dominar as condições de atuação política e social da criança é, do modo como empregamos teoricamente o conceito de Said (2003), ser colonizador ou invasor na participação e culturas da infância. Encerrando este tópico damos seguimento à discussão sobre o termo que vimos recorrendo desde o título deste trabalho, qual seja sobre o significado da participação política.

4.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INFÂNCIA: SIGNIFICADOS

Há muitos significados empreendidos ao termo participação. A adjetivação do tema pode se dar de várias maneiras: participação cidadã, participação infantil, participação protagonista, participação popular, participação social, participação juvenil, participação coletiva, participação regulada, participação humana, participação jovem, participação estudantil, participação esportiva, participação cultural, participação comunitária, participação crítica, participação particular, participação feminina, participação empresarial, participação democrática, participação econômica, participação artística, tantas outras. Junto à multivariada de significados denotados ao termo participação, representam-se, como identificamos de Tomás (2011), diferentes significações de critérios conceituais, das quais expressões culturais de identidades, graus de inserção participativa, conquistas políticas, entre outros.

Não nos ocupamos em discutir as teorias tradicionais da participação e suas concepções de significados. Em relação a esta questão, comentamos que as investigações de Tomás (2011) e Tomás e Fernandes (2011) são valiosas ao abordarem diferentes autores e estudos com tradição teórica neste tema. Nossa preocupação é veicular (com a utilização propositada do termo participação, acompanhado pela terminologia política) que o conceito que buscamos significar advém da sua adjetivação concebida com sentido político.

Entendemos que no âmbito das lutas políticas em defesa dos direitos das crianças e de suas culturas e infâncias, a participação política deve ser compreendida também em expressividade ao seu caráter militante, que, como concebido em Freire deve ser nutrido pela “criticidade e não pela irracionalidade” (2000a, p. 130). Portanto, que a participação política deve ser uma prática social desejável e intencional, expressada em decorrência da vontade crítica dos sujeitos.

Tanto na infância quanto na vida adulta a participação política exigirá da pessoa que participa o desejo de querer fazer parte da política e de relacionar-se com ações e interesses públicos. Assim, quem participa politicamente é tanto parte do processo quanto do seu resultado. Estudando Freire (2000b, p. 91) observamos que o jogo político exige do sujeito jogador (pessoa participante ou militante político) a determinação de táticas políticas que não se contradizem em relação à elaboração das estratégias, objetivos e sonhos políticos (o que se busca conquistar politicamente). Desta forma, quando preciso for, as táticas podem e devem ser mudadas e ou interrompidas e, se assim ocorrer, isso não significa necessariamente que o jogador deixou de jogar, ou que abandonou seus sonhos.

Em correlação com os diferentes tipos de jogos de poderes políticos jogados socialmente na área da infância, destacamos a discussão de Tomás e Fernandes (2011). Conforme estas autoras, nas sociedades contemporâneas, a participação das crianças vem ganhando visibilidade tanto a nível teórico, no campo dos aspetos conceituais, como no prático, no campo das experiências. Tomás e Fernandes (2011) indicam que a participação infantil deve ser compreendida a partir de dois pressupostos epistemológicos, os quais o conceptual e o sócio-político. No pressuposto conceitual, defende-se uma nova concepção e postura metodológica acadêmica perante as crianças e suas culturas, com respectivas mudanças quanto à hegemonia das análises comportamentais psicológicas e biológicas sobre a infância

e o desenvolvimento e aplicabilidade de teorias e metodologias de pesquisa centradas em referenciais culturais da infância e das crianças. Quanto ao pressuposto social e político, o pleito é o resguardo e propagação da concepção das crianças como atores sociais, em situação de busca ativa da emancipação social e pela ruptura com exclusão social e política submetida à infância historicamente.

Para García (2012) a promoção dos direitos humanos perpassa pela garantia da participação das pessoas nos processos políticos e educativos, para a superação das diferentes situações de exclusões. Por outro lado, o direito de participação necessita da garantia de outros direitos dos quais “[...] o direito de receber informação, o direito a formar uma opinião, o direito a exprimir-se em liberdade” (GARCÍA, 2012, p. 17). A busca da participação é neste sentido um processo político ativo em conquista da garantia do direito de liberdade política e das condições educativas e democráticas fundamentais ao exercício dos demais direitos humanos e da própria participação.

Escrevendo em referência à política das ditaduras, Freire (2000b) fundamentou teoricamente a necessidade da participação popular no debate sobre suas vidas, de seus problemas comuns, na feita do contexto democrático que ainda não se tinha no Brasil e em outros países da América Latina. Desta forma a participação política foi concebida pelo autor como ferramenta na/da construção da própria política democrática, a política participativa.

Investigando discussões, conceitos, princípios e fundamentos teóricos propostos (FREIRE, 2000a, 2000b, 2001), entendemos que para Paulo Freire a participação política é a condição pela qual o sujeito pode fazer a política “com suas próprias mãos” (FREIRE, 2000a, p. 88), e, numa perspectiva progressista, em “[...] dialogação e responsabilidade, política e social” (FREIRE, 2000a, p. 87).

Da compreensão da teoria da Educação Popular podemos considerar que a participação política deve ser uma atitude humana de ingerência social, de busca por intervenções e mudanças, resultante primeiro da consciência social do sujeito e posteriormente de sua conscientização política (FREIRE, 2000a). Uma *práxis* social de criação, recriação, decisão, não conformação, de reflexão para dinamização da realidade política que não se quer como tal sendo injusta, de produção e promoção cultural (FREIRE, 2000a). Exercício da vocação humana em buscar ser sujeito social.

A educação é, então, e referindo particularmente ao contexto da educação social, que é o campo de nossa atuação como educadoras- pesquisadoras, meio na (não) participação política. Um exemplo são as práticas educativas que educam o sujeito oprimido pela/para não participação de sua liberdade política, mantendo-o em condições políticas, sociais e culturais opressivas. Outro, oposto, são as práticas de profissionais politicamente compromissadas com a educação transformadora, com a formação cultural para o uso/conquista da participação política como forma de libertação do sujeito de todo e qualquer tipo de opressão político-social.

Freire (2000b, p. 94) confia que com participação política é possível a “[...] criação de certas qualidades ou virtudes sem as quais, cada vez mais, se torna difícil [...]” a defesa dos direitos. De toda forma a política participada por muitos, poucos ou somente por alguns afetará a todos ou à maioria (FREIRE, 2000a). Por essa razão refletimos que a promoção da participação política ampla é uma possibilidade que a política e os políticos têm de tentar acertar mais (ou de errarem menos) quando das decisões políticas que dizem respeito às diversas populações e ou a coletividade.

Especialmente em relação à infância pensamos que, mais que possibilitar a redução de erros políticos e nas políticas públicas, por ações políticas infundadas ou avessas aos interesses públicos infantis, a participação das crianças seja um meio de resistência destas contra a opressão e exclusão social e política, caracterizando-se ainda como uma tentativa de luta de meninos e meninas pela garantia de suas infâncias. Uma maneira de mostrar que, afinal, a violência político-social praticada contra os direitos humanos das crianças pode retornar violentamente em espiral contra a própria sociedade.

Trazemos a compreensão teórica de Müller (2012a) e que em essência compactua com a busca da participação política das crianças, de que a “participação social nada mais é do que a possibilidade dos sujeitos intervirem no que diz respeito às suas vidas” (MÜLLER, 2012a, p. 15), de maneira regrada, porém nem sempre convergente. Conforme esta autora, no caminho da participação política, em cada situação e lugar em particular, há a necessidade de que se faça a leitura do contexto político, e condições políticas (não) atribuídas e/ou (in) disponíveis, bem como das limitações que (in) validam a intervenção política.

Na prática, orienta a autora, primeiro cabe o conhecimento das regras que permitem as intervenções políticas. Segundo, cabe a avaliação dessas normas e se

essas devem ser aceitas ou não. Terceiro, se acordado, cabe atuação com base nas condições que estão postas. Se não, no caso do reconhecimento de uma situação indesejável, cabe o posicionamento político contrário em relação às limitações existentes, o que significa ter que decidir primeiro sobre o que se quer, ou deve, ou pode ser feito politicamente em oposição à situação enfrentada, e depois, decidindo pela intervenção, com quem e como serão tentadas as mudanças que se propõe (MÜLLER, 2012a, p.15).

Müller (2012a, p.16) assevera que a participação político-social pode atingir níveis diferenciados de intervenções, sendo que desses o menos efetivo é a participação que se promove com caráter de consulta popular e que ao final a ação política desejada (a política pública) não se realiza. Os sujeitos opinam, propõem, sugerem, levantam prioridades políticas, porém essas não chegam a ser efetivadas. A participação se encerra no âmbito da proposição de uma ideia de ação que, como tal, não se transforma em política pública verdadeiramente. Além da participação de suas ideias os sujeitos e ou populações não participam no controle político da gestão e efetivação de suas propostas.

Para a autora a “[...] mais alta intensidade da participação implica na decisão sobre as regras de funcionamento da vida social” (MÜLLER, 2012a, p. 17). No que se tangencia a infância, o pensamento da autora se expressa na defesa de que esse é um processo prático que deve ser exercitado por todas as pessoas, em todas as idades.

Desde pequenas as pessoas devem ir vivenciando (conquistando) oportunidades de participação social em espaços de convivência. Elas devem sentir na prática que suas ideias são importantes, que merecem ser ouvidas, porque é uma contribuição a uma vida melhor para todos. Ser cidadão significa estar presente, reivindicar protagonismo nos processos sociais e políticos da comunidade. Cidadão é aquele que assume esse estatuto em todas as esferas da vida social, ou seja, no bairro, na empresa, no estabelecimento onde trabalha, nos espaços onde brinca (MÜLLER, 2012a, p. 39).

Ao que percebemos abaixo, Freire (2001) reconhecia a participação política dos meninos e meninas. O comunicado que não se trata da descrição sobre um

momento político recente¹¹ vivido no Brasil, bem que serve como retrato e dá sentido à defesa da participação política no presente:

É que a “**democratização**” da sem-vergonhice que vem tomando conta do país, o desrespeito à coisa pública, a impunidade se aprofundaram e se generalizaram tanto que a nação começou a se por de pé, a protestar. Os jovens e adolescentes também, vêm às ruas, criticam, exigem seriedade e transparência. O povo grita contra testemunhos de desfaçatez. As praças públicas de novo se enchem. Há uma esperança, não importa que nem sempre audaz, nas esquinas das ruas, no corpo de cada uma e de cada um de nós. É como se a maioria da nação fosse tomada por incontida necessidade de vomitar face a tamanha desvergonha (FREIRE, 2001, p. 10, grifo nosso).

Amparada na concepção dos direitos humanos, a participação política das crianças brasileiras nos espaços políticos (BRASIL, 1990) é a manifestação da liberdade de opinião e expressão humana na infância, e de aprendizagem prática do conhecimento cultural fundamental ao exercício das lutas político-sociais democráticas. Contudo, cabe aqui dedicada atenção à garantia do aspecto da efetividade da participação política da população em geral e, destacamos nós, em particular a dos meninos e das meninas já que, na opinião filosófica da brasileira Marilena Chaui (2006, p.140), a “participação popular só será política e democrática se puder produzir as próprias leis, normas, regras e instituições que dirijam a vida sociopolítica”.

Em explanação ao que assimilamos do estudo de Sarmiento, Soares e Tomás (2007, p. 14), notamos que no segmento social da infância a busca pela efetividade da participação política transcorre da abertura e ou ocupação de espaços formais de participação política, e para “reconhecer às crianças e aos seus movimentos os seus direitos e as suas especificidades na luta pela transformação social”.

Contudo, reafirmamos a perspectiva conceitual concebida por Müller (2012a, p. 11) de que participação social é um meio de se chegar ao “mundo justo, solidário e de cuidado com o que é próprio e com o que é coletivo”. Um mundo caracterizado pela autora de forma bastante singular como “[...] um mundo bom, simples assim” (MÜLLER, 2012a, p.13), e com denotação não no sentido do que possa ser

¹¹ Fazemos referência às manifestações políticas públicas ocorridas no Brasil em junho de 2013, atingindo grande mobilização populacional, e com a participação de adolescentes e jovens.

compreendido negativamente como algo que se diz que seja “simples”¹², mas em significação a algo positivo, menos complicado e fácil de ser tido e participado para e com todo o mundo, menos parco, e mais humano e indulgente com as pessoas e a infância. Um mundo que em comparação de vários aspectos consideramos bastante semelhante ao que de modo geral foi desejável nos registros da participação política com/de meninos e meninas de Maringá.

¹² Verificamos que no sentido negativo atribuído à palavra simples, aparecem significadas como sinônimos, em uma mesma categoria, as palavras “tolo, ingênuo, bucólico, acriançada, pueril, infantil”. Ou seja, também aqui se percebe uma negatividade em relação à concepção da criança, entendida significativamente como algo ruim. Já em sua origem etimológica a palavra “simples” vem do latim *Sim* (único, fácil) e *Plicare* (dobrar). Uma dobra, fácil de dobrar, não complicado (ORIGEM DA PALAVRA, 2014).

5 ANCORAR PARA SEGUIR MAIS ADIANTE

Subjetivamente no começo desta dissertação reportamos que *navegaríamos* rumo ao conhecimento da participação política na infância. Apesar da chegada quanto à realização de suas partes e do todo do percurso cursado até aqui, próximo de finalizá-la, consideramos que muito ainda haveria de ser sulcado na continuidade desta viagem epistemológica.

Aceitamos a ideia simbólica de que a chegada de um *barco investigativo* não significa necessariamente o encerramento de suas expedições, ainda que seja prudente ancorá-lo para revisá-lo desde suas marcações de rotas e roteiros trafegados, e de seus passeios de aprendizagens e descobertas, captando destes processos as orientações fundamentais ao retorno de suas navegações, e para voltar a mirar e seguir mais adiante.

Como se nos puséssemos ancoradas, comunicados algumas das descobertas decorridas deste processo investigativo. Apresentamos aspectos, perspectivas e significações de pontos de considerações gerais e particulares possibilitadas na concretização geral do trabalho, qual seja a evidenciação e disposição acadêmica de práticas e conteúdos da participação política na infância e das fundamentações e discussões teórico-conceituais propostas. De modo sintético desejamos expedir nossas aprendizagens, reflexões e impressões pessoais acerca desta experiência teórico-prática realizada.

Começamos pela abordagem de nossas considerações sobre dados da participação de meninos e meninas nos registros históricos de Maringá/PR. Destes, notamos que meninos e meninas expõem de forma franca e crítica suas percepções em relação aos diversos aspectos que circunstanciavam a sociedade e as suas vidas na época (políticos, estruturais, culturais, éticos, comportamentais, de exercício de direitos, entre outros).

Junto à totalidade de discursos e ou questões priorizadas, e histórias registradas, confirmam-se preocupações e indignações de muitos meninos e meninas frente ao trabalho infantil, a situação das crianças estando/morando nas ruas, a fome, o analfabetismo, a evasão escolar, a má qualidade do ensino, ao uso e ou abuso e tráfico de drogas na infância, as guerras, a falta e ou precariedade da assistência médica, a exploração sexual infantil e a juvenil, a carência de opções

para as práticas culturais de esporte e lazer, o acesso limitado à leitura, a desproteção social e, ou, de descaso público com as crianças e as famílias em situações de risco, a ausência de liberdade na participação social não exercida e ou contida institucionalmente e de políticas públicas para a formação e expressão cultural da infância e adolescência nos bairros e nas comunidades, e outros destaques.

São elaboradas proposições de intervenções relacionadas a diversos contextos e situações políticos- sociais da cidade e de suas vidas. De maneira prática, dados de documentos indicam que houve manifestação política local coletiva das crianças e educadores e educadoras para que as falas de pensamentos e ou percepções políticas dos meninos e meninas fossem ouvidas. Dessas vozes averiguamos valores, desejos, vontades, prioridades, ações e estratégias educativas e de intervenções políticas que, como explicam e ou descrevem abertamente muitas partes destes textos, se distinguem às que normalmente são sujeitadas a essa população.

Em diferentes dados, seja por meio de descrições de palavras e ou relatos de concepções e ou histórias (de suas vidas) ou do silêncio (espaço vazio), é possível reconhecer faces de realidades retratadas pelos meninos e meninas, assim como sobre suas infâncias. Almejou-se mudanças políticas quanto à sociedade, a educação, a cultura, os compromissos e deveres pessoais e públicos, e, de modo marcante, para a promoção dos direitos humanos. O retrato geral caracterizado pelas falas participativas das crianças revela-nos a presença da consciência político-participativa (ativa e coletiva) de meninos e meninas e educadores e educadoras quanto à necessidade da transformação social, edificada por meio de realizações individuais e coletivas e de mudanças estruturais, político-sociais e culturais.

De modo relacional visualizamos incorporadas a essas práticas políticas de/com meninos e meninas ao menos três categorias de sentidos político-participativos: a participação para/na promoção de políticas públicas dos direitos de crianças e adolescentes; a participação em defesa de direitos humanos e os especiais na infância; a participação nos processos político-educativos de formação lúdico-política. Arrolados nestes sentidos, notamos acerca de determinados princípios e valores expressivos da busca coletiva desses sujeitos por justiça social,

escuta política, respeito e reconhecimento político das diferenças, valorização político-social das crianças, participação político-social e cultural na/da infância.

Particularmente sobre os registros da “I Conferência de Meninos e Meninas (2001)”, consideramos em destaque a nossa percepção acerca do valor que as crianças e adolescentes deram ao respeito compreendido como um processo ativo, de relações de igualdade quanto ao exercício dos direitos e deveres comuns, e de comportamentos e atitudes sociais recíprocas quanto à responsabilidade de respeitar.

De diversas formas e com vários sentidos e significados de ações, identificamos a palavra “respeito” sendo amplamente citada nestes grupos de registros. Para além das fronteiras culturais, políticas e sociais entre respeito-desrespeito, assinalamos o reconhecimento expressivo dos meninos e meninas sobre outras fronteiras político-sociais tais como as da justiça-injustiça, igualdade-desigualdade, inclusão-exclusão. Localizando-se nestas fronteiras e ou às margens dessas, os desejos de justiça e igualdade são reivindicados pelas crianças, também na forma do respeito aos direitos humanos.

Sobre os registros do “Caso do Carro Preto (2001)”, chama-nos atenção a *diretividade* da participação dos meninos, de resistência política (ainda que com agressividade), contra a instituição pública personificada nas figuras dos educadores e educadoras, a quem, supostamente pensaram, teriam relação com as violências denunciadas.

Particularmente pensamos estes registros como formas de expressões da participação política espontânea desses meninos e meninas, não padronizadas, e em significações de seus mundos, culturas e sentimentos, e do que percebem e vivenciam desde suas relações cotidianas de trabalhos e convivências sociais e institucionais nas ruas.

Analisando por outra perspectiva, concebemos estes registros como subsídios representativos de como as políticas públicas de promoção e proteção social na infância atendem crianças, sem escutá-las. Pensamos que o ato de atender no sentido restrito da palavra pressupõe sem dúvidas a ação de acolher, receber, recepcionar, observar, considerar. O de escutar, por sua vez, num sentido mais amplo, implica além de atenção, a percepção de quem atende, pelos sentidos,

a qual não advém somente do sentido da audição mesmo, mas de outras percepções.

Portanto, a escuta se relaciona com o sentimento ou sensibilidade a partir da relação e interpretação do conteúdo do que o outro comunica, que neste registro que referimos, percebemos sendo ditas abertamente e por meio de múltiplas relações e expressões de linguagens verbal, corporal, escrita, visual, e de sentimentos explícitos como a agressividade, o medo, a ternura, e a vontade de justiça.

Dessa análise consideramos que como fundamento ético-político e humano, na política e nas políticas públicas, é preciso atender as crianças participando com elas a escuta. Observando da perspectiva da concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), no Brasil as políticas dos direitos da infância devem caminhar junto com interesses e demandas da população infantil e adolescente, e de cada menino e menina de forma singular.

Não são as crianças cidadãos e cidadãs quem, para participar efetivamente da política, devem moldar-se, enquadrar-se, encaixar-se aos padrões e formalidades do mundo e das relações políticas adultas, como quando se busca acessar agendas e pautas de discussões de políticas públicas de acordo com brechas ou tempos restritos das autoridades, ou oportunidades raras ofertadas em espaços político-sociais formais. Mas, é o mundo político e o das políticas públicas que devem procurar conhecer e acompanhar as crianças em suas vidas e em cada tempo e lugar em particular, avaliando e examinando de perto a necessidade ou não de propor e ou promover inclusões, exclusões, ou mudanças políticas fundamentais à garantia dos direitos de todos e todas, meninos e meninas.

Neste caso particular registrado, junto ao trabalho cotidiano de uma mesma instituição pública, verificamos o compromisso profissional de educadores sociais que atenderam e escutaram os meninos. Também a atuação de profissionais que por não terem buscado (ou sabido) escutar os meninos não puderam (quiseram) confiar em suas histórias.

Porém, ressaltamos que a denúncia de ocorrência se tratava de uma suposta violência contra os direitos humanos de crianças e adolescentes, e suas vidas, e que nesta situação, não era cabível a qualquer instituição e ou sujeito (os), independente do papel e ou função social representada, o pré-julgamento quanto a sua

veracidade. Analisamos que essencialmente o que devia importar era que os meninos estavam trazendo suas denúncias às instituições públicas, e neste sentido o papel e a função destas era intervirem prontamente para a garantia e integridade de seus direitos humanos.

É preciso considerar que diante de quaisquer situações de denúncias de ameaças e ou práticas de violências contra os direitos humanos de crianças e adolescentes, participadas diretamente por esses sujeitos (sejam por reclamações, queixas, acusações, revelações, insinuações, suposições, entre outras), feitas por meio de diversas formas de linguagens (escrita, artística, verbal e ou corporal, outras), dirigida a educadores e educadoras (ou a qualquer outro profissional escolhido pelos meninos e meninas para fazê-las), o que deve se garantir e promover de imediato é o direito de liberdade de expressão e a escuta dos meninos e meninas, de modo que suas participações na/para a defesa e garantia dos seus próprios direitos humanos ocorram em condição especial de proteção.

Nas práticas sociais cotidianas, é comum ocorrer que crianças que tentam participar/comunicar o que vivem e/ou viveram nem sempre são ouvidas em seus relatos, em suas histórias. Também que, quando participam, por vezes o que dizem não chega a ser considerado por quem ouve. Por razões como essas e outras como o medo e ou a falta de conhecimento ou a insegurança sobre o que pode vir a ocorrer a partir de suas falas, meninos e meninas se calam e diversas formas de violências contra crianças e adolescentes são mantidas em silêncios.

Considerando particularmente a categoria de crianças de/nas ruas esta situação é agravada na medida em que esses meninos e meninas no geral são postos na sociedade como à margem desta, e em situações de violações de direitos humanos fundamentais. Todavia, descrições relatadas neste “Caso do Carro Preto” comprovam que pela participação particularizada de enfrentamento e resistência política dos meninos foi possível chegar à efetivação de uma ação pública de reconhecimento e proteção pessoal e coletiva destes sujeitos- da escuta de suas vozes rompeu-se o silêncio do grupo como grupo social.

Em relação aos dados de registros da Comissão Local do MNMMR (2001 e 2003) destacamos nossa percepção quanto à característica particular destes documentos, de não se restringir à abordagem enfática das violências e violações de direitos vividas pelos meninos e meninas na época, informando e evidenciando as

ações de intervenções político-educativas que vinham sendo praticadas em defesa dos direitos e para a promoção da formação política das crianças e adolescentes.

Do que consideramos dos conteúdos e linguagem ditada nestes relatórios, a iniciativa escrita parece ser buscar confirmar positivamente o trabalho que era realizado com as crianças e adolescentes em situação de rua e/ou risco social na cidade, de modo que as diversas situações de injustiças político-sociais presentes nas vidas dos meninos e meninas fossem denunciadas não do ponto de vista do discurso teórico sobre o que deveria ser feito frente à exclusão social desta população, e sim, efetivamente, do anúncio prático do que podia e devia ser promovido em termos de políticas públicas para a infância.

As descrições sobre um determinado período de atuação deste Movimento Local com a participação política de meninos e meninas de Maringá, e para adentrar e interferir ao âmbito das políticas públicas, ilustram um tanto da complexidade que é transpor para/na ação educativa princípios, fundamentos e valores pedagógicos, políticos e culturais que, junto e por meio das práticas político-sociais, conjuguem ao mesmo tempo teorias, concepções e ideias que se buscam incorporadas às atividades ou conteúdos educativos desenvolvidos.

Entretanto, embora enredada e muitas vezes bastante difícil, pensando na educação social *com* a infância, acreditamos que cada vez mais essa relação de busca pela aproximação entre teoria-prática deve ser um desafio aos educadores e às educadoras sociais. Assim como deve ser desafiador para o educador e educadora social trabalhar para que as crianças participem diretamente dos processos educativos, concebendo-as como atores sociais ativos e não como destinatários dessas práticas.

Comparando os relatórios da Comissão Local do MNMMR de 2001 e 2003, observamos que em ação conjunta Movimento e PCA/UEM criaram e ampliaram diretrizes e ações para que práticas de participação e organização política de crianças e adolescentes e jovens de Maringá fossem tanto efetivadas quanto intensificadas em quantidade e qualidade de estudos, discussões e definições coletivas. Projetos e atividades pedagógicas e de estratégias metodológicas e políticas voltadas para a promoção do direito à participação infanto-juvenil no contexto dos poderes públicos da cidade foram elaborados e desenvolvidos.

Possibilidades de acesso direto de meninos e meninas às políticas públicas e ao governo foram abertas e ou potencializadas.

Houve implicação para que crianças e adolescentes tivessem acesso à formação política ofertada por diferentes estudiosos e especialistas da Universidade. Ademais, para que representantes de meninos e meninas fossem inseridos participando com outros representantes de diversas categorias sociais e políticas em espaços sistemáticos de participação e controle social (no conselho de direitos e de outras políticas setoriais), e, em eventos de discussões e ou deliberações locais, regionais e nacionais e internacionais, como conferências e audiências públicas, fóruns de discussões, reuniões e encontros com outros movimentos sociais, entre outras oportunidades de participação-formação, tal qual por meio da participação no “VI Encontro nacional de Meninas de Rua em Brasília (2002)” e no “Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2003)”.

Um ponto de destaque em nossas reflexões e que queremos considerar especificamente é a questão *participação de meninos e meninas em formação política*. Refletindo os dados de processos político-educativos registrados nos relatórios da Comissão Local do MNMMR, retiramos desta questão ao menos duas outras questões fundamentais: *o tempo e a intensidade da formação das/com as crianças; a formação política dos educadores e educadoras sociais*.

Fazendo referência à primeira, entendemos que a potencialidade política reflexiva e ativa das crianças comunica-se com a amplitude e ou magnitude das práticas educativas que lhes são oportunizadas, e que, do prolongamento e da profundidade da qualidade político-educativa das atividades culturais ofertadas aos meninos e meninas, reside a possibilidade da formação política desses sujeitos para a participação político-social.

Os dados práticos desses relatórios evidenciam que a participação política dos meninos e meninas adolescentes foi intensificada no período de 2001 a 2003. Contudo, a grande maioria do grupo participava semanalmente no Projeto Brincadeiras e no Movimento há alguns anos antes. O que isto significa? Entre outras questões, que o início da formação política na infância se deu desde quando muitas crianças eram ainda bem pequenas, tinham pouca idade, e brincando nas ruas do seu Bairro. Especialmente que com esses meninos e meninas construiu-se um vínculo educativo que foi mediado não somente pela promoção da cultura lúdica

(as brincadeiras) senão pelo cultivo da vivência cultural da participação e formação lúdico-política, persistida e intensificada no tempo.

Tentativas e ou ocorrências de atitudes pessoais e ou coletivas de resistência e ou enfrentamento político em defesa e para a superação das injustiças político-sociais e econômicas e culturais começam, pensamos assim, pela formação política das pessoas e necessariamente dos meninos e meninas em defesa dos seus direitos humanos.

Complementamos que diferentes práticas de formação podem ser identificadas nos registros de atividades desenvolvidas com meninos e meninas participantes do Movimento Local de Meninos e Meninas de Rua e Projeto Brincadeiras, e que de maneira metodologicamente lúdica essas atividades eram promovidas pelos educadores e educadoras: *constantemente*, com práticas semanais, para a continuidade do processo de formação lúdico-política, diretamente no contexto cultural e social das crianças e adolescentes e fora e ou distante de seus espaços sociais de moradias ou vínculos sociais; *frequentemente*, para a ampliação, intensificação e ou diversificação das experiências ou oportunidades de participação por meio da formação/atuação política em Maringá e região, e em outras cidades; *ocasionalmente*, em eventos específicos, como cursos e ou encontros concentrados de aprendizagem, estudos, discussões e convivência lúdico-política.

Identificamos atividades e estratégias que foram criadas e/ou desenvolvidas para a abertura de novos espaços de participação política infantil e juvenil, a inclusão/inserção de representantes de crianças e adolescentes em espaços sociais constituídos e ou em formação, e para a expressão cultural da luta política de meninos e meninas, como, participações de meninos e meninas em eventos temáticos sobre os direitos e políticas públicas na infância, programas de comunicação de rádio e em jornais locais, conferências e audiências públicas de direitos da criança e adolescentes e juventude, e em eventos públicos esportivos e de lazer, entre outras descrições de práticas políticas educativas.

Pelas transcrições dos registros da participação política das crianças e adolescentes ratificamos a compreensão teórica de que um mundo mais justo para as crianças de diferentes culturas, idades, gêneros, raças, etnias, crenças, religiões, classes sociais, com deficiências físicas, intelectuais e ou motoras, entre outras

diversidades, é um mundo possível. Porém, que este não está posto, devemos construí-lo em participação social com os meninos e meninas e com a formação política necessária à vivência político-social individual e coletiva.

De autores estudados acreditamos que o “movimento do mundo” deve carregar também, como possibilidade, a expectativa da emancipação social. Daí que consideramos, as práticas educativas de formação política para a participação político-social devam alimentar-se desta possibilidade. Enfocamos que grande parte dos dados da participação política na/da infância que trazemos neste trabalho são resultados de práticas políticas relacionadas a processos lúdicos e às ofertas de atividades e espaços de participação adequados aos tempos e culturas das crianças, para comunicações de linguagens e conteúdos políticos particulares na infância e de amplas criações e ou realizações de possibilidades de discussões, reconhecimentos, enfrentamentos, e superações das realidades problemáticas e de violações de direitos enfrentadas nos seus cotidianos.

Significamos que o respeito à condição peculiar do ser criança, de ser e atuar politicamente sendo crianças, deve ser cumprido socialmente, com o devido reconhecimento do espaço político e cultural dessas na sociedade, no tempo histórico presente- nas comunidades, nas instituições governamentais e não-governamentais, nas famílias, nos bairros, em condomínios de moradias, nas diversas instâncias dos poderes públicos, nos conselhos tutelares e dos direitos, nas escolas, nos programas e projetos de educação social, nos órgãos de justiça, nos movimentos sociais de defesa dos direitos (em diversos campos de atuações políticas), em eventos sociais e políticos e culturais, nos eventos e teorias acadêmicas, em trabalhos de formação e produção de pesquisa, e, em geral, em espaços representativos da sociedade civil e governos.

As crianças nos ensinam- aprendemos política com as políticas das crianças. Nos registros participativos percebemos vários sentidos e valores éticos participados nas políticas das crianças. Ainda que em parte dos registros apresentados meninos e meninas estejam refletindo e construindo políticas a partir de suas convivências e participações lúdicas, conteúdos produzidos demonstram que suas ideias políticas são propostas reais, e foram formuladas com base em experiências de vivências concretas- suas vidas.

Existe profundidade filosófica e crítica no que os meninos e meninas estão avaliando e manifestando politicamente. Características de propostas e ações e concepções registradas demonstram que a participação política desses sujeitos é compromissada com a busca da promoção de políticas que sejam voltadas para o bem comum da sociedade, e das pessoas e de cada cidadão e cidadã em particular.

A participação política comprovada em registros históricos mostra que os meninos e as meninas sabiam o que precisavam e queriam como políticas públicas votadas para si próprios como população, e para suas famílias, comunidades, bairros, a cidade de Maringá, o Brasil e o mundo, como se vê pelas referências críticas que fizeram à estrutura de organização global econômica, às guerras entre nações, à fome humana, às situações de crianças e adolescentes morando na rua, entre outras citações.

As falas históricas das crianças e adolescentes nos ensinam que esses meninos e meninas acreditavam no exercício político democrático, e queriam participá-lo. Confiavam que por meio das políticas públicas fosse possível promover uma vida melhor na cidade. Sobretudo, que as políticas devem promover os direitos humanos na infância.

Estudando estes dados, a percepção geral que temos é que para a população de meninos e meninas que movimentaram a luta política retratada nesses documentos a política das crianças é àquela que se importa com a humanidade, que valoriza as pessoas e outros seres vivos da natureza (não prioriza o dinheiro) e deseja combater politicamente as violências.

A política que as crianças estão conclamando ao âmbito destas fontes de dados participativos não busca promover desenfreadamente relações capitalistas, e sim relações e espaços para que haja justiça político-social, respeito, reconhecimento das diferenças, igualdade nas condições de acesso à formação cultural e educacional, garantia da dignidade, expressada entre outras formas na maneira de perceber e escutar e dialogar a política com as pessoas, incluindo todos e todas, e se preocupando e priorizando a formação humana plena na infância.

Há diferentes valores éticos impulsionando a participação dos meninos e meninas nos registros. A ética da igualdade das oportunidades políticas e contra a desigualdade e exploração econômica, a ética da responsabilidade política cooperativa, do valor social da educação, do dizer e querer fazer politicamente o que

é dito que deve ser feito, da liberdade política para ser sujeito, da franqueza política, da resistência política, da prioridade política para a infância, do investimento político na formação cultural das crianças, da esperança na luta político-social.

Meninos e meninas em participação política se sensibilizaram socialmente com e pela participação política. Os conteúdos dos registros de certo modo possibilitam esta nossa consideração. Nestes documentos, vimos que as crianças e adolescentes desejavam falar sobre política. Os assuntos políticos foram de seus interesses. A questão é pensarmos até que ponto a sociedade adulta e os governos dão valor e buscam conhecer seus interesses e suas manifestações políticas.

Nos dados e registros de relatório do “OP Criança (2002)”, são descritas situações de solicitações particulares de moradores de diferentes bairros quanto à retirada das crianças dos espaços participativos, de modo que representantes da população adulta continuassem participando, as crianças não. Neste mesmo grupo de registros percebemos o não-valor político da infância sendo retratado na situação de uso político das crianças, quando em uma das divulgações públicas realizadas em uma escola, informaram-nas que haveria brincadeiras nas assembleias e que o critério para poder brincar seria que fossem acompanhadas de uma pessoa adulta.

Refletimos deste dado duas concepções pejorativas, a que ratifica socialmente a imagem da criança como sujeito político em submissão ao adulto, e, outra, que desvaloriza ou não respeita o direito que a criança tem de brincar. Em contraponto em uma das assembleias relatadas, notamos o grupo de adolescentes concedendo às crianças o poder político de opinar quais eram as prioridades políticas dos meninos e meninas para a sua comunidade.

Por fim, sobre a participação política das crianças nas teorias políticas que estudamos, de modo generalizado consideramos que nesses conceitos teóricos fundamentais e gerais as crianças não são visibilizadas. Como grupo social as crianças e suas participações políticas são, nas concepções teóricas de autores e autoras que investigamos nesta área, seres e práticas sociais, praticamente, invisíveis.

Desta observação detectada, conjecturamos a importância que as teorias acadêmicas têm em colaboração à desestruturação cultural da concepção das crianças como seres não capazes de atuar politicamente, e ou que lhes faltam maturidade humana, intelectual, social e cultural para a participação política.

É importante que o campo das produções de concepções teóricas contribua para o desmonte da concepção hegemônica validada historicamente de que política é exercício de “gente grande” (para pessoa com idade adulta). De que a *política não é para as crianças*. Neste sentido é fundamental também que nos estudos e pesquisas nas ciências sociais e políticas as crianças e a participação infantil sejam evidenciadas nas citações e análises.

A ampliação do olhar crítico para o lugar político da infância na política em sociedade advém, ademais a outras questões e ações efetivas, de projeções teóricas em defesa da legitimidade do potencial político-participativo e dos resultados da participação das crianças. Pensando o presente consideramos a urgência de que nos conceitos políticos contemporâneos rompa-se historicamente o elo com a concepção política clássica da exclusão social das crianças da política, ou da não inclusão da participação desse grupo social nas teorias e processos políticos coletivos.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **O que é política?** 1950. Biblioteca Hannah Arendt. Disponível em: <<https://docs.google.com/folderview?docId=0B-YLV8egGwSuMEd2V0RIb0hWdTQ&id=0B-YLV8egGwSudGJCCc2NQTHJVVVvK>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

ARRUDA, Fabiana Moura. **A cidade pensada pelas crianças: conceitos e ações políticas para a consolidação da participação infantil**. 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASC, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética em uma ordem social moderna**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 11-89.

BOBBIO, Norberto. **Democracia e liberalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/viewFile/6274/5133>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **O vôo da arara-azul: escritos sobre a vida, a cultura e a educação ambiental**. Campinas: Armazém do Ipê, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 ago. 2013.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **João Baptista Figueiredo**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013

CAMPAGNUCCI, Fernanda. **Manuel Sarmiento**: “estamos longe de garantir o direito à participação das crianças”. 2011. Disponível em: <<http://www.deolhonoplano.org.br/not0036.html>>. Acesso em: 24 set. 2012.

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural**. o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Editora Ática, 2012.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**: Revista Latino Americana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, v. 1, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA. **Plano Nacional decenal dos direitos da criança e do adolescente (2010-2020)**, 2010. Disponível em: <<http://9cndca.sdh.gov.br/download/plano%20decenal%20dos%20direitos%20humanos%20de%20criancas%20e%20adolescentes%20conanda%20abril%202011.pdf>> Acesso em: 05 ago. 13.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA. **Deliberações da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**: Mobilizando, Monitorando e Implementando a política e o plano decenal de direitos humanos das crianças e adolescentes - Plenária Final, 2012. Disponível em: <<http://9cndca.sdh.gov.br/deliberacoes/Plenaria.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

COSTA, Luisa de Oliveira Demarchi. **Lembranças de jovens e educadores que fizeram parte do projeto brincadeiras e do movimento nacional de meninos e meninas de rua (1997 a 2004)**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

DELGADO, Ana Cristina Coll. O que nós adultos sabemos sobre infâncias, crianças e suas culturas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 34, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/034/34cdelgado.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a Infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 24. ed. São Paulo: Ática, 2012.

EL ANDALOUSSI, Khalid. **Pesquisas-ações**: ciências, desenvolvimento, democracia. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2000b.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Situação da adolescência brasileira**: o direito de ser adolescente. Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília: DEF, 2011a. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Situação mundial da infância**: crianças em um mundo urbano. 2012. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **O direito de ser adolescente**: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília: UNICEF, 2011b. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2011.

FURLAN, Cássia Cristina. **Crianças e professoras com a palavra**: gênero e sexualidade nas culturas infantis. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

GARCÍA, Juan Martín Pérez. **Os direitos humanos no trabalho educativo com as populações excluídas**. Lisboa: Jon Etxeberria, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**: indignados, occupy wall street, primavera árabe e mobilizações no Brasil. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2013. Não citou

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12 (1932): apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2. p. 13-53.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contagem da população**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

KELLY, Paul et al. **O livro da política**. São Paulo: Globo, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHIARELLI, Niccoló. **The prince**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MAGER, Miryam et al. **Práticas com crianças, adolescentes e jovens**: pensamentos decantados. Maringá: Eduem, 2011.

MARCHI, Rita de Cássia. A infância não reconhecida: as crianças “de rua” como atores sociais. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS,

PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, NPMS-NÚCLEO DE PESQUISA EM MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFS, 2007. p. 552-572.

MARCHI, Rita de Cássia. As teorias da socialização e o novo paradigma para os estudos sociais da infância. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 227-246, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8467/5213>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

MORELLI, Ailton J. **Memórias de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)**. 2010. 245 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **O método**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina 2005.

MÜLLER, Verônica Regina. **A participação social e a formação política: territórios a desbravar**. Lisboa: Jon Etxeberria, 2012a.

MÜLLER, Verônica Regina. Aspectos da construção do conceito de infância. In: MÜLLER, Verônica Regina; MORELLI, Ailton J. (Org.). **Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver**. Maringá: EDUEM, 2002. p. 5-46.

MÜLLER, Verônica Regina. **Crianças dos países de língua portuguesa: histórias, culturas e direitos**. Maringá: Eduem, 2012b.

MÜLLER, Verônica Regina. **História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MÜLLER, Verônica Regina; MORELLI, Ailton José (Org.). **Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver**. Maringá: EDUEM, 2002.

MÜLLER, Verônica Regina; RODRIGUES, Patricia Cruzelino. **Reflexões de quem navega na educação social: uma viagem com crianças e adolescentes**. Maringá: Clichetec, 2002.

MÜLLER, Verônica Regina; TOMÁS, Catarina Almeida. Quando a participação faz parte do processo de intervenção: o caso do movimento nacional de meninos e meninas de rua. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS, JOVENS E FAMÍLIA, 2007, Braga. **Anais...** Braga, 2007.

NÚÑEZ, Violeta (Coord.). **La educacional em tempo de incertidumbre: las apuestas de la pedagogia social**. Biblioteca de Educación. Pedagogía Social y Trabajo Social. Barcelona: Editorial Gedisa, 2002.

NÚÑEZ, Violeta. **Pedagogía social**: cartas para navegar en el nuevo milênio. Saberes Clave para educadores. Buenos Aires: Editora Santillana, 1999.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Manual de herramientas para promover y proteger la participación de niños, niñas y adolescentes en las Américas**. Montevideo: IIN, 2011. Disponível em: <<http://www.iin.oea.org/IIN2011/documentos/manual%20espa%C3%B1ol%202011.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **X cúpula iberoamericana de chefes de estado e de governo**: declaração do Panamá. Unidos pela infância e adolescência, base da justiça e da eqüidade no novo milênio. 2000. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Confer%C3%A2ncias-de-C%C3%BApula-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-sobre-Direitos-Humanos/declaracao-do-panama.html>> Acesso em: 12 ago. 2013.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção sobre os direitos da criança**. 1989. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Um mundo para as crianças**. Relatório da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança. As metas das Nações Unidas para o Milênio. Nova Iorque, 2002. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/um_mundo.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2012.

ORIGEM da palavra. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/artigo/no-oculista/>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

PAIVA, Wilson Alves. A formação política em Rousseau: uma introdução. **Revista Série-Estudos**, Campo Grande, n. 35, p. 27-42, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/19/19>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

PATERNIO, Keli Andréa Vargas. **A invasão da erotização do adulto no mundo infantil**: micropoderes na vida pública e privada. 2010. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

PINTO, Layla Mariana Maiante. **A cultura da infância nas imediações do bairro Santa Felicidade do MUNICÍPIO de Maringá**: a arte em cena. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil**: revisitando a história (1822-2000). Rio de Janeiro: Unicef, 2000.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SACAVINO, Susana Beatriz. **Democracia e educação em direitos humanos na América Latina**. Petrópolis: Novamerica, 2009.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de vitù. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política I**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 11-25.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 65, p. 3-76, maio 2003. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PDF>. Acesso em: 26 fev. 2014.

SANTOS, Boaventura Souza. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura Souza. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice**: o social e político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 48, jun. 1997. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF>. Acesso em: 20 nov. 2013.

SANTOS, Boaventura Souza. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, Coimbra, n. 107, abr. 1998. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/107.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

SANTOS, Boaventura Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade**. 2002a. Disponível em: <http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Imaginário e culturas da infância**. 2002b. Disponível em:

<http://www.titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto; MARCHI, Rita de Cássia. Radicalização da infância na segunda modernidade: para uma sociologia da infância crítica. **Configurações**, Braga, n. 4, p. 91-113, 2008. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/498>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto; SOARES, Natália Fernandes Soares; TOMÁS, Catarina Almeida. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade e Cultura**, Porto, n. 25, p. 83-206, 2007. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/ManuelJacintoSarmiento.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto; SOARES, Natália Fernandes Soares; TOMÁS, Catarina Almeida. Globalização, educação e (re) institucionalização da infância. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/CatarinaTomas.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SCHERER, Márcia Rejane. A globalização e a infância: reflexos e reflexões nas falas das crianças. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA, 10., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2009. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT6/tc6%20\(4\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT6/tc6%20(4).pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SILVA, Maria Angelita. **Criança xetá: das memórias da infância à resistência de um povo**. 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

SOARES, Natália Fernandes. A investigação participativa no grupo social da infância. **Currículo sem Fronteiras**, Guarapuava, v. 6, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1/articles/soares.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SOUZA, Cléia R. T. **O projeto futuro hoje em Maringá/PR: desafios da educação social rumo à política pública**. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4. ed. São Paulo: Editora Polis, 1985.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TOMÁS, Catarina Almeida. As crianças como prisioneiras do seu tempo-espaço. Do reflexo da infância à reflexão sobre as crianças em contexto global. **Currículo sem Fronteiras**, Guarapuava, v. 6, n. 1, p. 41-55, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1/articles/tomas.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2012.

TOMÁS, Catarina Almeida. **Há muitos mundos no mundo**: cosmopolitismo, participação e direitos da criança. Portugal: Edições Afrontamento, 2011.

TOMÁS, Catarina; FERNANDES, Natália. A participação infantil: discussões teóricas e metodológicas. In: MAGER, Miryan et al. **Práticas com crianças, adolescentes e jovens**: pensamentos decantados. Maringá: Eduem, 2011. p. 251-271.

TONELLA, Celene. Cultura política, dimensões do exercício da cidadania e participação na vida pública. **Mediações**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 228-248, jul./dez. 2011. Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8647/9885>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

TONUCCI, Francesco. **La ciudad de los niños**: un modo nuevo de pensar la ciudad. Tradução de Mario Merlino. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

TORRES, Moisés Romanazzi. Os Conceitos aristotélicos de cidade e de cidadão. **Outros Tempos**, São Luís, v. 2, 2005. Disponível em:
<<http://www.outrostempos.uema.br/volume02/vol02art01.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de Educación de 13 de agosto de 2009**. Disponível em: <http://www.me.gob.ve/ley_organica.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Recife, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007. Disponível em:
<<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/19013/11044>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

WEFFORT, Francisco. C.(Org.). **Os clássicos da política**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006a. v. 2.

WEFFORT, Francisco. C.(Org.). **Os clássicos da política**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006b. v. 1.

ANEXOS

MAPEAMENTO GRÁFICO

Cópias Digitalizadas dos Documentos Originais dos Registros Históricos Da/Com a Participação Política de Meninos e Meninas

PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO DA I CONFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MARINGÁ

MANHÃ

8:30 h - café da manhã no RU e distribuição da credencial do evento para os participantes/divisão dos grupos por cores, conforme inscrição antecipada nas oficinas;

9:00 h - Cerimonial de abertura no Auditório Ney Marques/no Auditório da ADUEM
- Apresentação dos objetivos, tema da Conferência e programação do dia
- Leitura coletiva de um poema, de autoria dos meninos e meninas em situação de rua, sobre a infância.

10:00 h às 12:00 h - Oficinas de atividades e discussão em grupos sobre o tema da Conferência "COMO VIVEMOS? COMO QUEREMOS VIVER?"

12:15 h - - Almoço/Apresentações Culturais

TARDE

13:15 -Retorno com educadores nas oficinas para organização da apresentação de trabalhos realizados pela manhã;

-Elaboração de uma carta-Ato de manifestação simbólica contendo problemas e propostas levantados pelo grupo durante as oficinas;

-Eleição de um Delegado de cada oficina para ler a carta e expor em plenária as questões discutidas em grupo;

15:00- (no auditório) -Plenária com a participação de um representante de cada oficina para compor a mesa fazer a leitura da carta - Ato de Manifestação Simbólica;

(fora do auditório)-Exposição de desenhos/pinturas/textos/outros produzidos a partir do tema proposto;

16:00 h - Lanche (quadra)

16:30 - Ato de Manifestação Simbólica/ faixa de pintura coletiva;

- Hasteamento da faixa juntamente com a Soltura dos balões contendo papeis escritos com o desejos das crianças e dos adolescentes (papeis distribuídos na saída do café da manhã e entregues na entrada para o almoço)

SOMOS DA OFICINA STREET DANCE. O QUE SIGNIFICA STREET DANCE? SIGNIFICA DANÇA DE RUA.

ESSA DANÇA SURTIU COMO UMA FORMA DE PROTESTAR CONTRA ALGUMAS FORMAS DE EXCLUSÃO. SURTIU NAS RUAS E HOJE É PRATICADA POR TODAS AS CLASSES SOCIAIS, INCLUSIVE EM ACADEMIAS.

COMO VIVEMOS

HOJE VIVEMOS SUJEITOS A MUITA VIOLÊNCIA, DOS ~~PROPRIOS~~ ^{PROPRIOS} MORADORES DE OUTROS BAIRROS E MUITAS VEZES ATÉ DA POLÍCIA.

ESTAMOS SUJEITOS ÀS DROGAS E À PROSTITUIÇÃO PORQUE NOSSA SITUAÇÃO É PRECÁRIA.

SOFREMOS MUITA DISCRIMINAÇÃO POR CAUSA DO BAIRRO EM QUE MORAMOS E DA NOSSA CONDIÇÃO SOCIAL.

COMO QUEREMOS VIVER?

QUEREMOS VIVER COM JUSTIÇA. QUEREMOS MAIS CENTROS ESPORTIVOS, MELHOR ATENDIMENTO MÉDICO COM MAIS POSTOS DE SAÚDE.

QUEREMOS ~~FAZER~~ FAZER CURSOS COMO OS OUTROS JOVENS PARA ARRUMAR EMPREGOS BONS E TER UMA VIDA DIGNA.

QUEREMOS QUE O TRANSPORTE COLETIVO ENTRE NO NOSSO BAIRRO.

QUEREMOS MAIS SOLIDARIEDADE E RESPEITO DAS PESSOAS.

- Como vivem?

- com muita religião

- com muita drogas

- trabalham river ⊕ únicos -

* a ~~deve~~ ^{deviam} ter um centro esportivo no bairro (Santa e jardim Ipanema)

* + posto de saúde ⊕ próximos (e com melhor atendimento)

* + 5 a 8° série de manhã no Santa Felicidade
- vivem num país de instituições -

- ter mais solidariedade

- oferecer curso profissionalização nos bairros

- envolver ^{em} ~~em~~ atividades ~~em~~

- ter mais segurança (Vila Valcelina e São Jorge), mais arborizada

- O transporte coletivo não funciona direito

- Falta de emprego -

- O salário é ^{baixo} (pequeno) - ^{que fazer}

- Escolas precárias (Reforma)

-

Temos lutar para construir um mundo melhor (Franciele - nosso povo)

- Existe muita discriminação por eles - morarem em seus bairros, ^{existe} ~~existem~~ muitas injustiças ~~de~~ educar.

- Dizem que os bailes Funk ã influenciam a vulgarização e que cada pessoa faz o que quer e ã é o Funk que faz aqui de certa forma.

Como vivemos:

- | | |
|------------------------|---|
| + Violência | + falta de diálogo entre pais e filhos |
| + Analfabetismo | |
| + Problemas familiares | + pais não preparados para educar os filhos |
| + Rixas | |
| + Discriminação | + Poluição da natureza |
| + Desordem | + Trabalho infantil |
| + Exclusão social | + desemprego dos pais |
| + Racismo | + Salário de miséria. |
| + Desrespeito | |

Como podemos

Viver? -

- Harmonia
- Paz
- ~~Respeito~~ reconhecer os pais
- Não desistir de tomar banho
- Ler livros de aniversário (saber a data do aniversário)
- Problemas com colegas ou com professores
- Aprender emplicações
- Da sua parte escola (Bolsa escola)
- sem drogas
- Ser respeitado
- Ser respeitado com família

• ~~Projeto~~ Projeto PÉTI - ampliação deste projeto.

• União

- maior atenção do governo em relação as crianças e adolescentes na rua.

- Burguesia Capitalista deveria não se preocupar tanto com o lucro e sim com as pessoas que estão sofrendo sem ter o que comer, vestir, morar, trabalhar.

- Todos nós devemos cuidar da natureza.

Grupo Castelas

Direitos

- Toda criança tem direito a estar em uma família
- Toda criança tem direito a um lar
- Toda criança tem direito ao amor
- Toda criança tem direito a educação
- Toda a criança tem direito a uma vida melhor
- Toda criança tem direito a saúde
- Toda criança tem direito a pais de boa qualidade
- Toda criança tem direito de ouvir e falar.
- Toda criança tem direito a uma vida sem violência.

Deveres

- Toda criança deve respeitar pai e mãe e os mais velhos
- Toda criança deve respeitar os professores
- " " " " dar valor a escola que estuda
- Toda criança tem o dever de dar valor ao que possui
- Toda criança tem o dever de respeitar o colega.
- Toda criança tem o ^{dever} ~~dever~~ de respeitar o próximo

releitura esportes

- Bairros ~~releitura~~ coletivos na cidade
- Karate, Basquete, natacao, GRD (Bairros)
- Centro esportivo nos Bairros
- Quadra de esportes para recreação.
- piscinas.
- Salões de jogos para crianças
- ping-pong-, pinbelin, dama,
- dominó
- Parque de diversões.

Toda o bairro precisa ter uma biblioteca pública

Santa felicidade e outros bairros mais escolas.

Deveria ter na escola aula de computadores, com um computador para cada aluno.

Não pode ter mais parte do escola

Ter mais Polícia parte das escolas.

Como um menino ^{de Rua} de Vila

Os meninos e as meninas de

Rua, geralmente dorme nas portas das Igrejas, nos bancos das praças, nas calçadas, nas Pedonarias.

Existem no mundo e no Brasil, até na nossa cidade, milhares de meninos que vivem na Rua. Por que foram abandonados ou fugiram de casa para não serem espancados.

O menino e meninas de rua passam o dia todo brincando ou roubando dinheiro das pessoas e outras vezes correndo da polícia. Muitos estão tão acostumados que não imaginam outro modo de vida. Outros gostariam de ter aquilo que nós até desprezamos que são os pais, moradia, alimentos, roupas e Escola.

É acho que o governo deveria criar um organismo para as crianças de Rua.

Como eles gostariam
de viver

Eles gostariam de ter uma mãe e um pai, uma escola, roupas sapatos etc.

Uma alimentação melhor
Saúde.



Nos escrevemos isso não contra os ricos mas contra a desigualdade Social.

Alguém tem culpa, mas os pobres não tiveram culpa de ter nascido pobre, e os ricos não tiveram culpa de ter nascido ricos. E o culpado é o sistema representado pelo governo.

Nas atividades que fizemos na oficina percebemos que os brincadeiras são sempre a representação da realidade. nesses brincadeiras os ricos ficam de fora e na vida real os pobres são tratados como ricos. E os são tratados assim porque não se unem ~~em~~ num objetivo comum.

Nos queremos um mundo sem desigualdade social sem discriminação ~~social~~ ^{social} sem drogas e sem violência.

Nos entendemos que a solução é:
Unirnos todos em busca do mesmo objetivo que é o fim da desigualdade social e que o governo faça sua parte apoiando e enviando recursos para os projetos sociais existentes hoje sabemos que os projetos são poucos, mas muito importante para a conscientização da população.

Entrevista

- 1) Somos diferentes? Podemos viver em igualdade? Temos os mesmos direitos?
- 2) No mundo em que vivemos ã esta nem um pouco bem, o que precisa melhorar?
- 3) Você acha que nossa cidade está precisando melhorar na educação? O quê?
- 4) no mundo hoje em dia a realidade no Brasil está muito triste eu queria mudar esse problema para viver melhor?
- 5) a educação das escolas estão bem?
- 6) por falta de empregos para muitas pessoas estão acontecendo muitas meningias de ruas, e queria poder melhorar?
- 7) Você acha que marinha deveria dar bolsa para alunos sem ter recurso?
- 8) O que você quer que mude no Brasil e no mundo?

Gostaria que mudasse a realidade a miséria e guerra e as chacinas e exploração de menor e abuso sexual e as Drogas.

O que está acontecendo no Brasil?
 Muito racismo violência e desemprego a fome
 brancas nas ruas pedindo usando drogas
 Quando vai mudar o nosso país?

O que poderíamos fazer, individualmente
 (Cada um de nós) para ajudar
 melhorar a vida da comunidade?

1). Somos diferentes pelo fato de termos classes sociais e pelo preconceito que vivemos no mundo de hoje. Para vivermos em igualdade é viver em união, respeito e educação. Todos os mesmos direitos, não deveríamos ter classes diferentes em nem um ponto nem esadas particulares, e municipal todas deveriam ser iguais e de que começa o preconceito, e a serem diferentes deles.

2). Para melhorar muito, as drogas e prostituições, saúde, não deveriam ter avanços nas ruas, de forma de serviço etc. todos os que não têm 2º grau não recebem serviços, (diferença de) nasimo diferenças entre cores e classes sociais.

3). Sim, às vezes alguns alunos que não entendem as perguntas, podem explicar mais, o professor desmotivado fala que não é prof. Particular. Respeito é importante e tem que ser tanto no relacionamento professor aluno como aluno professor.

O professor tem que ouvir mais os alunos e estes participarem das aulas.

Em hipótese nenhuma um professor deve chingar um aluno.

④ Espancamento, abusos, drogas, mas deveriam melhorar muitos os abusos dos policiais sobre os cidadãos que isto gera e para além disso os direitos iguais ou não, pais infratores não deveriam ser presos, a não ser de fato em um momento, como aconteceu aqui como coisa legal, espancamento nas casas, os pais não deveriam ser punidos e os filhos e nem os filhos desobedecem os pais porque não conseguem fazer em casa.

6) - Desemprego, não só por aparência isto inclui tudo racismo, preconceito educação, etc. A vida de melhor parte felicidade, quando se vai procurar um emprego eles pedem o endereço e quando se fala que mora no ponto de felicidade eles inventam uma desculpa e falam para passar outros dias mas eles pensam que é só lá na vida mas em todo lugar tem gente ruim. Gente que precisam de ajuda. falta de mínimos de tudo não é falta de emprego e falta de lazer e falta de "liberdade"

⑦ - Sim, pois assim os alunos tenham chance de aprender mais, isso por intermédio do professor

8) - Igualdade, sem raças, todas felizes e sem preconceito, nos mesmos gostos

mais de nós mesmos.

Sem fome, que haja respeito acima tudo

9) Quando soubermos o que queremos,
vontade de mudar, Conscientizar dos direitos
que todos têm. Já está havendo mudanças,
pois estamos aqui.

10) [redacted] - Levar a paz e uniar nos laos.

[redacted] - Se respeitamos, respeitamos os
pessoas e conscientizar os outros dos seus direitos.

[redacted] - ajuda de melhor forma possi-
vel.

O que puder

Diálogo e amigos sem droga, violência.

O que puder, O que sabe.

~~Resposta~~

O que tiver no alcance.

[redacted]

[redacted]

**PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA
I CONFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Essas propostas foram retiradas do documento coletivo produzido pelas crianças e adolescentes que participaram da 1ª Conferência Municipal da Criança e do Adolescente, realizada em 31/03/2001, na Universidade Estadual de Maringá, promovido pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com o apoio do Programa da Criança e do Adolescente/ PEC/UEM, Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá, Federação Catalana de S' plaís/ Barcelona, União Maringaense dos Estudantes Secundaristas, Sintemar e Associação de Pais e Professores.

- 1) ampliação do projeto PETI e do projeto Bolsa-escola;
- 2) cursos profissionalizantes nos bairros;
- 3) melhoria no funcionamento do transporte coletivo, com ônibus passando em todos os bairros;
- 4) centro Esportivo e escolas de 5ª a 8ª séries no bairro Santa Felicidade;
- 5) uma biblioteca pública em cada bairro;
- 6) banheiros e torneiras coletivas na cidade, principalmente nas praças;
- 7) aula de computação em todas as escolas;
- 8) atividades de karate, basquete, natação, GRD, salão de jogos com pimbolim, ping-pong, dama e dominó nos centros esportivos que já existem;
- 9) terrenos e campos vazios próximos às escolas sem matos (limpos);
- 10) patrulha escolar próximo às escolas;
- 11) maior atenção do governo em relação às crianças e adolescentes que estão nas ruas;
- 12) mais cuidado com a natureza e as árvores de Maringá

Relatório de Registro de Ocorrência

Ao ilustríssimo | _____

Vim através desta informar-lhe que no dia 06 de abril de 2001, por volta das 19:00 horas, recebi um telefonema da agente social _____, contratada recentemente para trabalhar nessa Entidade, a qual informou-me que ela havia acaba de atender no _____ Criança, dois meninos, R. 15 anos e C. 11 anos, que haviam estado essa Entidade extremamente nervosos, munidos com pedras nas mãos, agressivos, gritando e ameaçando que desejavam quebrar a Kombi da Entidade em atitude de repudia ao fato deles terem sido ameaçados e perseguidos na rua por um grupo de pessoas que estavam dentro de um CARRO PRETO, os quais eles acreditavam que teriam alguma relação com a Equipe de trabalho do _____ Criança, haja visto a forma repressiva e violenta como a maioria dos meninos e meninas que vivem em situação de risco e ou de rua em nosso município vinham sendo tratados nos últimos anos por pessoas ligadas não somente ao _____ mas também a outras entidades assistências públicas.

Na verdade os meninos imaginaram que os novos agentes sociais que foram incluídos na equipe de trabalho do _____ estavam os enganando, não somente a eles mas também às outras crianças e adolescentes, ao sair às ruas para abordá-los e convidá-los para que compareçam na sede do _____, assegurando-lhes de que não mais serão apreendidos `a força nas ruas como acontecia quando sem justa causa os agentes saíam às ruas determinados a atuarem com base na lei do chamado "Arrastão".

Preocupada com a causa atitude de repulsiva expressada por esses meninos, cheguei a levantar a hipótese da existência de um "Grupo" que estivesse ligado ao poder público e/ou a outros segmentos da sociedade maringense, utilizando-se de um carro semelhante ao nosso para tentar boicotar o trabalho educativo e de proteção que iniciamos há pouco mais de três semanas junto aos meninos e meninas em situação de rua no centro da cidade, já que as Kombis utilizadas pela prefeitura são todos da cor branca e além disso fica difícil para os identificarem quem realmente é ou não do _____, já que alguns agentes são novos dentro da equipe.

Para certificar-me de que os agentes que estavam de plantão (antigos funcionários do _____) não estavam envolvidos diretamente no caso, entrei em contato com eles e constatei que eles estavam no _____ solicitando o auxílio do _____ na verificação de uma denúncia anônima recebida em dia anterior e cuja situação envolve questões de tráfico de drogas e jogos ilícitos para adolescentes.

Sabendo que depois de terem se mostrado indignados diante da violência que tinham acabado de sofrer, expressando-se através das ameaças que fizeram de agredir os agentes e quebrar a Kombi (as quais possivelmente não foram concretizadas porque nem a Kombi e nem os agentes estavam no local nesse momento), solicitei que o agente _____ e o _____ saíssem com o carro para procurar os dois meninos, os quais segundo a agente _____ teriam se dirigido à Praça da Catedral. A determinação era que caso eles abordassem os meninos e tentassem conversar com eles a fim de convencê-los a irem ao _____ para que eu pudesse conversar com eles, uma vez que também segundo a _____ os meninos teriam dito que me conheciam e que precisavam falar comigo para contar-me o que tinha acontecido com eles.

Era fundamental conversarmos com os meninos ainda naquele dia a fim de pudéssemos obter mais informações sobre o fato, bem como saber o que realmente havia levado esses meninos a relacionarem o CARRO PRETO à Kombi do _____

Por volta das 20:00 horas telefonei para o _____ e certifiquei-me de que os meninos haviam sido encontrados, que estavam no _____ e que o agente _____ já havia preenchido a guia de

encaminhamento de cada um deles para o Conselho Tutelar para que de lá fossem levados para o Abrigo _____. Determinei a esse agente que os meninos não fossem encaminhados para o Conselho Tutelar enquanto eu não chegasse para conversar com eles.

Às 20:30 horas cheguei ao _____ e ao entrar na sala constatei a presença não só dos meninos R. 15 anos e C. 11 anos, que haviam sido perseguidos nas ruas pelo carro preto, mas também outros três meninos: P. 16 anos que disse ter saído do abrigo em atitude de revolta por não ter sido cumprido judicialmente a promessa de que naquele dia ele voltaria para sua casa e teria vindo ao _____ para proteger-se e conversar; M. 16 anos que estava trabalhando de engraxar sapatos e quando viu R. 14 anos que estava cheirando tinner na praça de convivência comunitária o trouxe até o _____ para ser orientado.

Os meninos estavam sendo orientados pelos agentes a fazerem um rodízio para brincar com a máquina de escrever. Vencido o tempo de brincadeira do R. o _____ tirou a folha que o menino havia trabalhado na máquina de escrever e leu a seguinte mensagem em voz alta: *Meu nome é R. 775... eu fui violentado por um carro preto e eu não gostei*”.

Verifiquei que o menino havia expressado a ameaça e a perseguição de violência que ele havia sofrido na rua pelas pessoas do carro preto não somente pela linguagem corporal e verbal mas também através da escrita. Intencionalmente peguei essa mesma folha e em espaço separado sentei-me junto com R. e C. para que eles pudessem contar-me a versão deles sobre o que havia acontecido.

R. começou a conversa relatando-me que por volta das 18:30 horas eles estavam na avenida Paraná, próximo ao colégio _____, quando viram uma kombi branca, escrito PMI, que passou por eles e os fizeram acreditar que fosse o carro do _____ Criança. logo em seguida aproximou-se deles um carro preto, modelo tipo Van, com vidros pretos, faixa branca nas laterais, com umas 8 pessoas vestidas com roupa toda preta, de óculos preto, sendo que um deles foi identificado pelos meninos como sendo um “japonês gordo”.

Esse carro parou, o motorista abriu o vidro do carro, abordou os meninos de longe e pediu para que eles se aproximassem pois em troca ganhariam um doce.

Quando os meninos estavam se aproximando, três homens também vestidos de preto desceram do carro, sendo que um deles sacou uma faca e ameaçou os meninos para que eles entrassem no carro. Assustados, os meninos fugiram correndo e segundo eles o carro teria os perseguido por mais duas quadras, até que eles entraram numa rua cujo sentido não era permitido para automóveis. Nisso três homens desceram do carro e continuaram a perseguição contra os meninos correndo atrás deles à pé. Segundo os meninos uma mulher que estava entrando em um prédio perguntou a eles porque eles estavam correndo e eles disseram que estavam fugindo do _____. Os meninos disseram que só não foram pegos porque conseguiram correr mais do que os homens.

Amedrontados e pensando que os agentes do _____ Criança tinham algo a ver com a história, os meninos disseram que foram até em frente da sede da Entidade, dizendo que queriam falar comigo para contar-me o que havia acontecido e também “tirar satisfações” porque eu havia lhes prometido que de agora em diante os educadores do _____ Criança não iriam mais atuar da forma como atuavam antes, isto é, abordando e recolhendo as crianças e os adolescentes à força e/ou os perseguindo pelas ruas do centro da cidade.

No final da entrevista com os meninos o agente social _____ entrou na sala. Quando eu lhe informei o que os meninos haviam acabado de me contar (ou seja, os fatos que antecederam a ida deles até o _____ Criança e que não estavam registradas na guia de encaminhamento que seria enviada para o Conselho Tutelar), esse disse que não acreditava no que os meninos estavam dizendo e a fim de comprovar a sua desconfiança chamou na sala um outro menino, M. 16anos (que também vive em situação de rua em Maringá e não sabia sobre o que havia

sido conversado anteriormente com os meninos R. e C) e perguntou-lhe se ele já tinha visto um carro preto passando pelas ruas e abordando os meninos.

M. respondeu que não apenas tinha visto como já tinha sido abordado pelos homens de preto, certa vez quando ele estava engraxando perto do Shopping _____; Sim.

Mais tarde, enquanto eu e os meninos R. 15 anos, C. 11 anos e R. 15 anos aguardávamos no Conselho Tutelar para falar com a conselheira tutelar de plantão, por telefone, a fim de informar-lhe o que havia ocorrido, P. 16 anos se juntou ao grupo. P. não sabia do assunto e quando ouviu os meninos falar sobre o “carro preto”, afirmou durante o tempo em que estava sentado na frente do _____ aguardando para ser conduzido ao abrigo, tinha visto o tal “carro preto” passar por ali várias vezes. Disse que o carro lhe chamou a atenção porque naquele mesmo dia, por volta das 17:30 horas, depois de Ter saído, sem permissão, do Abrigo _____,

ele havia sido abordado por esse mesmo carro, quando passando perto do _____. Depois do relato do feito por P., todos os meninos aceitaram ir para o abrigo tranquilamente, pois temiam em ficar nas ruas e serem abordados novamente com violência. Os meninos levantaram a hipótese desses homens estarem atuando para matá-los e retirarem os seus órgãos. R. disse que só estava aceitando ir para o abrigo numa boa, porque estava com medo de que esses homens o pegassem e arrancassem os seus olhos. Todos os meninos foram levados para o Abrigo _____, pela equipe do Conselho Tutelar que estava de plantão, para passarem a noite sob proteção.

Contudo, considerando a importância e os agravantes dos fatos relatados pelas crianças e adolescentes, estamos comunicando-lhe o caso a fim de solicitar o apoio da _____ no encaminhamento desse relatório às instâncias judiciais e policias competentes, de modo que esses procedam na investigação do caso, trabalhando na identificação do carro e do grupo de pessoas que estão atuando violentamente contra as crianças e adolescentes em situação de rua em nosso município, a fim de que se faça justiça e que os devidos culpados sejam punidos.

Atenciosamente



r 0775 avioletado pro am caro pre

t e e eu naeã te i

пуи. Доказано по р ел

Р. --- ^{фин.} М. 1 -
C

Хел. 5108



ASSESSORIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE
E-mail: @maringa.pr.gov.br - Telefones (44) 221

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE

Nº _____

Formulário de Projetos

Dados do Responsável

Nome: *movimento nacional meninas e meninos de maringá*

Endereço: _____ Nº _____

Complemento: _____

Bairro: *Zona*

CEP: _____ Cidade: *maringá* Estado _____

Telefone Residencial: _____ Comercial _____ Celular _____

Página na Internet: _____

E-mail: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Data de Nascimento: _____ RG _____ CPF _____

Nome do Pai: _____ RG _____

Nome da Mãe: _____ RG _____

Dados do Projeto *Paiz e Amor*

Nome: _____

Objetivo: *Integrar os meninos de rua na sociedade maringáense*

Público Alvo: *Para nós meninos de rua*

Estrutura Necessária: *o espaço necessário construção de uma casa um fogão, pia, camas, armário, sofá, geladeira, estante, exercemos cursos proporcionais*

Recursos humanos: *um administrador um professor e educador*
para manter regras

Período de atividade: *Período indeterminado*

Custo de Implementação: _____

Custo de manutenção mensal: _____

Nº de pessoas atingidas diretamente:

Para 30 pessoas

Nº de pessoas atingidas indiretamente:

Executor do Projeto: marinista nacional meninos e meninas da
Mua

Breve descrição do projeto: Para melhoramento do convívio so-
cial na população, oportunidade de emprego, estudo,
aprender uma profissão para convivermos em meio a
sociedade.
por isso convocamos v.s. senhorio para descurtir com
atenção nesse projeto para melhoria do convívio com a
população maringáense.

Outras informações importantes:

Eu, _____ (RG Nº _____) concedo o direito
de uso do projeto aqui descrito, assim como o direito à possíveis modificações, para a Prefeitura Municipal de
Maringá, para fins de implementação das Políticas Públicas de Juventude.

Maringá, 30 de janeiro de 2002

RELATÓRIO DE ATIVIDADES PROGRAMA OP CRIANÇA

MARINGÁ
2002

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 01/03/002	LOCAL: ASSEMBLÉIA N.º 01
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Desenho livre, pintura em giz, cantinho da leitura, fantoche, brinquedos pedagógicos criativos, brincadeiras cantadas
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • Média de 80 crianças
Dificuldades	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de Pessoal para trabalhar (apenas 4 educadoras)
Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira experiência junto ao OP
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Pais e crianças questionando se era preciso pagar para brincar • Ansiedade das crianças diante das várias opções de atividades • Boa aceitação do público presente em relação à proposta de desenvolver atividades lúdicas com os meninos e meninas • Bom atendimento e colaboração do vigia da Escola diante do que lhe foi solicitado
Prioridades levantadas pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Piscina na escola • Aula de artes e de computação na escola • Mais segurança na escola • Mais atividades esportivas e brincadeiras dentro na escola • Melhor organização do horário escolar das turmas a fim de facilitar a transporte e o uso dos materiais no dia a dia

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 05/03/02	LOCAL: ASSEMBLÉIA N.º 02
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Brinquedos pedagógicos e fantoches
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • 10 crianças (filhos dos trabalhadores da Feira que estava acontecendo no mesmo dia da Assembléia)
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de espaço no teatro para realizar as atividades com as crianças. • Limitação do espaço externo ao redor do teatro, devido a realização da feira • Perigo no trânsito ao redor da praça do teatro, aonde foram feitas as atividades • Pouca iluminação na Praça • Falta de mesas para colocar os brinquedos • Não comparecimento de crianças na assembléia
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Motivação das crianças para as atividades de fantoche e brinquedos criativos (boa exploração da capacidade criativa e da subjetividade nas relações em grupo)
Prioridades levantadas pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve assembléia

RELATORIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 07/03/02	LOCAL:	CONJUNTO GUALAPÓ/ ASSEMBLÉIA N.º 03
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> oficina do brihquedo cometinha, jogos com brinquedos pedagógicos e criativos, pintura livre, leitura de estórias infantis, fantoche e músicas populares infantis 	
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> 100 crianças e adolescentes 	
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> único espaço disponível para desenvolver as atividades era as salas de aula; ansiedade e motivação das crianças a partir do contato com os brinquedos; baixo número de educadores; comportamento agitado das crianças ; 	
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> surpresa das crianças e moradores do bairro com as atividades; bastante interesse das crianças e adolescentes do bairro com a cultura do Hip- Hop, disponibilidade das crianças em ajudar os educadores a recolherem os materiais no final da assembleia; atendimento prestativo da diretora e do vigia diante de determinadas solicitações da equipe de trabalho; 	
Prioridades levantadas pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> embora não tenha sido possível organizar a assembleia com as crianças e adolescentes, durante a realização das atividades alguns meninos e meninas colocaram que entre as necessidades do bairro estava a cobertura da quadra da escola; a iluminação da quadra comunitária; posto de saúde; implantação de programas de atividades de esporte lazer e cultura (principalmente com atividades de futsal, hip- hop, recreação e capoeira); 	

4

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 11/03/02	LOCAL:	CONJUNTO BORBA GATO/ ASSEMBLÉIA N.º 04
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> pintura em giz, cantinho da leitura, amarelinha, jogos e brinquedos pedagógicos, mini- basquete; 	
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> média de 70 crianças e adolescentes 	
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> rivalidade de grupos de adolescentes que estavam presentes (foi necessário interferir dialógicamente com esses grupos a fim de conter o comportamento agressivo de determinados jovens), a falta de vínculo dos educadores com os adolescentes o que dificultou no relacionamento pedagógico com os mesmos; 	
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> alguns meninos que estavam incentivando a violência entre os grupos de adolescentes faziam parte do grupo de capoeira que havia acabado de apresentar-se para os participantes da assembleia; prestatividade dos serviços solicitados ao coordenador do que esteve presente na assembleia; 	
Prioridades levantadas pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> devido às dificuldades de organizar as atividades junto às crianças e adolescentes e ao mesmo tempo envolve-los na discussão sobre o Orçamento Participativo, foi impossível tanto realizar a assembleia quanto obter informações sobre as prioridades da infância e adolescência naquela região; 	

5

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 01/03/002	LOCAL: IGUAATEMI/ ASSEMBLÉIA N.º 05
Atividades	• brinquedos pedagógicos, pintura livre, mini- vôlei, mini- futebol, mini- basquete, amarelinha, xadrez, dama e trilha e pula corda
Demanda Atendida	• média de 150 crianças e adolescentes
Dificuldades Enfrentadas	• baixo quadro de recursos humanos para atender a demanda de crianças, falta de mesas para realizar as atividades, falta de iluminação do local;
Observações dos Educadores	• alguns pais tiveram que ser convidados várias vezes para participar da assembleia em virtude do envolvimento com as brincadeiras, a indisponibilidade da coordenação do em colaborar para sanar as dificuldades de estrutura física e de material, o não atendimento da secretaria do meio ambiente em relação a solicitação de serviços de iluminação do local; transporte do pessoal e dos materiais (pouco espaço da Kombi);
Prioridades levantadas pelas crianças e adolescentes	• pista de skate, incentivo aos grupos de artes e de cultura de rua organizados no distrito, áreas de lazer nas duas regiões do distrito (regiões abaixo e acima da rodovia);

6

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 15/03/02	LOCAL: JARDIM ALVORADA / ASSEMBLÉIA N.º 06
Atividades	• oficina do brinquedo cometinha, pintura livre e temática, mini- vôlei, mini- basquete, mini- futebol, jogos e brinquedos pedagógicos, bambolê, vivências corporais criativas;
Demanda Atendida	• média de 30 crianças e adolescentes;
Dificuldades Enfrentadas	• transporte dos materiais e do pessoal; espaço utilizado para as atividades muito próximo da avenida principal; falta de torneira de água na praça (só existia torneiras dentro do salão comunitário o que dificultou o acesso das crianças e dos educadores); pouca iluminação do local, falta de lixeiras no local;
Observações dos Educadores	• boa atenção e colaboração do presidente do bairro para o que foi preciso, motivação das crianças em relação às atividades e à proposta de levantamento das prioridades da população infantil; a grande maioria dos meninos e meninas não eram moradores do jardim alvorada e sim de outros bairros da região; o alto nível de participação e organização política das crianças e adolescentes (provavelmente pelo fato de muitas serem filhos de líderes comunitários dos bairros da região e também de determinadas autoridades políticas que estavam presentes na assembleia); cuidado das crianças com os matérías e a atenção com as atividades e educadores; as crianças fizeram a assembleia mas não aceitaram apresentar as prioridades levantadas para o público da assembleia do OP;
Prioridades levantadas pelas crianças	• arrumar a praça e o parquinho da praça da paróquia São Francisco de Assis; ação da prefeitura no tratamento de crianças e jovens que usam drogas nos bairros da região; tapar buracos das ruas do Jardim Imperial e fazer a manutenção das lombadas que existem; reforma e manutenção do Parque Gralha Azul localizado no conjunto Ney Braga com colocação de alambrado em volta do campo;

7

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 21/03/02	LOCAL: _____	CONJUNTO THAÍS / ASSEMBLÉIA N.º 07
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • fantoche, xadrez, desenho e pintura, brinquedos pedagógicos, mini- basquete, mini- vôlei, mini- futebol, peteca e queimada, 	
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • 80 crianças e adolescentes 	
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> • número de meninos e meninas para o número reduzido de educadores; atitude do vigia da escola que chamou a polícia porque um menino de oito anos estava brigando com outras crianças e jovens; falta de iluminação na quadra da escola; 	
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • dificuldade das crianças se organizarem para as brincadeiras coletivas e de se relacionarem com os brinquedos também de modo coletivo; revolta dos jovens com o presidente do bairro e com o governo popular, especificamente com o prefeito a quem culpabilizaram pela falta de estrutura de posto de saúde, centro esportivo e de outros serviços inexistentes no bairro; 	
Prioridades levantadas pelas crianças e adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> • quadra esportiva comunitária no Conjunto Thais, reforma e revitalização do parque Gralha Azul no Conjunto Ney Braga, asfalto no conjunto Thais, praça de lazer no conjunto Thais, cursos profissionalizantes para os jovens do Conjunto Thais; 	

8

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 25/03/02	LOCAL: _____	JARDIM PROLAR / ASSEMBLÉIA N.º 08
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Pintura livre, pintura em giz, pintura no rosto, cantinho da leitura, legos, brinquedos pedagógicos e de construção, oficina de cometchinha, CD Teca 	
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • Média de 100 crianças 	
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> • Local muito próximo da assembleia - sala de aula; • Indisponibilidade da direção da escola em atender as necessidades da equipe; • Equipe pequena, apenas 5 educadores para a quantidade de crianças; 	
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Haviãam regras expostas nas paredes da sala de aula, do que poderia ou não ser feito pelos alunos durante horário das aulas e as crianças estavam jogando os brinquedos nestes cartazes, o que demonstrava revolta; • Vários comandos que a direção deu ao guarda para impedir o barulho nos corredores; • Uma mãe reclamou da pintura no rosto que havia sido feita no filho; • Algumas mães não forma para a assembleia, permanecendo nas salas e participando das atividades; • Crianças ajudaram a guardar os materiais. 	
Prioridades levantadas pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Ter atividades lúdicas e esportivas na escola; • Haver maior participação da escola no s eventos e atividades como jogos escolares; • Repressão das normas impostas pela escola. 	

9

RELATORIO DE ATIVIDADES
PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 27/03/02	LOCAL: - PARQUE RESIDENCIAL TUIUTI / ASSEMBLÉIA N.º 09
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Pintura livre, brinquedos pedagógicos, blocos criativos, xadrez, dama, pula corda, legos
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • Média de 70 crianças
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco espaço para desenvolver as brincadeira; • Água disponível somente no local da reunião do OP; • Trânsito da rua (insegurança no local); • Assembléia no mesmo horário da missa.
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Desconfiança dos jovens da escolinha dominical em permitir que as crianças participassem das brincadeiras; • Desrespeito de determinados adultos que estavam participando da missa em relação às crianças que estavam brincando (alguns chegaram a pedir que os brinquedos fossem retirados)
Prioridades levantadas pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram identificadas

10

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 02/04/02	LOCAL: ZONA 05 / ASSEMBLÉIA N.º 10
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Pintura em giz, pintura no rosto, origami brinquedos pedagógicos, xadrez, dama, pula corda, fantoche,
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • 15 crianças
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> • Local inadequado; • Falta de mesas para as atividades; • Pouco número de crianças; • Dificuldade no relacionamento com as crianças - eram muito fechadas e faltava motivação para brincar no coletivo; • Falta de conhecimento • Insegurança dos pais em deixar os filhos na brincadeira.
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Foi a primeira vez que a equipe do OP Criança contou com o apoio dos estagiários da disciplina de Recreação e Lazer do DEF/UEM, o que fez com que o número de educadores fosse mais do que suficiente pela quantidade de crianças; Os educadores tiveram que convencer as crianças para brincar; Reflexão sobre o mito de que na região da zona 05 não há a necessidade de implantar programas sócio- educativos com crianças e adolescentes, tendo em vista o perfil sócio- econômico da grande maioria dos moradores, uma vez que algumas crianças que participaram das atividades foram para o Calil justamente porque ouviram dizer na escola que haveria brincadeiras (as meninas eram filhas de pais separados, o pai trabalhava no período da noite, e as elas geralmente ficam sozinhas em casa ; Pela primeira vez uma mãe elogiou durante o espaço da fala do povo, o trabalho do OP Criança; Foi bastante motivante para os educadores o fato de ter podido brincar realmente com as crianças e entre os educadores,

11

	já que a equipe era mais que suficiente para a demanda (nas demais assembleias os educadores acabaram orientando as crianças para as brincadeiras e não brincando efetivamente);
Prioridades levantadas pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram identificadas

12

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 10/04/02	LOCAL: VILA MORANGUEIRA / ASSEMBLÉIA N.º 11
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Pintura livre, brinquedos pedagógicos, blocos criativos, xadrez, dama, pula corda, legos, mini-futebol, mini-basquete, brincadeiras com o bambolê.
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • Média de 40 crianças
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca iluminação do local; • Espaço das atividades muito distante do espaço da reunião, o que provocou a insegurança de algumas famílias em permitir que as crianças brincassem.
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas mães foram na assembleia apenas para levar as crianças para brincar, porque esses haviam dito que na divulgação feita na escola o pessoal do OP disse que o ingresso era um "pai" e/ou uma "mãe"; • Houve apoio dos estagiários da disciplina de Recreação e Lazer do DEF/UEM
Prioridades levantadas pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram identificadas

13

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 12/04/02	LOCAL: VILA SANTA ISABEL / ASSEMBLÉIA N.º 12
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Pintura em giz, brinquedos pedagógicos, blocos criativos, xadrez, dama, legos, mini-basquete, mini-futebol, mini-volei, perna de pau, bambolê, pula corda.
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • Média de 50 crianças
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço - quadra sem iluminação para desenvolver as brincadeiras; • As crianças tinham que passar pela assembléia para ter acesso às atividades que estavam sendo feitas nas salas.
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Assédio dos jovens às educadoras; • O fato de haver giz nos quadros das salas fez com que as crianças se motivassem a ficar escrevendo no quadro, principalmente o que estavam aprendendo em sala de aula; • As crianças ficavam escrevendo frases e colocando o sujeito, predicado...; • Nem todas as crianças sabiam que haviam brincadeiras nas salas e ficaram maior tempo na quadra, ficando reduzido o número de crianças nas salas. • Atenção/disponibilidade dos diretores no atendimento a equipe. • Houve apoio dos estagiários da disciplina de Recreação e Lazer do DEF/UEM
Prioridades levantadas	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram identificadas

14

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 16/04/02	LOCAL: - ZONA 07 / ASSEMBLÉIA N.º 13
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Pintura em giz, brinquedos pedagógicos, xadrez, dama, oficina de cata-vento, brincadeiras de pega-pega e roda.
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • 10 crianças
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> • local no fundo do salão da reunião foi impróprio para desenvolver as atividades, uma vez que haviam vários equipamentos que poderiam causar acidentes (tábuas, serra elétrica, vasos de flores, etc.)
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • haviam mais educadores do que crianças devido ao apoio dos estagiários da disciplina de Recreação e Lazer do DEF/UEM
Prioridades levantadas pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram identificadas

15

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 18/04/02	LOCAL: FLORIANO/ ASSEMBLÉIA N.º 14
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Pintura em giz, brinquedos pedagógicos, xadrez, dama, pula corda, legos, caça ao tesouro, oficina de fantochê, oficina de construção da flor d' água, brincadeira do tubarão.
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • Média de 50 crianças
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> • Energia elétrica disponível; • Pouca iluminação da praça; • Foi para a equipe sair no final das atividades para vir embora porque muitas crianças pediam para que todos ficassem por lá.
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas crianças ofereceram suas casas para que o grupo pudesse dormir; • Primeira assembleia onde as crianças quiseram apresentar em público as prioridades que elas levantaram. • Houve apoio dos estagiários da disciplina de Recreação e Lazer do DEF/UEM
Prioridades levantadas pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de uma piscina; Construção de posto de gasolina; Construção de posto de saúde; Construção de um prédio; Construção de um supermercado no distrito; Asfalto. <p>(OBS: a lista de prioridades foi entregue durante a assembleia para a coordenação do OP.)</p>

16

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 23/04/02	LOCAL: ASSEMBLÉIA N.º 15 - VILA OPERÁRIA /
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Brinquedos pedagógicos, blocos criativos, xadrez, dama, legos, mini-futebol, mini-volei, mini-basquete, oficina de cometchinha e cata-vento.
Demanda Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • Média de 80 crianças
Dificuldades Enfrentadas	<ul style="list-style-type: none"> • Local - rua e alguns moradores reclamaram principalmente por causa da bola; • Falta de pessoal para trabalhar - 4 educadores apenas; • Devido ao parque da escola muitas crianças ficaram brincando ali.
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Pediram para que nós educadores tirássemos as crianças do parque da escola pois poderia atrapalhar a assembleia;
Prioridades levantadas pelas crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram identificadas

17

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PROGRAMA OP CRIANÇA- INTEGRADO ÀS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

DATA: 25/04/02	LOCAL: SÃO DOMINGOS / ASSEMBLÉIA N.º 16
Atividades	• Brinquedos pedagógicos, blocos criativos, xadrez, dama, legos, mini-futebol, mini-basquete, oficina de cata-vento e massinha.
Demanda Atendida	• Média de 30 crianças
Dificuldades Enfrentadas	• Espaço para as atividades muito próximo do local da assembleia.
Observações dos Educadores	<ul style="list-style-type: none"> • Tranquilidade que foi trabalhar com as crianças; • Durante a assembleia com as crianças alguns adolescentes pediram para que as crianças dissessem por eles o que eles viam como prioridades; • As prioridades levantadas pelas crianças foram mais concretas do que as dos adultos; • Houve apoio dos estagiários da disciplina de Recreação e Lazer do DEF/UEM
Prioridades levantadas pelas crianças	• Telão e cadeiras para as crianças do OP Criança; Centro esportivo; Escola na zona Rural; Reforma do Salão Comunitário; Tapar os buracos nas ruas; Cobertura da Quadra da Escola; Passarela na rodovia.

18

PROPOSTAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA OP CRIANÇA EM 2002

- UNIFORME PADRONIZADO PARA EQUIPE DE TRABALHO;
- FICHAS DE INSCRIÇÃO DAS CRIANÇAS;
- MATERIAL LÚDICO-PEDAGÓGICO TEMÁTICO SOBRE TEMAS RELACIONADOS À CIDADANIA E AO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO;
- VÍDEO/TELÃO COM FILME INFANTIL EXPLICATIVO SOBRE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ;
- APARELHO SOM;
- ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA AS CRIANÇAS COM ESPAÇO PARA COLOCAR NOME E BAIRRO DA CRIANÇA;
- PREPARAÇÃO DO LOCAL DAS ATIVIDADES COM ANTECEDÊNCIA;
- CAPACITAÇÃO TEÓRICA DA EQUIPE QUE VAI TRABALHAR NO PROGRAMA A FIM DE QUE ENTENDAM O QUE É O OP E QUAL SUA DINÂMICA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO;

OBSERVAÇÕES:

- ESCOLA REPRESSIVA X EDUCAÇÃO EM TEMPO LIVRE
- MATERIAL QUE SUMIU NA ESCOLA [] FORMA CANETINHAS E EM IGUATEMI | BOLA
- POLÍCIA NA ESCOLA DO []

19

**MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E
MENINAS DE RUA
COMISSÃO LOCAL DE MARINGÁ**



Relatório Anual de Atividades / 2002

**MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA
COMISSÃO LOCAL DE MARINGÁ**

Relatório Anual de Atividades / 2003

Lista de Participantes Militantes e Educadores

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA - REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes, com a presidência da Conselho assumida pela militante _____
- Fórum Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com representatividade do militante _____

2. EXTENSÃO - NÚCLEOS DE BASE

- Núcleo de base Bairro Santa Felicidade, com Participação semanal de cerca de 100 meninos e meninas na faixa etária de 03 a 17 anos e jovens de 18 a 22 anos.
- Núcleo de Base Futebol de Meninos de Rua, com participação semanal de cerca de 20 adolescentes e jovens na faixa etária de 14 a 24 anos.

3. PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2002

- Atividades Lúdicas no Núcleo de Base Sana Felicidade.
- Atividades esportivas no Núcleo de Futebol de Meninos de Rua.
- Participação no Fórum Social Mundial.
- Participação na organização e realização do II Encontro Nacional de Educação Social.
- Participação na I Conferência Municipal da Juventude Maringá, com apresentação do Projeto Paz e Amor- Casa para Jovens Moradores de Rua.
- Participação no VI Encontro de Meninos e Meninas de Rua- Brasília/ DF.
- Oficina de Defesa de Direitos no II Encontro de Educação Social.
- Participação no VI Intercâmbio Anual de educadores do MNMMR e da Federaccio Catalana de L'Splai/ Barcelona.
- Promoção de oficina "Brincar e não Excluir" , juntamente com o Projeto Brincadeiras com Meninos e Maninas de Rua e na Rua PCA/UEM, no II Encontro Nacional de Educação Social.
- Participação dos Meninos do Núcleo de Futebol nos Jogos Abertos de Maringá.

- Participação e promoção de oficina de "Jogos Cooperativos" no I Encontro de Lazer do Paraná.
- Participação e promoção de oficina de jogos cooperativos no II Encontro de Lazer do (Cesumar) Centro de Ensino Superior de Maringá com o tema "lazer e exclusão social".
- Promoção de Oficina de Defesa de Direitos e Oficina de Jogos Cooperativos no Curso de Extensão Criança e adolescente, Sistema de Proteção Integral realizado pelo PCA/UEM e Fórum Regional de Assistência social e dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Participação no I Encontro Paranaense de Jovens da Cidade e do Campo - Londrina/PR.
- Participação no Encontro Nacional de Militantes do MNMMR/ Brasília .
- Participação em reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDCA.
- Intervenções jurídicas e de proposição de políticas sociais públicas junto a segmentos de justiça, governamentais e não- governamentais do município, para a defesa de direitos de meninos e meninas e jovens dos Núcleos de Base e moradores de rua.
- Reuniões com a FUNDACIM- Fundação Industrial e Comercial de Maringá para divulgação e expansão dos trabalhos da Comissão Local.
- Reuniões da Comissão Local para planejamento e avaliação das ações.
- Reuniões da Comissão Local com demais Comissões Locais do Paraná para realização de assembleias e planejamento de ações do Movimento no Estado do Paraná.
- Participação do Movimento em entrevistas escritas e faladas sobre temas específicos relacionados a Redução da Idade Penal e ao cotidiano dos meninos e meninas de rua em Maringá.

4. RELATÓRIO DE RECURSOS OBTIDOS EM 2002 PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO LOCAL

4.1. Núcleo Bairro Santa Felicidade,

- Transporte gratuito de educadores e dos materiais todos os sábados cedido pelo PCA/UEM.
- Brinquedos e materiais pedagógicos e esportivos cedidos por regime de empréstimo e de concessão de uso semanal pela _____ de _____ e _____
- Pagamento de honorários de educadores, _____ e _____ pelo trabalho prestado semanalmente no núcleo Santa Felicidade em regime de estágio pela _____
- Destinação de 4 hs. De trabalho semanal do funcionário _____ para ensinar violão no núcleo Santa Felicidade aos sábados a tarde.
- Concessão de uso do espaço físico e da Escola Municipal Benedita Natália Lima para atividades de Sábado no núcleo Santa Felicidade.
- Bolo, refrigerante, balas e doces conseguidos para realização da festa da criança,, através de campanha de doação junto aos alunos. Apresentação de peça de teatro no dia da criança, uma doação dos participantes do grupo oficina de teatro Callil Hadad da secretaria de cultura, da _____ Academia e outras pequenas empresas e cidadãos maringaenses.
- Brindes (camisetas), brinquedos e carne para fazer 600 lanches para o encerramento do I torneio de futsal de natal, conseguidos através de doações de amigos e dos alunos da _____ Academia.
- Shorts de futsal e bolas doadas, gastos de 685,00 reais.
- Doações de materiais esportivos no valor de 500,00 reais para uso da comunidade da bairro santa Felicidade e compras de bolas e medalhas para o I torneio de natal, através de doações do splai de Barcelona em dezembro de 2002.
- Equipamentos de som conseguido com morador do bairro Santa Felicidade para animação durante o I torneio de futsal de Natal, no valor de 150,00 reais.

- Trabalho de um grupo de mães para fazer os lanches distribuídos da festa da criança em outubro de 2002 e no I torneio de Futsal de natal.

4.2. Núcleo Futebol de Meninos de Rua

- Uso exclusivo da quadra de esportes da UEM, cedido semanalmente para a realização dos jogos, através da parceria com o PCA.

4.3. Manutenção da Sede

- Doação de computadores
- Doações de livros e revistas

4.4. VI Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua

- Transporte cedido pela no valor de R\$3.000,00.
- Lanche para viagem ,conseguido junto a comerciantes da cidade.
- Roupas e materiais de higiene pessoal para os meninos de rua, conseguidos junto aos amigos do Movimento e a comerciantes da cidade.
- 20 cobertores para serem usados durante a viagem, conseguidos através de doações de comerciantes.
- Banner promocional com simbolo e nome da comissão local no valor de 60,00 reais, conseguidos através de doação de empresa de propaganda
- R\$500,00 reais silicitado junto ao conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para custear a alimentação dos meninos e meninas de Maringá durante a viagem de ida e volta para Brasília.

5. ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E DE APOIO ECONÔMICO

- Venda de camisetas da Comissão Local na cidade e em eventos públicos (Encontro de educação Social, Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente , Universidade e etc.).

- Venda do livro Reflexão de quem Navega na Educação Social, de autoria das educadoras _____ e _____ e _____.
- Pequenas doações de materiais de militantes _____ e _____.
- Repasse de verba parlamentar no valor de _____ para o CMDCA destinados a aquisição de materiais de consumo e pedagógicos, os quais foram destinados para a manutenção dos projetos em parceria com o PCA/UEM.
- Apoio econômico da Federação Catalana de Splai, destinado a pagamento de gastos com manutenção da sede da Comissão Local e pagamento salarial de 01 secretária (20 horas semanais) e 01 educador social de rua (40 horas semanais).
- Apoio econômico do FORUM DE JOVENS DEL VALLES no valor aproximado de R\$4.000,00, destinado a atividades comemorativas de Natal e a viagem de 02 jovens militantes para o III Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE MENINAS E MENINAS
Minha Vida... Nossa Cidade: Pela Vida e Pela Paz
De 15 a 16 de Maio de 2003 na UEM

DIA 15 DE MAIO-QUINTA-FEIRA (Participação de todos os meninos e meninas inscritos na II Conferência)

OFICINAS

OFICINA	NOME	COORDENAÇÃO	INSTITUIÇÃO (ÕES)
01	Bricolage com Flocos		Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/Comitê Local de Maringá e Centro de Referência da Criança e do Adolescente/PUNERSC
02	Bricolage e Não Excluir		Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/Comitê Local de Maringá
03	Bumba Meu Boi		Grupo Folclórico Anjo da Guarda
04	Capoeira de Angola		Associação Especial da Comunidade Negra
05	Contos Africanos		Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/Comitê Local de Maringá
06	Contando Bricolages com Xavala		Centro de Apoio à Criança, ao Adolescente e à Mulher e Festival da Criança
07	Contando Estórias		CLAC-A Mulheres/PUNERSC
08	Criando com Argila	A CONFEMAN	
09	Dança de Rua e Brasil	A CONFEMAN	
10	Estórias em Quadrinhos		Ateliê Proletário/PUNERSC e Casa/PUNERSC
11	Expressando-se Através do Teatro		Grupo de Teatro: CIA PALCO
12	Expressando-se através da Música		Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/Comitê Local de Maringá
13	Falando ao Rádio		
14	Fazendo Arte com Pedrinhas de Papel (Origami)		Instituto de Estudos Sociais/PECUEM
15	Gravando o Mundo como ele é		Movimento Hip-Hop
16	Mulherismo com Bateria		Movimento de Meninos e Meninas de Rua
17	Samba, Rapado e Caldeirão		Grupo Realidade

DIA 16 DE MAIO-SEXTA-FEIRA

(participação somente dos meninos e meninas escolhidos como representantes nas Oficinas do dia 15)

OFICINAS TEMÁTICAS

OFICINA	NOME	COORDENAÇÃO	INSTITUIÇÃO (ões)
01	Condições de Trabalho e Criança e o Adolescente pelo Mundo	Margarete Regina Alves e Diófane Silveira dos Santos	CLACAM- Centro de Apoio à Criança, ao Adolescente e à Mulher
02	A Criança e o Adolescente na Construção da Paz	Irani Pereira	CIPPI- Coletivo de Idéias, Projetos, Pesquisas e Intercâmbio

Observação: O LIMITE DE PARTICIPANTES EM CADA OFICINA SERÁ DE 20 A 25 INSCRITOS.

1. (2)

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: Brincar e não Excluir / Castelos / Mímica

RELATOR(A): _____

REGISTROS DAS DISCUSSÕES

- exclusão / minorias fora da sociedade / deficientes
- a cidade possui a cultura de algumas pessoas
- cultura da brincadeira deve ser compartilhada
- a dificuldade de incluir as pessoas
- quando excluímos alguém, perdemos também as coisas das
- uma relação a oficina de castelos se todo ajudarem por
- algumas conquistas os nossos objetivos.
- o exemplo dos castelos pode servir no nome utílicos
- a cidadania
- quando a cultura de outros países é importante
- a interação entre os participantes dos castelos
- com dinâmicas da mímica é importante discutir a união e ideia de todo
- a existir várias formas de se fazer os castelos
- a que é o ECA?
- direito a diversão

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA Brincar e não excluir / Costões / música

RELATOR(RA): _____

REGISTROS DAS PROPOSTAS?

- 1- Parca pública das proposições reais empurradas para os pais para que os crianças possam ir a vida.
- 2- Os pais devem ter acesso a educação / profissionalizante
 - projeto de educação p/ adultos
- 3- Oportunidade para vida melhor para os deficientes (tempo, comissão, ônibus)
- 4- Projeto de recreação para os idosos
- 5- Projeto culturais nos bares / espaços de teatro
- 6- Uso espaço dos espaços públicos de lazer
- 7- Melhorar o atendimento básico, acolher os pais
- 8- Ter mais segurança para pessoas serem mais livres cidade
- 9- Projeto de inclusão dos deficientes classes sociais, idosos.

3

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA Quem tá quem tá

RELATOR(RA) _____

REGISTROS DAS DISCUSSÕES?

há falta atividades culturais das quais os adolescentes possam participar. Deve ter mais grupos e incentivar a cultura.

Falta quadra esportiva coberta nas escolas municipais.

- Há discriminação das pessoas que participam de grupos como de dança de rua, por exemplo, deveria ter mais apoio e desenvolver estes grupos.

- Falta infraestrutura, apoio do governo e desenvolver projetos nas comunidades, até apoio para ser apenas em locais um local que com certeza a comunidade amplie os trabalhos.

- Todos os estudantes dizem ter uma carteira da escola em que estudam que lhes dá direito à desconto em eventos culturais, cinemas, etc. A carteira de estudante não deve ser paga, a escola deve proporcionar isso aos alunos.

- Devem ter mais programas de apoio, mais programas como os que são

3

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA Quem sou eu?

RELATOR(A) _____

REGISTROS DAS DISCUSSÕES?

Não falta atividades culturais das quais os adolescentes possam participar. Deve ter mais grupos e incentivar a cultura.

Falta quadras esportivas cobertas nas escolas municipais.

- Há discriminação das pessoas que participam de grupos. Como de dança de rua, por exemplo, deveria ter mais apoio e desenvolver estes grupos.

- Falta infraestrutura, apoio do governo e desenvolver projetos nas comunidades. Interação pode ser apenas em redes um local que com certeza a comunidade ampliam os trabalhos.

- Todos os estudantes dizem ter uma carteirinha da escola em que estudam que lhes dá direito à desconto em eventos culturais, cinemas, etc. A carteira de estudante não deve ser paga, a escola deveria proporcionar isso aos alunos.

- Deveria ter mais programas ou mais vagas em programas como os que são

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
16 E 18 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: 3º Colégio Pedro II

RELATOR(RA): _____

REGISTROS DAS PROPOSTAS?

1º Lançamento de conscientização da população por parte da Prefeitura, governo, escola, empresas, empresas etc. Para conscientização de alunos, alunos, alunos, alunos etc. ~~etc.~~
 também

2º Mais divulgação e maior tempo de estadia nos albergues.

3º Alimento de mínimo de 10kg na merenda de trabalho.

4º Mais clínicas públicas para tratamento das pessoas que usam drogas.

5º A Prefeitura, os escolas e outras instituições poderiam fazer cartões e panfletos com campanhas anti-drogas e espalhar pela cidade.

6º A construção de mais de transportes adequados e mais linhas para que todos os locais tenham sempre de acesso para os deficientes físicos.

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE, PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: "Construindo Brinquedos com sucatas"

RELATOR(A):

O que você gostaria que mudasse na sua cidade!

REGISTROS DAS PROPOSTAS?

- 1º Que os centros esportivos estivessem abertos nos fins de semana com várias atividades.
- 2º Ter mais segurança (viaturas com policiais) nos bairros.
- 3º Segurança dentro e fora das escolas, ter piscina.
- 4º Ter ônibus somente para alunos.
- 5º De uma comissão de estudantes feita pela escola para ir de cinema, parques, etc... (Para pagar meia entrada, ter aula de campo, ter acervo a eventos fora da escola).
- 6º Ter mais lixeiras pela cidade, principalmente nos bairros.
- 7º Mais reciclagem nos pontos de coleta, mais equipamentos e recursos, de mais funcionários para melhorar a atenção a comunidade.
- 8º Políticas de geração de empregos e renda.
- 9º Melhor atendimento dos ricos e planejamento básico.
- 10º Limpar os bairros, passar mais tempo contra a dengue.
- 11º Concentrar as pesquisas sobre a dengue para que elas tenham mais cuidado.
- 12º Ter mais atenção para as pesquisas, País.

Tem muitas pessoas morando nas ruas.

13: Receber os artigos

14: Ter mais decisões, ajudar mais da iluminação das ruas.

15: Evitar de religião pública

16: Aumentar o policiamento nas ruas, por um ganho muito e
outro ganho nada.

17: Continuar mais creches nos bairros.

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: Quando com Projeto

RELATOR(A): _____

REGISTROS DAS PROPOSTAS?

- Melhorar a arborização que já existe na cidade - plantar o corte de árvore, plantar, se cortar / plantar
- Realização de trabalhos infantis no município
- Campanha de prevenção ao drogas
- Alternativas socio-educativa para infratores
- Voluntários podem preparar uma alimentação para aqueles sem mais dinheiro
- Campanhas contra o desperdício de alimentos
- Campanha educacionais para reciclagem
- Construção de casas populares
- Oportunidades de emprego para os chefes de família
- Fornecer garantias e outros - turno escolar no mínimo para o ensino fundamental, ex: oficinas de arte, treinamentos esportivos, grupo de futebol (futebolão) divulgação das leis
- Exigir o cumprimento das normas
- Realização da sociedade civil para melhoria da favela
- Campanha multiplicando a sociedade civil para combater a favela

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA "Expandendo-se através do Teatro"

RELATOR(A):

REGISTROS DAS DISCUSSÕES?

Condição de trabalho (trabalho) escravidão
 Direitos escravidão
 Cidadão escravidão
 Violência
 Solução
 desigualdade social } escravidão
 Racismo
 Droga
 Corrupção
 gravidez na adolescência
 Sequelas

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: _____

RELATOR(RA): _____

REGISTROS DAS PROPOSTAS?

- Montagem de um espaço para a zona da escola
- Criar mais serviços de bus.
- Montagem com participação de comunidade, com clubes sociais e atividades, projetos, projetos de trabalho...

13

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA Salvando os Pais

RELATOR(A): _____

REGISTROS DAS DISCUSSÕES?

Após as explicações sobre o vídeo e exemplos de tal modo de comunicação, foram discutidas as problemáticas e as necessidades dos crianças em seus respectivos lares, de acordo com o lema "minha vida... nossa cidade. Pela vida e pela paz." Percebeu-se que manifestar e relatar as dificuldades diante uma realidade muito próxima e delatada a estas. Durante o debate em relação a decisão e a realidade de muitas a situação atual. Delataram as seguintes problemáticas: a falta de creches e escolas, tanto quanto suas debilidades em relação a realidade de precariedade na escola, pelo índice crescente de violência; a existência de pessoas pedindo recolherem por falta de comida e outras coisas básicas de sobrevivência; o sistema público de saúde pública, justamente, sem a falta de médicos e a longas filas de atendimento; as más condições de infraestrutura; desemprego; a existência de suas famílias, onde o acesso é restrito, até mesmo para as pessoas que têm levado algum tipo de auxílio e não conseguem chegar ao lugar desejado. Por fim, estas foram as discussões sobre o tema.

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE, PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA Flora da Rádio

RELATORIA: J

REGISTROS DAS PROPOSTAS?

Foram a nota queira foi sobre a rádio. Houve as propostas diante a ele não de comunicação. Os ideias no frente a expressão, como uma forma de manifestação dos seus direitos. Propôs a criação de uma rádio comunitária em seu bairro, mediante tal-pape com autoridades e moradores, para estes poderem participar das discussões e ideias locais. Propõem a criação de um diálogo por parte das autoridades e possíveis interações governamentais ou não-governamentais em suas insuficiências.

15

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: GRAFITE SALA 7 - E34

RELATOR(A): _____

REGISTROS DAS DISCUSSÕES?

A sulcos da educação com o
grafite: grafite nos baixos, no muro
dos uterlos.

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

GRAFITE

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: GRAFITE SALA 3-634

RELATOR(A): _____

REGISTROS DAS PROPOSTAS

mais espaços de esporte,
mais esportes mais espaços de grafite,
de dança de rua, mais oficinas,
de artes e artesanato da rua, esportes
como: Jaque, Handball, espaços
para andar de skate, quadras,
futebol, natações, cursos de inglês,
mais cultura, clube de dança, melhorias
no ensino básico, adquirir novos
livros, avaliação de professores.

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE, PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: Juventude e Cidadania

RELATOR(A): _____

REGISTROS DAS PROPOSTAS?

Nossas propostas são:

- Melhorar nos asfalto, aumento de área de lazer, manutenção melhor na iluminação.
- Bancos de ônibus
- Adolescentes, direitos iguais a todos adolescentes
- Contra a guerra, que não tenha mais, que nossa cidade repudie todo tipo de violência
- Melhorar nos asfalto, saúde, educação, esporte e lazer, segurança

II CONFERÊNCIA DE MENINOS E MENINAS
15 E 16 DE MAIO NA UEM
MINHA VIDA... NOSSA CIDADE. PELA VIDA E PELA PAZ

RELATÓRIO DE ASSEMBLÉIA DE MENINOS E MENINAS

OFICINA: Cidadania de Mulheres

RELATOR(A): _____

REGISTROS DAS DISCUSSÕES?

- Se deve haver violência
- O tempo das mulheres na família e na sociedade
- que a violência, violência de meninas
- A violência está também na escola, na escola e profissões
- A favor de a violência dentro de casa

**MOVIMENTO NACIONAL
DE MENINOS E MENINAS DE RUA
COMISSÃO LOCAL DE MARINGÁ**

**RELATÓRIO SEMESTRAL
DE ATIVIDADES**

2003

APRESENTAÇÃO

O presente relatório foi realizado tendo como base o período de janeiro a julho de 2003, destacando principalmente as ações que a Comissão Local realizou nesse primeiro semestre, considerando os quatro eixos de atuação do Movimento Nacional, bem como das prioridades tiradas em reuniões de Assembléia Local realizadas no início desse ano com a participação de militantes, educadores, meninos e meninas dos Núcleos de Base e colaboradores e parceiros do Movimento em Maringá.

**MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA
COMISSÃO LOCAL DE MARINGÁ**

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES/2003

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA – REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

- Representação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com posse da militante _____, ex- menina do Núcleo de Base Santa Felicidade.
- Representação no Fórum Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com representatividade do militante _____

2. EXTENSÃO - NÚCLEOS DE BASE

- SANTA FELICIDADE: Manutenção e expansão das atividades do Núcleo de Base do Bairro Santa Felicidade, com participação semanal de cerca de 100 meninos e meninas na faixa etária de 03 a 17 anos, com encontros realizados todos os sábados, das 14:00 às 18:00 horas, na quadra poli-esportiva da Comunidade e no pátio da Escola Municipal Benedita Natália Lima. Além das brincadeiras, em 2003 estamos realizando também:
 - 1) Curso de Violão: 2 adolescentes e 2 jovens do Bairro estão participando de um Curso oferecido pelo Centro de Ação Cultural do Município e em contrapartida estão atuando como agentes multiplicadores ensinando um grupo de crianças do Núcleo a tocarem esse instrumento;
 - 2) Escolinha de Ballet: para crianças de 5 a 14 anos, trabalho que está sendo coordenado pela educadora _____
- FUTEBOL DE MENINOS DE RUA: manutenção e expansão das atividades do Núcleo de Base Futebol de Meninos de Rua, com participação semanal de cerca de 20 adolescentes e jovens moradores de rua, na faixa etária de 15 a 23 anos, com encontros semanais realizados todos as sextas-feiras, das 18:00 às 20:00 horas, na quadra poli-esportiva da Universidade Estadual de Maringá.

3. ATUAÇÃO

3.1- DEFESA DE DIREITOS

- Participação em reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos e extraordinárias da Comissão de Políticas Públicas desse Conselho;
- Intervenção junto ao Centro de Referência da Criança e do Adolescente solicitando acompanhamento e assistência social para retirada de documento de identidade de um adolescente do Núcleo Santa Felicidade;
- Intervenção junto ao PROE- Programa de Orientação para Estágio, solicitando encaminhamentos de estágio remunerado para adolescentes maiores de 16 anos e jovens do Núcleo Santa Felicidade no comércio de Maringá;

- Solicitação de vagas de estágio remunerado para adolescentes e jovens militantes do Movimento junto a órgãos públicos municipais;
- Intervenção junto ao caso do adolescente C.A.D solicitando da Promotoria da Infância e Juventude: 1) Encaminhamento do caso do adolescente C.A.D para a promotoria pública, haja visto a impossibilidade da Militante e Advogada continuar realizando a defesa jurídica desse menino; 2) substituição da aplicação da medida sócio-educativa de internação provisória por uma série de medidas protetivas, bem como a transferência do menino do Educandário de Curitiba para o município de Maringá;
- Participação no Fórum Estadual dos Direitos e da Assistência Social realizado em Maringá ;
- Intervenção junto ao Sistema Único de Saúde solicitando tratamento médico ortopédico para adolescente do Núcleo de Base Santa Felicidade;
- Reencaminhamento do Projeto de Defesa de Direitos para o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, via Conselho Municipal dos Direitos;
- Participação dos militantes _____ e _____ na Mesa Redonda: a criança e o adolescente como protagonistas no Sistema de Garantia de Direitos;
- Participação do educador _____ na Mesa Redonda “O Educador com autor do Sistema de Garantia de Direitos”;
- Participação no Ato público contra Violência Sexual Infato-Juvenil;
- Participação na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com educador _____ fazendo parte da mesa redonda que discutiu o tema Defesa de Direitos;
- Intervenção junto a policiais da _____ e comerciantes de uma pastelaria no centro da cidade a fim de fazer valer o direito de ir e vir de 04 meninos de rua, interferindo para que os mesmos não fossem apreendidos por estarem fazendo uso da substância química tinner;

3.2 - ORGANIZAÇÃO DE MENINOS E MENINAS

- Planejamento e execução de atividades de organização lúdico- político- pedagógicas no Núcleo de Base Santa Felicidade;
- Promoção de atividades de organização política e de jogos no Núcleo de Futebol de Meninos de Rua;
- Realização de Oficina de Pintura em Camisetas em comemoração ao Carnaval, no Núcleo de Base Santa Felicidade, com participação de 80 pessoas, entre essas familiares dos meninos e meninas;
- Realização de Oficina de Pipa no Núcleo Santa Felicidade, com participação de 50 meninos e meninas;
- Participação do Núcleo de Futebol de Meninos de Rua nos Jogos Abertos de Maringá, modalidade de futsal masculino;
- Realização da II Conferência de Meninos e Meninas de Maringá;
- Realização da I Festa Junina do Núcleo de Base Santa Felicidade;

3.4 - FORMAÇÃO DE EDUCADORES

- Participação no Fórum Social Mundial com representatividade dos militantes
- Reuniões de formação política e pedagógica, com estudo e discussões sobre o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Participação no VI Intercâmbio Internacional de Educadores do MNMMR e da Federació Catalana de L'Splai/ Barcelona, com representatividade do militante (primeira etapa em Barcelona);
- Promoção e realização do “Curso Ciranda de Cores” em parceria com o Programa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá, com participação de 21 educadores do Splai Canaurell/Terassa/Espanha e de 22 adolescentes e jovens militantes da Comissão Local de Maringá, 01 adolescente da Comissão Local de Londrina/PR e 01 da Comissão Local de Ponta Grossa/PR;
- Realização do VI Intercâmbio Anual de Educadores, de 11 a 17 de agosto em Maringá, em parceria com o Programa da Criança e do Adolescente/Universidade Estadual de Maringá (segunda etapa no Brasil);

3.5 - FORTALECIMENTO E EXPANSÃO

- Realização de Reuniões semanais para planejamento e avaliação continuada das ações da Comissão Local, referentes à:
 - 1) garantia da aplicabilidade dos eixos de atuação do Movimento;
 - 2) fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos nos Núcleos de Base;
 - 3) organização das atividades na Sede da Comissão Local;
 - 4) participação da Comissão Local em assembléias e eventos a nível Estadual e Nacional;
 - 5) intervenções de organização e mobilização política a nível de município e na região de Maringá para defender e promover a cidadania de meninos e meninas pobres;
 - 6) obtenção e aplicação de recursos econômicos para manutenção dos trabalhos;
- Atualização do cadastro de militantes, educadores e colaboradores da Comissão Local;
- Participação em Assembléia Estadual em Ponta Grossa;
- Participação via correio eletrônico na discussão sobre o Pólo de Formação da Região Sul;
- Fechamento do relatório anual de 2002;
- Realização de entrevista na Rádio com participação da da Federacio Catalana de Splai e da Coordenação Local do Movimento;
- Realização de entrevista no jornal destacando a parceria do Movimento Nacional com a Federacio Catalana e os resultados do trabalho da Comissão Local de Maringá junto a organização e formação política de meninos e meninas dos Núcleos de Base;

- Reunião de apresentação do Movimento e da Federacio Catalana na Associação Comercial e Industrial de Maringá _____, com objetivo de encaminhar propostas de formação e qualificação profissional dos adolescentes e jovens que participam da Comissão Local junto ao comércio de Maringá;
- Reunião com presidente da Federacio Catalana e educadores para avaliar os resultados das observações que eles vêm fazendo nos últimos anos de intercâmbio com Maringá, onde foram destacados os seguintes pontos: 1) o trabalho da Comissão Local está bem estruturado e que percebe-se que isso é resultante de um processo de intervenção continuada; 2) somente convivendo diretamente com o trabalho do Movimento para ter certeza do quanto o mesmo é rico em vivências e experiências pedagógicas, qualidade educativa e compromisso social e político;
- Intervenção via correio eletrônico junto à Coordenação Estadual para oficializar a posição da Comissão Local sobre o Projeto de Formação de Militantes e Educadores apresentado por essa Coordenação, tendo em vista que tal projeto não respeitou as deliberações feitas em Assembléia Estadual realizada em Maringá em 11 de janeiro de 2003;
- Intervenções via correio eletrônico e por telefone para a Coordenação Estadual, Conselheira Estadual e Coordenação Nacional solicitando encaminhamentos a fim de solucionar questões de documentação necessária para liberação do repasse econômico da Federació Catalana para a Comissão Local de Maringá;
- Reuniões da Comissão Local para discutir e definir os projetos de prioritários para a Comissão Local em 2003, objetivando a destinação dos recursos provenientes da Federacio Catalana e da vendagem do livro Reflexões de quem Navega na Educação Social. As resoluções foram as seguintes: 1) Curso de Formação Continuada para adolescentes e novos militantes; 2) Aquisição de terreno no Bairro Santa Felicidade para construção da Sede do Movimento nesse Bairro; 3) Projeto Ballet no Núcleo de Base do Santa Felicidade; 4) Projeto Grafitando Muros;
- Participação na Assembléia Nacional do Movimento em Brasília;
- Reunião com o Secretário Regional da Secretaria do Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, _____, reivindicando intervenção junto ao caso do adolescente C.A.D internado no e _____ Curitiba, e para solicitar concessão de uso de espaço público para Sediar a Comissão Local, o que isentaria a Comissão com gastos atuais referentes a locação de imóvel;

5. ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E DE APOIO ECONÔMICO

- Venda do livro Reflexão de quem Navega na Educação Social, de autoria das educadoras _____ e _____
- Aporte econômico proveniente da Federaccio Catalana de Esplai, em janeiro de 2003;
- Solicitação de passagem aérea para Brasília, para participar da Assembléia Nacional, gentileza da Agência _____

6. CONCLUSÃO

Destacamos que foi um início de ano muito difícil para a Comissão de Maringá, fundamentalmente por termos ficado um tempo de quase quatro meses sem o espaço da Sede, bem como por não ter podido utilizar os recursos econômicos destinados pela Federação Catalana de Splai para a manutenção parcial de nossas atividades, devido a problemas com a documentação necessária para liberação dos recursos pela Estadual.

Contudo, apesar de todas as dificuldades nossa conclusão sobre nossas ações individuais e coletivas nos fazem crer que pouco a pouco estamos conseguindo atingir os objetivos traçados para esse ano, o que podemos comprovar através da:

- participação da militante _____ (jovem de 19 anos, ex- menina do Núcleo Santa Felicidade) no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como membro titular do segmento de defesa de direitos;
- participação do adolescente _____ como representante do Estado do Paraná na Comissão Nacional de Animação;
- realização da II Conferência de Meninos e Meninas de Maringá, em parceria com o PCA- Programa da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual de Maringá, solicitando do CMDCA que esse Conselho assumisse os gastos com a realização do evento em 2003, bem como a responsabilidade de ser o organizador e executor da próxima conferência em 2005;
- realização da I Festa Junina no Núcleo de Base Santa Felicidade, que contou com a organização coletiva dos adolescentes e jovens militantes (ex-meninos desse Núcleo), sendo de participação aberta para todos desse Bairro;
- realização do I Curso de Formação para 21 educadores do Splai de _____ e 22 jovens militantes e adolescentes dos Núcleos de Base, em parceria com o PCA/UEM, que ocorreu em duas etapas, sendo a primeira realizada durante 3 dias de convivência em uma Chácara e a segunda durante 2 dias de estudos e discussões promovidos na Universidade;
- participação no V Intercâmbio de Educadores, com educador _____ representando a Comissão Local de Maringá, juntamente com mais 3 educadores de outras Comissões Locais do Brasil;